



Comissão
Europeia



ESTADO DA UNIÃO 2023

pela **COMISSÃO**
VON DER LEYEN

Estado da União 2023 — Comissão von der Leyen

Comissão Europeia
Direção-Geral da Comunicação
1049 Bruxelas
BÉLGICA

Print ISBN 978-92-68-05609-7 doi:10.2775/292120 NA-09-23-325-PT-C
PDF ISBN 978-92-68-05623-3 doi:10.2775/535170 NA-09-23-325-PT-N

A Comissão não se responsabiliza por quaisquer consequências da reutilização desta publicação.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2023



© União Europeia, 2023

A política de reutilização dos documentos da Comissão Europeia é regida pela Decisão 2011/833/UE da Comissão, de 12 de dezembro de 2011, relativa à reutilização de documentos da Comissão (JO L 330 de 14.12.2011, p. 39).

Salvo indicação em contrário, a reutilização do presente documento é autorizada ao abrigo da licença «Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)» da Creative Commons (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>). Tal significa que a reutilização é autorizada desde que seja feita menção adequada da origem do documento e que sejam indicadas eventuais alterações.

Para qualquer utilização ou reprodução de elementos que não sejam propriedade da União Europeia, pode ser necessário obter autorização diretamente junto dos respetivos titulares dos direitos.

CRÉDITOS

Todas as fotografias © União Europeia, salvo indicação em contrário.

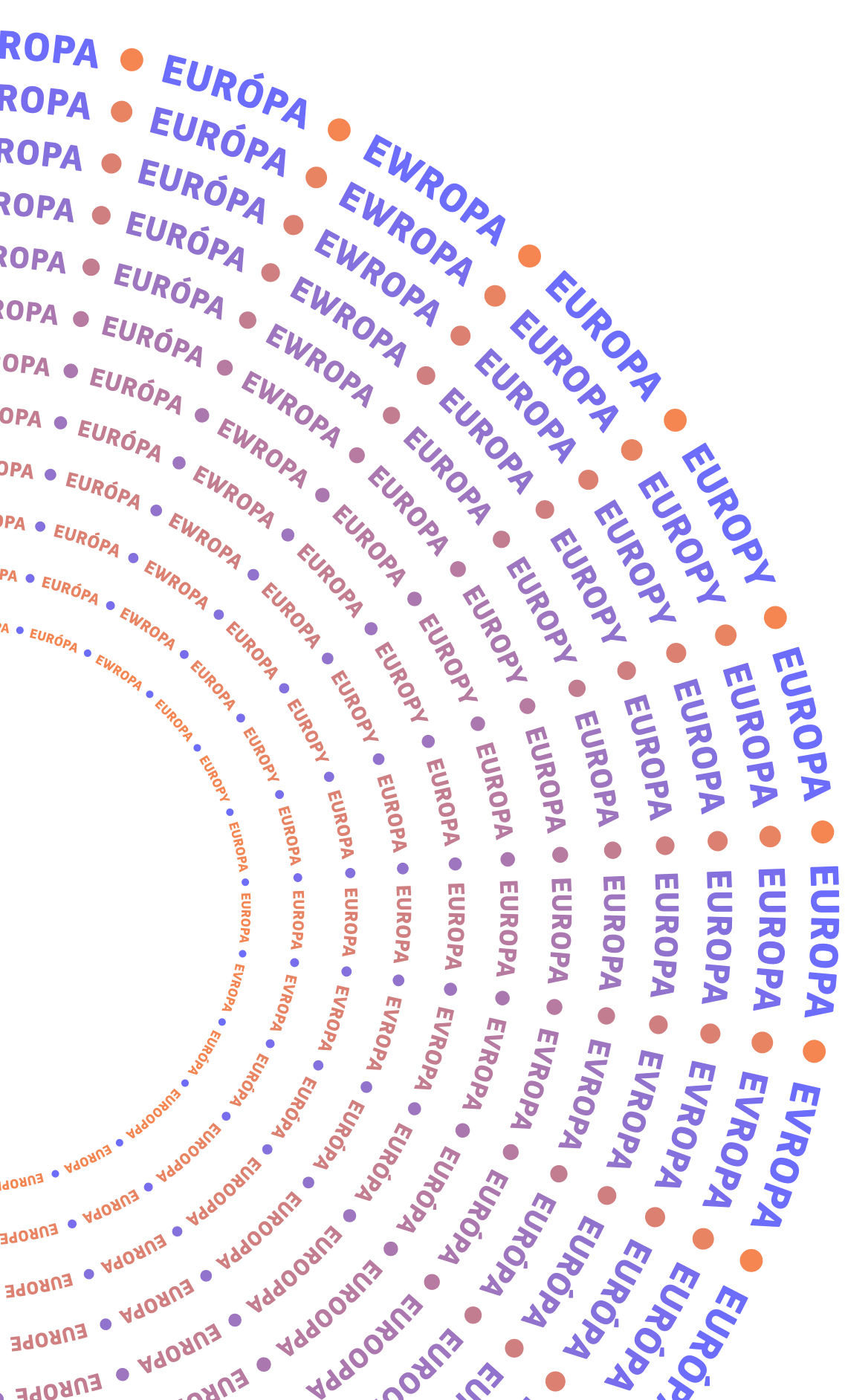
Introdução

Todos os anos, em setembro, o/a presidente da Comissão Europeia profere o Discurso sobre o Estado da União perante o Parlamento Europeu, fazendo o balanço dos resultados do ano anterior e apresentando as prioridades para o ano seguinte. Nele delinea igualmente a forma como a Comissão tenciona abordar os desafios mais prementes da União Europeia. Segue-se um debate em sessão plenária, que assinala o início do diálogo com o Parlamento Europeu e o Conselho, tendo em vista a elaboração do programa de trabalho da Comissão para o ano seguinte.

Consagrado no Tratado de Lisboa, o Discurso sobre o Estado da União está previsto no Acordo-Quadro de 2010 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, que requer igualmente que o/a Presidente transmita uma carta de intenções ao/à Presidente do Parlamento Europeu e à Presidência do Conselho, na qual apresente de forma pormenorizada as medidas legislativas, e outras iniciativas, que a Comissão tenciona adotar até ao final do ano seguinte.

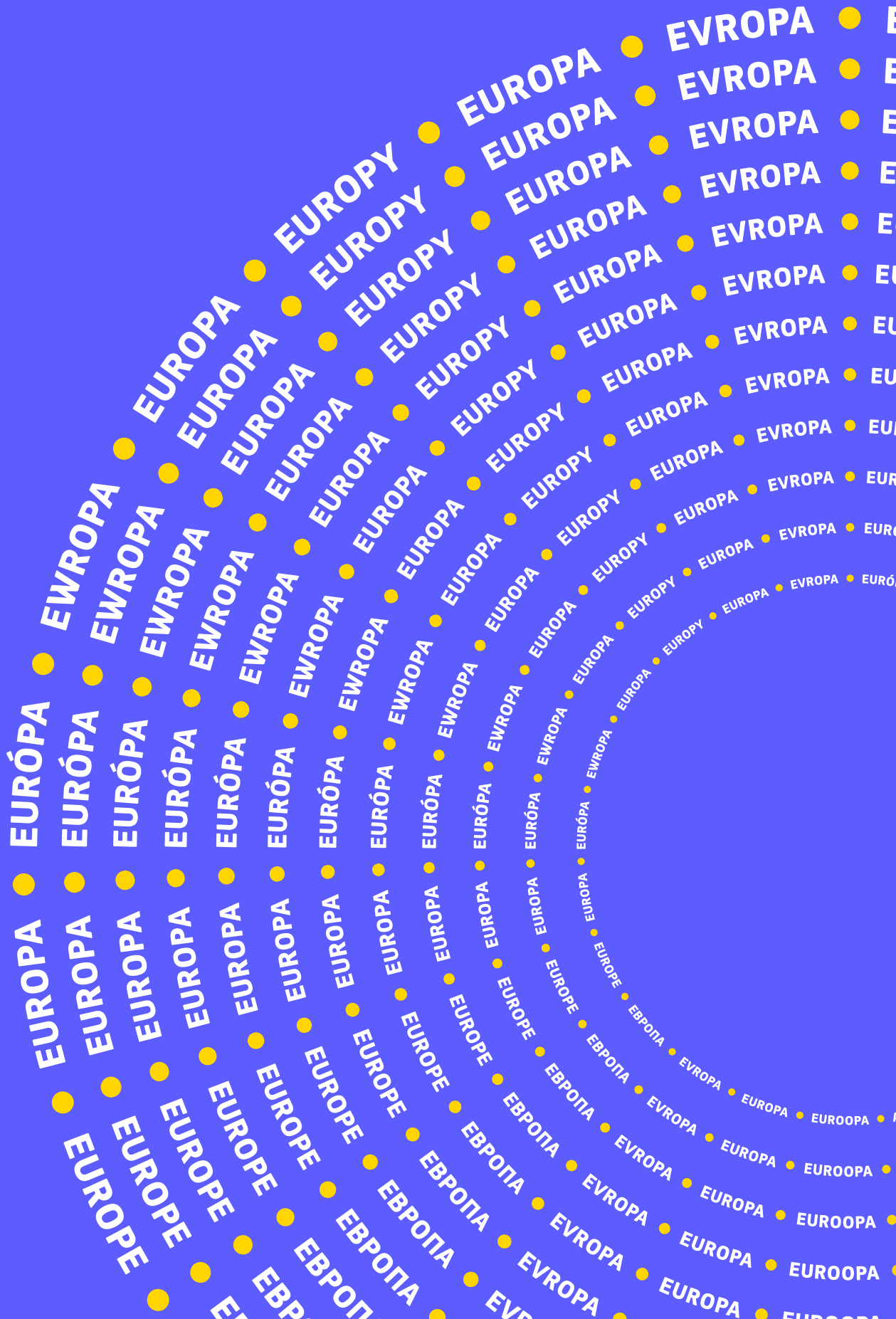
Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, proferiu o seu quarto discurso sobre o Estado da União em 13 de setembro de 2023.

Todos os materiais estão disponíveis em: ec.europa.eu/soteu2023.



Índice

Discurso	5
Responder ao apelo da história	6
Carta de intenções dirigida à presidente Roberta Metsola e ao primeiro-ministro Pedro Sánchez	36
Principais prioridades para 2024	39
Realizações	40
Europa: um futuro pelo qual vale a pena lutar	41
1 Defender a promessa da Europa	43
2 Investir na prosperidade da Europa	60
3 Construir a resiliência das sociedades da Europa	102
Cronologia	119



Responder ao apelo da história

Concretizar hoje, preparar o amanhã

Senhoras e Senhores Deputados,

Dentro de pouco menos de 300 dias, os europeus irão às urnas para mais um ato da nossa democracia única e notável.

Como em qualquer ato eleitoral, será um momento para as pessoas refletirem no estado da nossa União e no trabalho realizado por aqueles que as representam.

Será também um momento de decidirem que futuro e que Europa querem.

Entre esses eleitores, serão milhões os que votam pela primeira vez, sendo os mais jovens nascidos em 2008.

Uma vez na câmara de voto, essas pessoas pensarão em todas as coisas que mais as preocupam.

Pensarão na guerra que assola as nossas fronteiras.

Ou no impacto destrutivo das alterações climáticas.

Nas formas como a inteligência artificial irá influenciar as suas vidas.

Ou nas hipóteses que têm de arranjar uma casa ou um emprego no futuro.

A União que hoje conhecemos é um espelho da visão de todos quantos sonharam com um futuro melhor após a **Segunda Guerra Mundial**.

Um futuro em que uma União de nações, democracias e povos trabalhassem em conjunto em prol da paz e da prosperidade partilhadas.

Esses visionários acreditavam que a Europa era a resposta ao apelo da História.

Quando me dirijo à nova geração de jovens, encontro essa mesma visão de um futuro melhor.

O mesmo desejo premente de construir algo melhor.



A mesma convicção de que, num mundo de incertezas, **a Europa deve, uma vez mais, responder ao apelo da História.**

Esse é o nosso desígnio **comum.**

Senhoras e Senhores Deputados,

Para o cumprir, devemos começar por **ganhar a confiança** dos europeus no facto de sermos capazes de dar resposta às suas aspirações e ansiedades.

E, nos **próximos 300 dias**, temos de **finalizar a missão** que nos confiaram.

Quero agradecer o papel de liderança assumido por todos vós na concretização de uma das transformações mais ambiciosas jamais empreendidas por esta União.

Quando me dirigi a vós em 2019, munida do meu programa em prol de **uma Europa verde, digital e geopolítica**, sei que alguns tiveram dúvidas.

E isso **antes** mesmo de o mundo sofrer uma reviravolta na forma de uma pandemia mundial e de uma guerra brutal em solo europeu.

Mas, vejam onde a Europa está hoje.

Assistimos ao nascimento de uma **União geopolítica** — em apoio da Ucrânia, contra a agressão da Rússia, em resposta a uma China assertiva e com investimentos em parcerias.

Temos agora um **Pacto Ecológico Europeu** como elemento **central** da nossa economia e que encerra uma ambição **sem paralelo.**

Preparámos o caminho para a **transição digital** e tornámo-nos **pioneiros em matéria de direitos digitais a nível mundial.**

Dispomos do histórico **Instrumento Europeu de Recuperação** — que combina 800 mil milhões de EUR de **investimentos e reformas** e **cria empregos dignos** para hoje e para amanhã.

Lançámos os **alicerces** de uma **União da Saúde**, contribuindo para vacinar todo um continente e grandes partes do mundo.

Iniciámos o nosso percurso rumo a uma **maior independência** em setores críticos, como a energia, os circuitos integrados ou as matérias-primas.



Assistimos ao nascimento de uma **União geopolítica.**



Gostaria também de vos agradecer o **trabalho revolucionário e pioneiro** que empreendemos na área da **igualdade de género.**

Enquanto mulher, este é um aspeto que me toca especialmente.

Concluimos dossiês que muitos consideravam estar para sempre bloqueados, como a **Diretiva relativa às mulheres nos conselhos de administração** e a **adesão histórica da UE à Convenção de Istambul**.

Com a **Diretiva relativa à transparência salarial**, consagramos na lei o princípio básico de salário igual por trabalho igual.

Não há um único argumento que justifique o facto de uma mulher que exerça o mesmo tipo de trabalho receber uma remuneração inferior à auferida por um homem.

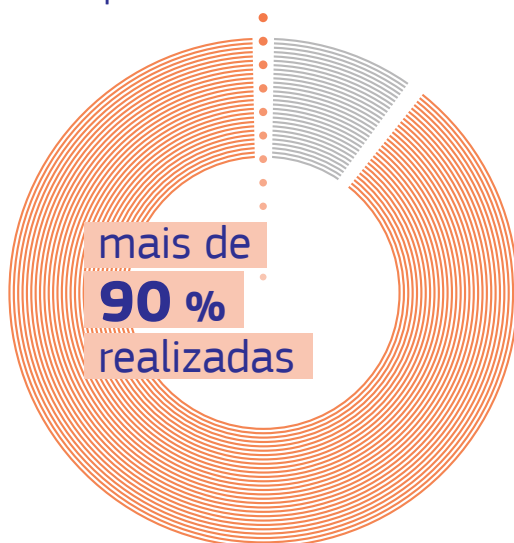
Mas o nosso trabalho está longe de estar concluído e, juntos, temos de continuar a impulsionar avanços nesta área.

Sei que esta assembleia apoia a nossa proposta de **combate à violência contra as mulheres**.

Também neste domínio, gostaria de consagrar na legislação outro princípio básico: **Não é não**.

Não pode haver verdadeira igualdade enquanto houver violência.

Orientações políticas apresentadas em 2019



Também neste domínio, gostaria de consagrar na legislação outro princípio básico: **Não é não. Não pode haver verdadeira igualdade enquanto houver violência.**



E, graças a este Parlamento, aos Estados-Membros e à minha equipa de comissários, **concretizámos mais de 90 % das orientações políticas** que apresentei em 2019.

Juntos, mostrámos que **quando a Europa é corajosa, essa coragem traduz-se em resultados**.

O nosso trabalho está longe de estar concluído — **por isso, permaneçamos unidos**.

Concretizemos hoje e preparemos o amanhã.

Pacto Ecológico Europeu

Senhoras e Senhores Deputados,

Há quatro anos, o Pacto Ecológico Europeu consubstanciou a nossa **resposta ao apelo da História**.

E este verão — o mais quente jamais registado na Europa — veio recordar-nos de forma dramática desse facto.

A **Grécia e a Espanha** foram assoladas por incêndios florestais destruidores — e, poucas semanas mais tarde, por inundações devastadoras.

Assistimos ao **caos e à destruição** causados por condições meteorológicas extremas — da Eslovénia à Bulgária e um pouco por toda a União.

Esta é a realidade de um planeta em ebulição.

O Pacto Ecológico Europeu nasceu da necessidade de proteger o nosso planeta.

Mas foi também concebido como uma oportunidade de salvaguardar a nossa prosperidade futura.

Demos início a este mandato com a definição de uma perspetiva de longo prazo consubstanciada na lei em matéria de clima e na meta para 2050 que lhe está associada.

Alterámos a agenda climática para incluir aspetos **económicos**. Desta forma, demos uma **orientação clara aos investimentos e à inovação**.

E, no curto prazo, já vimos **resultados desta estratégia de crescimento**.

Todos os dias, a indústria da Europa dá provas de estar pronta para dinamizar esta transição.

Num testemunho concreto de que **a modernização e a descarbonização** podem existir em paralelo.

Nos últimos cinco anos, o número de **unidades de produção de aço limpo** na UE aumentou de 0 para 38.

Atualmente, atraímos **mais investimentos em hidrogénio limpo** do que os EUA e a China juntos.

Amanhã, estarei na Dinamarca com a primeira-ministra Mette Frederiksen para testemunhar esta inovação em primeira mão.



Atualmente, atraímos mais **investimentos em hidrogénio limpo** do que os EUA e a China juntos.



Assinalaremos o lançamento do primeiro navio porta-contentores alimentado a metanol limpo produzido com energia solar.

Esta é a determinação da resposta da Europa às alterações climáticas.

O Pacto Ecológico Europeu proporciona o quadro, os incentivos e os investimentos necessários, mas são as pessoas, os inventores e os engenheiros que desenvolvem as soluções.

E é por esta razão, Senhoras e Senhores Deputados, que,

ao entrarmos na **fase seguinte** do Pacto Ecológico Europeu, uma coisa não mudará.

Continuaremos a apoiar a indústria europeia nesta transição.

Começámos com um pacote de medidas — **do ato legislativo Indústria de Impacto Zero ao ato legislativo Matérias-Primas Críticas**.

Com a nossa **Estratégia Industrial**, estamos a analisar os riscos e as necessidades de cada ecossistema no âmbito desta transição.

Temos de concluir este trabalho.

E temos também de desenvolver uma abordagem para cada ecossistema industrial.

Por conseguinte, a partir deste mês, encetaremos um **conjunto de diálogos** com a indústria **sobre a transição para energias limpas**.

O principal objetivo destes diálogos será apoiar todos os setores na definição do respetivo modelo de negócios no contexto da descarbonização da indústria.

Porque acreditamos que esta transição é fundamental para a competitividade futura da Europa.

No entanto, é também importante para as **pessoas e os seus empregos de hoje**.

A nossa **indústria eólica**, por exemplo, é uma história europeia de sucesso.

Porém, está atualmente confrontada com um conjunto único de desafios.

Por este motivo, trabalhando em estreita cooperação com a indústria e os Estados-Membros, avançaremos com um **pacote de medidas para o setor europeu da energia eólica**.

Aceleraremos ainda mais a concessão de licenças.

Aperfeiçoaremos os sistemas de leilão em toda a UE.

Colocaremos a tónica nas competências, no acesso ao financiamento e na estabilidade das cadeias de fornecimento.



Mas estas medidas **ultrapassam os limites** de um setor.

Da energia eólica ao aço, das baterias aos veículos elétricos, a nossa ambição é clara: **O futuro da nossa indústria de tecnologias limpas tem de ser construído na Europa.**

Senhoras e Senhores Deputados,

Todos estes exemplos mostram que, quando se trata do Pacto Ecológico Europeu:

Não nos afastamos do percurso trilhado.

Mantemos a nossa ambição.

Somos fiéis à nossa estratégia de crescimento.

E continuaremos sempre a almejar uma transição justa e equitativa!

De tudo isto resultará um desfecho justo para as gerações futuras — viver num planeta saudável.

Proporcionará também um percurso justo para todas as pessoas afetadas — com **empregos dignos e a promessa solene de que ninguém ficará para trás.**

Pensem nos **empregos criados na indústria transformadora e na competitividade**: um tema que debatemos muito atualmente.

A nossa indústria e as nossas empresas tecnológicas **gostam** de concorrência.

Estão cientes de que a concorrência mundial é **boa** para o negócio.

E **gera e salvaguarda** postos de trabalho aqui na Europa.

Mas, a concorrência **só é genuína** quando **é justa**.

Demasiadas vezes, as nossas empresas veem-se excluídas de mercados estrangeiros ou são vítimas de práticas predatórias.

São, muitas vezes, **prejudicadas por concorrentes** que beneficiam de elevadíssimos subsídios estatais.

Não nos esquecemos de como as **práticas comerciais desleais** da China afetaram a nossa **indústria solar**.

Muitas empresas jovens foram afastadas por concorrentes chinesas fortemente subvencionadas.

Empresas pioneiras foram obrigadas a declarar falência.

Talentos prometedores foram em busca de riqueza no estrangeiro.



Da energia eólica ao aço, das baterias aos veículos elétricos, a nossa ambição é clara:

O futuro da nossa indústria de tecnologias limpas tem de ser construído na Europa.



É por este motivo que a justiça é tão importante na economia mundial — porque afeta vidas e meios de subsistência.

Indústrias e comunidades inteiras dependem dessa justiça.

Temos, pois, de ser realistas em relação aos riscos que enfrentamos.

Vejamos o setor dos veículos elétricos.

Trata-se de uma indústria vital para a economia limpa, com imensas potencialidades para a Europa.

Mas, os mercados mundiais estão agora **inundados** de automóveis elétricos chineses mais baratos.

E o baixo preço desses automóveis é **artificialmente** mantido graças a elevadíssimos subsídios estatais.

Estas práticas geram distorções no nosso mercado.

E, tal como não as aceitamos quando são praticadas a nível interno, também não as aceitamos quando vêm de fora.

Por isso, hoje estou em condições de vos anunciar que a Comissão dará início a um **inquérito antissubvenções relativamente aos veículos elétricos provenientes da China.**

A Europa está aberta à concorrência. Não a um nivelamento por baixo.

Temos de nos defender de práticas desleais.

•••••

A Comissão dará início a um inquérito antissubvenções relativamente aos veículos elétricos provenientes da China. **A Europa está aberta à concorrência. Não a um nivelamento por baixo.**

•••••



Ao mesmo tempo, porém, é vital manter **abertas as linhas de comunicação e diálogo com a China.**

Porque **também há áreas** em que podemos e temos de cooperar.

Precaver, mas sem desligar — será esta a abordagem que adotarei face aos dirigentes chineses na Cimeira UE-China a realizar ainda este ano.

Senhoras e Senhores Deputados,

Na União Europeia, temos orgulho na nossa **diversidade cultural**.

Somos a «Europa das regiões», com uma diversidade muito peculiar de línguas, música, arte, tradições, artesanato e especialidades culinárias.

Somos igualmente a **Europa que dispõe de uma diversidade biológica única**.

Cerca de 6 500 espécies existem **apenas** na Europa.

No norte da Europa, situa-se o **património mundial do Mar Frísio**, um *habitat* único que serve de abrigo a espécies animais e vegetais raras e que é de importância vital para milhões de aves migratórias. E com o **Mar Báltico dispomos do maior mar de água salobra do mundo**.

A Sul, encontramos as **grandes planícies europeias**, dominadas por **extensas turfeiras e zonas húmidas**.

Estas regiões são **importantes aliados contra o avanço das alterações climáticas**.

As turfeiras e zonas húmidas protegidas retêm grandes quantidades de **gases com efeito de estufa**, asseguram a existência de **ciclos hídricos regionais** e albergam uma biodiversidade única.

Além disso, a Europa é **um continente rico em florestas**.

Das **majestosas florestas de coníferas a norte e a leste**, passando pelas **últimas florestas primitivas de carvalhos e faias** na Europa Central, até aos **sobreirais no sul da Europa**, todas estas florestas são uma fonte de bens e serviços que são insubstituíveis para nós.

As florestas absorvem carbono, fornecem madeira e outros produtos, geram solos férteis e filtram o ar e a água.

A biodiversidade e os serviços ecossistémicos são **fundamentais** para assegurar a sobrevivência de todos os europeus.

A perda destas paisagens naturais **não só destruiria os meios de subsistência**, mas **também privaria as pessoas do seu sentimento de pertença** àquele lugar.



Somos também um **continente de diversidade biológica única**.

É nossa obrigação protegê-las.

Ao mesmo tempo, a **segurança do nosso abastecimento alimentar, em comunhão com a natureza, tem de continuar a ser uma tarefa essencial.**

Hoje, gostaria de prestar homenagem aos nossos agricultores e de lhes agradecer por dia após dia nos abastecerem de alimentos.

Para nós na Europa, esta tarefa da agricultura — produzir alimentos saudáveis — é a base da nossa política agrícola.

A garantia da independência alimentar é também fundamental para nós.

É isso o que fazem os nossos agricultores.

Nem sempre é fácil, uma vez que as consequências da agressão russa contra a Ucrânia, as alterações climáticas que provocam secas, incêndios florestais e inundações, bem como as novas obrigações dos agricultores, se repercutem cada vez mais no seu trabalho e na sua base de rendimento.

Temos de ter isso em consideração.

Atualmente, já há muitas pessoas a trabalhar em prol de uma agricultura sustentável.

Juntamente com os homens e as mulheres que se dedicam à agricultura, temos de ser capazes de superar novos desafios.

Só assim poderemos garantir a segurança dos alimentos no futuro.

Precisamos de mais diálogo e de menos polarização.

É por esse motivo que queremos dar início a um **diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE.**



Queremos dar início a um **diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura na UE.**



A **segurança alimentar, em harmonia com a natureza,** continua a ser uma tarefa essencial.



Estou plenamente convencida de que é possível **conciliar a agricultura e a proteção da natureza.**

Ambas são vitais para nós.

Economia, assuntos sociais e competitividade

Senhoras e Senhores Deputados,

Uma transição justa para agricultores, famílias e indústrias.

Esta é a marca deste mandato.

E é ainda mais importante quando nos confrontamos com fatores adversos.

Ante vejo três grandes desafios económicos para a nossa indústria no próximo ano: insuficiências de mão de obra e competências, inflação e melhorar a forma de fazer negócio para as nossas empresas.

O primeiro desafio tem a ver com o mercado de trabalho.

Não nos esqueçamos dos primeiros dias da pandemia mundial.

Quando todos previam uma **nova vaga de desemprego em massa como a vivida nos anos 30**.

Mas desafiámos essa previsão.

Com a adoção do instrumento SURE — a primeira iniciativa europeia de redução do tempo de trabalho — preservámos 40 milhões de empregos.

Assim funciona a economia social de mercado da Europa.

E podemos ter orgulho neste feito!

De imediato, relançámos o motor da nossa economia graças ao Instrumento Europeu de Recuperação.

E os resultados são hoje visíveis.

A Europa está próxima do pleno emprego.

Em vez de milhões de pessoas à procura de emprego, temos milhões de empregos à procura de pessoas.

A escassez de mão de obra e de competências está a atingir níveis sem precedentes — tanto aqui como em todas as grandes economias.

A insuficiência de competências é apontada como um problema para **74 % das PME**.

No pico da época turística na Europa, restaurantes e bares funcionam com horários reduzidos porque não conseguem encontrar pessoal para trabalhar.

Nos hospitais, adiam-se tratamentos devido à falta de enfermeiros.

Dois terços das empresas europeias que procuram especialistas de TI não os encontram.



Em vez de milhões de pessoas à procura de emprego, **temos milhões de empregos à procura de pessoas.**



Ao mesmo tempo, **milhões de pais e mães** — na sua maioria mães — esforçam-se por conciliar trabalho e família **porque não há estruturas que acolham os seus filhos**.

E oito milhões de jovens não têm emprego nem frequentam qualquer ação de educação ou formação.

Os seus sonhos são adiados, as suas vidas ficam em compasso de espera.

Este problema não é só fonte de sofrimento pessoal.

É também um dos estrangulamentos mais significativos para a nossa competitividade.

Porque a escassez de mão de obra prejudica a capacidade de inovação, crescimento e prosperidade.

Como tal, temos de melhorar o acesso ao mercado de trabalho.

Sobretudo para **os jovens e para as mulheres**.

Precisamos também de **migrantes qualificados**.

Além disso, temos de dar resposta às **enraizadas mudanças fundamentais em termos de tecnologia, sociedade e demografia**.

Para tal, devemos apoiar-nos nos conhecimentos especializados de **empresas e sindicatos, os nossos parceiros na negociação coletiva**.

Decorreram já quase 40 anos desde que Jacques Delors convocou a reunião de Val Duchesse, onde se assistiu ao nascimento do diálogo social europeu.

Desde então, os parceiros sociais conferiram à União os contornos que hoje assume — garantindo progresso e prosperidade a milhões de pessoas.

E à medida que o mundo à nossa volta sofre mudanças a uma rapidez nunca vista, os parceiros sociais devem, novamente, ocupar um lugar central na definição do nosso futuro.

Juntos, temos de colocar a tónica nos desafios que se deparam ao mercado de trabalho — das insuficiências de mão de obra e competências aos novos desafios decorrentes da IA.

Nesse sentido, juntamente com a Presidência belga do próximo ano, **convocaremos uma nova cimeira de parceiros sociais, a realizar, uma vez mais, em Val Duchesse**.

O futuro da Europa será construído **com e pelos nossos parceiros sociais**.

•••••

O futuro da Europa será construído
**com e pelos nossos parceiros
sociais.**

•••••



O segundo grande desafio económico: a elevada inflação persistente.

Christine Lagarde e o Banco Central Europeu estão a trabalhar arduamente para manter a inflação sob controlo.

Estamos cientes de que o regresso à meta de médio prazo do BCE levará algum tempo.

A boa notícia é que, na Europa, os preços da energia começaram já a baixar.

Não nos esqueçamos de como **Vladimir Putin utilizou deliberadamente o gás como uma arma** e de como isso desencadeou receios de cortes de energia e de uma crise energética como a vivida na década de 70.

Muitos pensaram que não teríamos energia suficiente para enfrentarmos o inverno.

Mas conseguimos.

Porque nos mantivemos unidos, agregando a nossa procura e comprando energia em conjunto.

Ao mesmo tempo, contrariamente ao que aconteceu nos anos 70, aproveitámos a crise para investir fortemente em energias renováveis e acelerar a transição para energias limpas.

Usámos a massa crítica da Europa para baixar os preços e garantir o nosso aprovisionamento.

Há um ano, o preço do gás na Europa ultrapassou os 300 euros por megawatt-hora. Hoje, ronda os 35.

Temos, pois, de estudar formas de **replicar este modelo de sucesso** noutros domínios, como **as matérias-primas críticas ou o hidrogénio limpo**.

O terceiro desafio que se coloca às empresas europeias é facilitar a forma de fazer negócio.

As pequenas empresas não têm capacidade de lidar com procedimentos administrativos complexos.

Ou são prejudicadas por processos morosos.

Significa isto que, muitas vezes, essas empresas fazem menos com o tempo de que dispõem e perdem oportunidades de crescimento.

Por este motivo, designaremos, antes do final do ano, um **representante da UE para as PME** na minha dependência direta.

Queremos ouvir diretamente **das pequenas e médias empresas** os desafios com que se deparam diariamente.

Todos os novos atos legislativos são sujeitos a um **controlo de competitividade** realizado por uma **comissão independente**.



Usámos a massa crítica da Europa para baixar os preços e garantir o nosso aprovisionamento.

Temos, pois, de estudar formas de **replicar este modelo de sucesso** noutros domínios, como **as matérias-primas críticas ou o hidrogénio limpo**.



E, no próximo mês, apresentaremos as primeiras **propostas legislativas no sentido de reduzir** em 25 % as obrigações de comunicação de informações a nível europeu.



Senhoras e Senhores Deputados,

Sejamos francos, esta não será uma tarefa fácil.

E precisamos do vosso apoio.

Porque este é um objetivo comum a todas as instituições europeias.

Portanto, temos também de trabalhar com os Estados-Membros para que igualem a meta de 25 % a nível nacional.

É tempo de facilitar a atividade económica na Europa!

No entanto, as empresas europeias também precisam de **aceder a tecnologias vitais** para inovar, desenvolver e produzir.

Esta é uma questão de **soberania europeia**, tal como sublinharam os líderes em Versalhes.

A salvaguarda da vantagem europeia na área das tecnologias críticas e emergentes é um **imperativo económico e de segurança nacional**.

Esta política industrial europeia também requer um **financiamento europeu comum**.

Por este motivo, e como parte da proposta de revisão do nosso orçamento, propusemos a plataforma STEP.

Com esta plataforma, podemos **dinamizar, alavancar e orientar** fundos da UE para investimentos numa miríade de domínios, **da microeletrónica à computação quântica e à IA**.

Da biotecnologia às tecnologias limpas.

As nossas empresas precisam deste apoio já, pelo que **insto a que seja alcançado um acordo célere sobre a nossa proposta de orçamento**.

E sei que posso contar com esta assembleia.

E são mais os elementos em jogo quando se trata de **competitividade**.

Assistimos à emergência de verdadeiros estrangulamentos nas **cadeias de fornecimento globais**, decorrentes, nomeadamente, de **políticas deliberadas de outros países**.



É tempo de facilitar a atividade económica na Europa!



Basta pensar nas **restrições impostas pela China às exportações de gálio e germânio** — que são vitais para produtos como os **semicondutores** e os **painéis solares**.

Tudo isto mostra como é importante que a Europa **redobre esforços na área da segurança económica**.

Precaver, mas sem desligar.

E **muito me orgulho** pelo facto de este conceito colher **amplo apoio por parte dos nossos principais parceiros**.

Da **Austrália ao Japão e aos Estados Unidos**.

Muitos outros países em todo o mundo **querem trabalhar em conjunto**.

Muitos são demasiado dependentes de um **fornecedor único** de minerais críticos.

Outros — da América Latina a África — pretendem **desenvolver indústrias locais de transformação e refinação**, ao invés de **se limitarem a enviar** os seus recursos para o estrangeiro.

Esta é a razão pela qual realizaremos, mais para o final deste ano, a **primeira reunião do nosso novo clube de matérias-primas críticas**.

Ao mesmo tempo, continuaremos a impulsionar um comércio aberto e justo.

Até ao momento, celebrámos novos acordos de comércio livre com o **Chile, a Nova Zelândia e o Quênia**.

Devemos apontar para concluir acordos com a **Austrália, o México e o Mercosul até final deste ano**.

E, logo de seguida, com a Índia e a Indonésia.

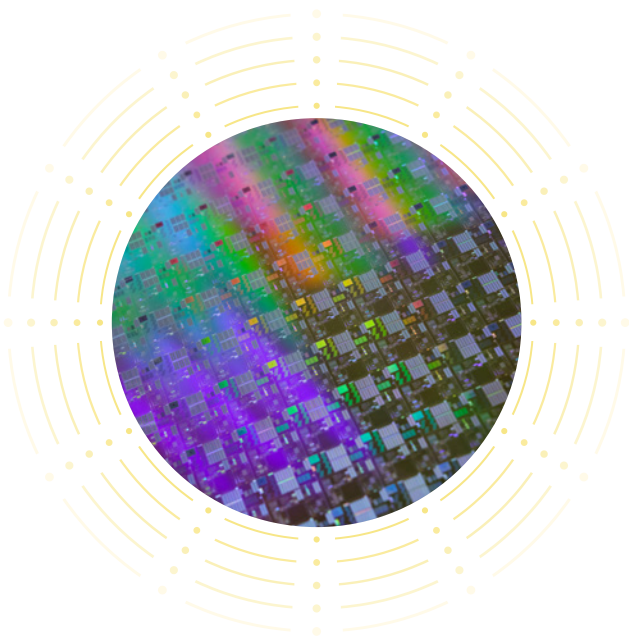
Um comércio inteligente gera empregos de boa qualidade e prosperidade.

Senhoras e Senhores Deputados,

Estes três desafios — mão de obra, inflação e ambiente empresarial — chegam num momento em que estamos também a pedir às indústrias que estejam na vanguarda da transição para energias limpas.

Por isso, há que antecipar o futuro e definir **formas de**, a par dessa transição, manter a nossa competitividade.

Esta é a razão pela qual solicitei a Mario Draghi, uma das mais brilhantes mentes económicas da Europa, que elaborasse um **relatório sobre o futuro da competitividade europeia**.



Porque a Europa fará «tudo o que for preciso» para manter a sua vantagem competitiva.

Digital e IA

Senhoras e Senhores Deputados,

Temos visto como a tecnologia digital é importante para facilitar a vida aos cidadãos e às empresas.

É revelador que tenhamos **ultrapassado largamente o objetivo de investimento de 20 %** em projetos digitais no âmbito do Instrumento Europeu de Recuperação.

Os Estados-Membros utilizaram esse investimento para digitalizar os seus cuidados de saúde, os seus sistemas de justiça ou as suas redes de transportes.

Ao mesmo tempo, a Europa tem estado na vanguarda da **gestão dos riscos do mundo digital**.

A Internet nasceu como um instrumento para **partilhar conhecimentos, expandir mentalidades e ligar pessoas**.

Mas também **deu origem a sérios desafios**.

Desinformação, difusão de conteúdos nocivos, riscos para a privacidade dos nossos dados.

Tudo isto resultou numa **deterioração da confiança** e numa **violação dos direitos fundamentais das pessoas**.

A resposta da Europa foi tornar-se na **pioneira mundial dos direitos dos cidadãos** no mundo digital.

O Regulamento dos Serviços Digitais e o Regulamento dos Mercados Digitais estão a criar um **espaço digital mais seguro** no qual se protegem os direitos fundamentais.

E garantem a equidade, com **responsabilidades claras para as grandes empresas tecnológicas**.

Trata-se de um feito histórico, do qual nos devemos orgulhar.



Solicitei a Mario Draghi, uma das mais brilhantes mentes económicas da Europa, que elaborasse um **relatório sobre o futuro da competitividade europeia**.



O mesmo se deve aplicar à **inteligência artificial**.

Com ela, será possível **melhorar os cuidados de saúde, reforçar a produtividade, combater as alterações climáticas**.

Contudo, **não devemos subestimar** as ameaças muito reais.

Centenas de destacados programadores, académicos e peritos no domínio da IA alertaram-nos recentemente nos seguintes termos:

«A atenuação do **risco de extinção** devido à IA deve ser uma prioridade mundial, juntamente com outros riscos para a sociedade, como as pandemias e a guerra nuclear.»

A IA é uma tecnologia geral **acessível, poderosa e adaptável** a uma vasta gama de utilizações, tanto civis como militares.

E está a avançar a uma velocidade superior à que até mesmo os seus criadores previam.

Ou seja, cada vez temos menos tempo para aproveitar a oportunidade de orientar esta tecnologia de forma responsável.

Estou convicta de que a Europa, juntamente com os seus parceiros, deve **liderar um novo quadro mundial** para a IA, assente em três pilares: **salvaguardas, governação e orientar a inovação**.

Primeiro, as **salvaguardas**.

A nossa principal prioridade é assegurar que a **IA evolui de uma forma centrada no ser humano, transparente e responsável**.

Por este motivo é que, nas minhas orientações políticas, me comprometi a definir uma **abordagem legislativa nos primeiros 100 dias**.

Avançámos com o **Regulamento Inteligência Artificial**: a **primeira legislação exaustiva pró-inovação no domínio da IA** a nível mundial.

E quero agradecer a esta assembleia e ao Conselho o trabalho incansável que realizaram em torno desta legislação pioneira.

O nosso Regulamento Inteligência Artificial já serve de **modelo para todo o mundo**.

Temos agora de dar prioridade à adoção das regras e avançar com a sua aplicação.



O nosso Regulamento Inteligência Artificial já serve de **modelo para todo o mundo**. Temos agora de dar prioridade à adoção das regras e avançar com a sua aplicação.



O segundo pilar é a **governança**.

Estamos atualmente a lançar as bases para um sistema de governação único na Europa.

Mas devemos também unir forças com os nossos parceiros para assegurar uma **abordagem global** para compreender o impacto da IA nas nossas sociedades.

Pensem no contributo inestimável para o clima do PIAC no domínio do clima, um painel mundial que fornece aos decisores políticos os dados científicos mais recentes.

É minha convicção de que precisamos de um organismo semelhante para a IA, **para analisar os seus riscos e benefícios para a humanidade**.

Com cientistas, empresas de tecnologia e peritos independentes todos à mesma mesa.

Desta forma, poderemos dar uma resposta rápida e coordenada a nível mundial, assente no **trabalho realizado pelo Processo de Hiroxima e outras instâncias**.

O terceiro pilar consiste em **orientar a inovação** de forma responsável.

Graças aos investimentos que realizámos nos últimos anos, a Europa tornou-se **líder em supercomputação**: tem três dos cinco supercomputadores mais potentes do mundo.

Temos de tirar partido desta realidade.

É por esta razão que estou em condições de anunciar hoje **uma nova iniciativa para abrir os nossos computadores de alto desempenho às novas empresas no domínio da IA**, para que testem os seus modelos.

Mas esta é apenas uma **parte** do nosso trabalho para **orientar a inovação**.

Precisamos de um **diálogo aberto** com quem **cria e implementa IA**.

É o que acontece nos Estados Unidos, onde sete grandes empresas tecnológicas já aderiram a **regras voluntárias de segurança, proteção e confiança**.

É o que acontece aqui, onde trabalharemos com as empresas de IA para que se comprometam voluntariamente com os princípios do **Regulamento Inteligência Artificial antes** da sua entrada em vigor.

Devemos agora reunir todos estes esforços no sentido de definirmos **normas mínimas a nível mundial para uma utilização segura e ética da IA**.



Política externa, migração e segurança

Senhoras e Senhores Deputados,

Ao discursar nesta assembleia há quatro anos, disse-vos que se estivermos unidos cá dentro, ninguém de fora nos dividirá.

Este raciocínio presidiu à Comissão geopolítica.

A nossa **abordagem da Equipa Europa** permitiu-nos agir de forma mais estratégica, mais assertiva e mais unida.

E isso é agora mais importante do que nunca.

É para nós dramático assistir à devastadora perda de vidas na **Líbia e em Marrocos** na sequência das violentas inundações e do terramoto.

.....

A nossa **abordagem da Equipa Europa** permitiu-nos agir de forma mais estratégica, mais assertiva e mais unida.

.....

A Europa estará sempre pronta a ajudar de todas as maneiras possíveis.

Ou pensem no Sael, uma das regiões mais pobres mas com um crescimento demográfico dos mais rápidos.

A sucessão de golpes militares tornará a região mais instável nos próximos anos.

A Rússia tanto influencia o caos como dele beneficia.

A região tornou-se um terreno fértil para o aumento do terrorismo.

Este problema afeta diretamente a Europa — tanto a nossa segurança como a nossa prosperidade.

Temos, portanto, de mostrar na **África a mesma determinação comum que mostrámos no caso da Ucrânia**.

Temos de nos concentrar na **cooperação com organizações regionais e governos legítimos**.

E desenvolver uma parceria mutuamente vantajosa, focada em temas comuns à Europa e a África.

É por esta razão que, juntamente com o alto representante Josep Borrell, trabalharemos numa **nova abordagem estratégica para levar à próxima Cimeira UE-UA**.

Senhoras e Senhores Deputados,

A História está a acontecer.

A Rússia trava uma guerra em grande escala contra os princípios fundadores da Carta das Nações Unidas.

A agressão russa suscitou enormes preocupações em países da Ásia Central ao Indo-Pacífico.

Estes países temem que, num mundo sem lei, possam sofrer o mesmo destino que a Ucrânia.

Assistimos a uma clara tentativa por parte de alguns de regressar à lógica de blocos tentando isolar e influenciar os países apanhados entre esses blocos.

Esta tentativa surge num momento em que muitas economias emergentes sentem uma insatisfação crescente quanto à forma como as instituições e a globalização as servem.

Estas preocupações são legítimas.

Estas economias emergentes, com as suas populações e os seus recursos naturais, são aliados essenciais para a construção de um mundo mais limpo, mais seguro e mais próspero.

A Europa trabalhará sempre com essas economias para reformar e melhorar o sistema internacional.

Queremos liderar os esforços no sentido de tornar mais justa a ordem assente em regras e mais equitativa a distribuição.

Isso significará também trabalhar com velhos e novos parceiros para aprofundar as nossas ligações.

O que a Europa oferece através da **Estratégia Global Gateway** é verdadeiramente único.

A Global Gateway é mais transparente, mais sustentável e economicamente mais atrativa.

Ainda na semana passada estive em Nova Deli para assinar o projeto mais ambicioso da nossa geração.

O Corredor Económico Índia-Médio Oriente-Europa.

Este corredor estabelecerá a ligação mais direta até à data entre a Índia, o Golfo Pérsico e a Europa. Contará com uma ligação ferroviária que aumentará a rapidez do comércio entre a Índia e a Europa em 40 %.

Incluirá um cabo de eletricidade e um gasoduto de hidrogénio limpo para promover o comércio de energias limpas entre a Ásia, o Médio Oriente e a Europa.

Terá um cabo de dados de alta velocidade para ligar alguns dos ecossistemas digitais mais inovadores do mundo e criar oportunidades de negócio pelo caminho.

São ligações de ponta para o mundo de amanhã.



Mais rápidas, mais curtas e mais limpas.

E a Estratégia Global Gateway está a ter um impacto real.

Testemunhei-o na América Latina, no Sudeste Asiático e em África — desde a construção de uma economia local do hidrogénio com a Namíbia e o Quénia a uma economia digital com as Filipinas.

Estes são investimentos na economia dos nossos parceiros.

São investimentos na prosperidade e na segurança da Europa num mundo em rápida mutação.

Senhoras e Senhores Deputados,

Diariamente, os conflitos, as alterações climáticas e a instabilidade obrigam as populações a procurar refúgio longe das suas casas.

Sempre acreditei firmemente que as migrações devem ser geridas.

Para isso precisamos de ter paciência.

De envidar esforços a longo prazo juntamente com os nossos parceiros.

E, acima de tudo, precisamos de unidade no seio da nossa União.

Esse é o espírito do novo pacto sobre a migração e o asilo.

Quando assumi as minhas funções, não parecia possível chegar a um compromisso.

Mas, com este pacto, encontrámos um novo equilíbrio.

Entre a proteção das fronteiras e a proteção das pessoas.

Entre soberania e solidariedade.

Entre segurança e humanidade.

Ouvimos todos os Estados-Membros.

Analisámos todas as rotas migratórias.

Traduzimos o espírito do pacto em soluções práticas.

Reagimos com rapidez e unidade ao ataque híbrido da Bielorrússia.



A Estratégia **Global Gateway** está a ter um impacto real.



Trabalhámos em estreita cooperação com os nossos parceiros dos Balcãs Ocidentais e reduzimos os fluxos irregulares.

Assinámos com a Tunísia uma parceria que traz vantagens mútuas para lá das questões migratórias — da educação e das competências profissionais à energia e à segurança.

Queremos agora trabalhar em acordos semelhantes com outros países.

Reforçámos a proteção das fronteiras.

As agências europeias aumentaram a cooperação com os Estados-Membros.

Quero agradecer em especial à Bulgária e à Roménia por nos terem mostrado o caminho, ao avançar com boas práticas em matéria de asilo e de regresso.



Estes dois países mostraram-no categoricamente: a Bulgária e a Roménia fazem parte do nosso Espaço Schengen.

Vamos finalmente deixá-los entrar nesse espaço, sem mais delongas!

Senhoras e Senhores Deputados,

O nosso trabalho relativo às migrações assenta na convicção de que a unidade está ao nosso alcance.

Nunca esteve tão perto um acordo sobre o pacto.

O Parlamento e o Conselho têm uma oportunidade histórica de o concretizar.

Mostremos que a Europa é capaz de gerir as migrações com eficácia e humanidade.

Acabemos o que falta fazer!

Senhoras e Senhores Deputados,

Estamos cientes de que as migrações requerem um trabalho constante.

E isso é particularmente vital no combate contra as redes de traficantes,

que, com as suas mentiras, atraem pessoas desesperadas

e as conduzem por rotas mortíferas através do deserto ou em pequenos barcos impróprios para a navegação no mar.

A forma como operam evolui constantemente.

A nossa legislação, contudo, tem mais de 20 anos e precisa de ser urgentemente atualizada.

Precisamos, portanto, de nova legislação e de uma nova estrutura de governação.

Precisamos de autoridades policiais e judiciais mais fortes, bem como de atribuir um papel mais relevante às nossas agências — a Europol, a Eurojust e a Frontex.

Temos de trabalhar com os nossos parceiros para combater o flagelo mundial do tráfico de seres humanos.

É por este motivo que a Comissão vai organizar uma **conferência internacional sobre o combate à introdução clandestina de migrantes**.



A Comissão vai organizar uma **conferência internacional sobre o combate à introdução clandestina de migrantes**.



Está na altura de acabar com esse negócio ignóbil e criminoso!

Ucrânia

Senhoras e Senhores Deputados,

No dia em que os tanques russos atravessaram a fronteira e entraram na Ucrânia, uma jovem mãe ucraniana partiu para Praga para pôr o filho em segurança.

Quando o guarda de fronteira checo lhe carimbou o passaporte, ela começou a chorar.

O filho não compreendia, e perguntou à mãe por que razão chorava.

A mãe respondeu-lhe: «Porque estamos em casa.»

«Mas aqui não é a Ucrânia», retorquiu o filho.

Então, ela explicou: «Aqui é a Europa.»

Nesse dia, aquela mãe ucraniana sentiu que a Europa era a sua casa.

Porque «a nossa casa é onde confiamos uns nos outros».

E o povo da Ucrânia pode confiar nos seus amigos europeus.

Esta mãe chamava-se Victoria Amelina.

Foi uma das grandes jovens escritoras da sua geração e ativista incansável pela justiça.

Assim que o filho se encontrou em segurança, Victoria regressou à Ucrânia para documentar os crimes de guerra da Rússia.

Um ano mais tarde, foi morta por um míssil balístico russo, enquanto jantava com colegas.

Foi vítima de um crime de guerra russo, um dos inúmeros ataques contra civis inocentes.

Amelina estava com três amigos nesse dia, entre os quais Héctor Abad Faciolince, também ele escritor, da Colômbia.

Héctor faz parte da campanha «Aguanta, Ucrania» («Resiste, Ucrânia»), criada para informar os povos da América Latina sobre a guerra de agressão da Rússia e os ataques contra civis.

Mas nunca poderia imaginar que ele próprio se tornasse num alvo.

Posteriormente, Héctor disse não saber por que motivo ele sobreviveu e ela não.

E, por isso, agora conta ao mundo a história de Victoria, para preservar a sua memória e pôr termo a esta guerra.

É para mim uma honra que Héctor esteja hoje aqui connosco.

E quero que saiba que iremos manter viva a memória de Victoria — e de todas as outras vítimas.

Aguanta, Ucrania. Slava Ukraini!

Senhoras e Senhores Deputados,

Estaremos sempre do lado da Ucrânia.

Pelo tempo que seja preciso.

Desde o início da guerra, quatro milhões de ucranianos encontraram refúgio na nossa União.

E quero dizer-lhes que são tão bem-vindos hoje como naquelas fatídicas primeiras semanas.

Garantimos-lhes acesso à habitação, a cuidados de saúde, ao mercado de trabalho e muito mais.



Senhoras e Senhores Deputados,

Foi assim que a Europa respondeu ao apelo da História.

E por isso é com orgulho que anuncio que a Comissão irá propor o alargamento do nosso regime de proteção temporária aos ucranianos na UE.

O nosso apoio à Ucrânia é para continuar.

Só este ano, disponibilizámos 12 mil milhões de EUR para ajudar a pagar salários e pensões.

Para ajudar a manter em funcionamento hospitais, escolas e outros serviços.

Através da nossa proposta de Ação de Apoio à Produção de Munições, estamos a intensificar a produção de munições para ajudar a satisfazer as necessidades imediatas da Ucrânia.

Mas também olhamos para o futuro.

Por isso é que propusemos um montante adicional de 50 mil milhões de EUR ao longo de quatro anos para investimentos e reformas.

Este montante ajudará a Ucrânia a configurar o seu futuro e reconstruir um país moderno e próspero.

E esse futuro é claro.

Esta assembleia disse-o em voz alta: o futuro da Ucrânia está na nossa União.

O futuro dos Balcãs Ocidentais está na nossa União.

O futuro da Moldávia está na nossa União.

Sei como é importante a perspetiva da UE para tantas pessoas na Geórgia.

Senhoras e Senhores Deputados,

Comecei por falar da Europa a responder ao **apelo da História**.

E é agora a História que nos apela para que trabalheemos na conclusão da nossa União.



A Comissão irá propor
**o alargamento do nosso regime
de proteção temporária aos
ucranianos na UE.**



Num mundo em que alguns tentam isolar países um por um, não nos podemos dar ao luxo de deixar para trás europeus como nós.

Num mundo em que a estatura e o peso têm relevância, ampliar a União serve os melhores interesses da Europa em termos estratégicos e de segurança.

Mas, além da política e da geopolítica, é preciso visualizar o que está em jogo.

Temos de definir uma visão para um alargamento bem-sucedido.

Uma União com mais de 500 milhões de pessoas a viver livremente, em democracia e com prosperidade.

Uma União onde os jovens possam viver, estudar e trabalhar em liberdade.

Uma União com democracias pujantes, em que os sistemas judiciários sejam independentes, as oposições respeitadas e os jornalistas protegidos.

Porque o Estado de direito e os direitos fundamentais estarão sempre na base da nossa União — nos atuais e nos futuros Estados-Membros.

É por este motivo que a Comissão atribui aos relatórios sobre o Estado de direito uma prioridade fundamental.

Trabalhamos agora em estreita colaboração com os Estados-Membros para identificar progressos e preocupações e formular recomendações para o ano que se avizinha.

Este procedimento assegurou a responsabilização perante esta assembleia e os parlamentos nacionais.

Favoreceu o diálogo entre os Estados-Membros.

E está a produzir resultados.

Acredito que pode fazer o mesmo para os futuros Estados-Membros.

É por esta razão que muito me apraz anunciar que iremos abrir os relatórios sobre o Estado de direito aos países em vias de adesão cujos processos evoluam com maior rapidez.

Ficarão assim em pé de igualdade com os Estados-Membros.

Iremos apoiá-los nos seus esforços de reforma.

E ajudaremos a garantir que o nosso futuro é uma União de liberdade, direitos e valores para todos.



O Estado de direito e os direitos fundamentais estarão sempre na base da nossa União — nos atuais e nos futuros Estados-Membros.



Senhoras e Senhores Deputados,

Esta é uma questão do nosso interesse comum.

Pensem no grande alargamento de há 20 anos.

Chamámos-lhe o «dia europeu das boas-vindas».

Foi um triunfo da determinação e da esperança sobre os fardos do passado.

E, nos 20 anos que entretanto se passaram, assistimos a uma história de sucesso económico que melhorou as vidas de milhões de pessoas.

Quero que encaremos com expectativa o próximo dia europeu das boas-vindas e as histórias de sucesso económico que se seguem.

Sabemos que este não é um caminho fácil.

A adesão depende do mérito, princípio de que a Comissão nunca abdicará.

Implica **trabalho árduo e liderança**.

Mas já se veem muitos progressos.

Somos testemunhas dos passos largos que a Ucrânia já deu desde que lhe concedemos o estatuto de país candidato.

E registámos a determinação de outros países candidatos em proceder a reformas.

Senhoras e Senhores Deputados,

Chegou o momento de correspondermos a essa determinação.

Quer isto dizer que temos de pensar na forma de nos prepararmos para uma União completa.

Temos de abandonar os velhos debates binários sobre o alargamento.



A adesão depende do mérito,
princípio de que a Comissão nunca
abdicará.



Começámos a construir a União Europeia da Defesa com 27.

Estou convicta de que podemos concluí-la com mais de 30.

Provámos que podemos ser uma União Geopolítica e mostrámos que, quando nos unimos, podemos avançar rapidamente.

E acredito que a Equipa Europa também funciona com mais de 30.

Não se trata de escolher entre aprofundar a integração ou alargar a União.

Podemos e temos de fazer ambas as coisas.

Desta forma, teremos o peso geopolítico e a capacidade de agir.

É o que a nossa União sempre fez.

Cada vaga de alargamento traduziu-se num aprofundamento político.

Fomos do carvão e do aço à plena integração económica.

E, após a queda da Cortina de Ferro, transformámos um projeto económico numa verdadeira União de pessoas e Estados.

Acredito que o próximo alargamento tem de ser também um catalisador do progresso.

Começámos a construir uma União da Saúde com 27.

Estou convicta de que podemos concluí-la com mais de 30.



Senhoras e Senhores Deputados,

Sei que esta assembleia acredita no mesmo.

O Parlamento Europeu sempre foi um dos principais motores da integração europeia.

Tem-no sido ao longo das décadas.

E volta a sê-lo hoje.

Esta assembleia poderá sempre contar com o meu apoio — que se estende a todos os que querem reformar a UE no sentido de melhor servir os seus cidadãos.

E, sim, esse desígnio passa, nomeadamente, por uma Convenção Europeia e pela alteração do Tratado, se e onde for necessário!

Mas não podemos — **e não devemos** — **esperar por alterações ao Tratado** para avançar com o alargamento.

.....

Começámos a construir a **União Europeia da Defesa a 27** e estou convicta de que **podemos concluí-la a 30+**.

.....

expandir, provamos que quem acreditava que os alargamentos conduziram a uma perda de eficácia estavam errados.

Senão, vejamos os exemplos dos últimos anos.

Chegámos a acordo sobre o Instrumento Europeu de Recuperação a 27.

Chegámos a acordo sobre a aquisição de vacinas a 27.

Chegámos a acordo sobre sanções em tempo recorde — também a 27.

Chegámos a acordo sobre a aquisição de gás natural — não só a 27, mas incluindo a Ucrânia, a Moldávia e a Sérvia.

Ou seja, é possível.

Mas temos de analisar mais atentamente todas as políticas e perceber como serão afetadas por uma União mais vasta.

É possível preparar a União para o alargamento mais rapidamente.

Implica afinar aspetos práticos sobre o funcionamento de uma União com mais de 30 países.

E, em especial, sobre a nossa capacidade de agir.

A boa notícia é que, de cada vez que a União se

É por isso que a Comissão começará a trabalhar numa série de **revisões das políticas anteriores ao alargamento**, a fim de determinar de que forma cada domínio poderá ter de ser adaptado a uma União mais vasta.

Teremos de refletir sobre o funcionamento das nossas instituições nessa realidade — de refletir sobre o futuro do Parlamento e da Comissão.

Temos de debater o futuro do nosso orçamento — em termos **daquilo que** financia, da **forma como** o financia e de como é **financiado**.

E temos de perceber como podemos garantir **compromissos de segurança credíveis** num mundo em que a dissuasão é mais importante do que nunca.

Estas são questões que temos de resolver **hoje** se quisermos estar preparados para amanhã.



A Comissão começará a trabalhar numa série de **revisões das políticas anteriores ao alargamento**, a fim de determinar de que forma cada domínio poderá ter de ser adaptado a uma União mais vasta.



A Comissão desempenhará o seu papel.

É por esta razão que **levaremos as nossas ideias à discussão pelos líderes no âmbito da Presidência belga**.

Vamos orientar-nos pela convicção de que a conclusão da nossa União é o melhor investimento na paz, na segurança e na prosperidade do nosso continente.

Chegou o momento de a Europa voltar a pensar em grande e de escrevermos o nosso próprio destino!

Conclusão

Senhoras e Senhores Deputados,

Victoria Amelina acreditava que é nosso dever coletivo escrever uma nova história para a Europa.

É neste ponto que a Europa hoje se encontra.

Num tempo e num lugar onde se escreve a história.

O futuro do nosso continente depende das opções que fizermos hoje.

Dos passos que tomarmos para completar a nossa União.

O povo da Europa quer uma União que o defenda num período de concorrência entre grandes potências.

Mas também que o proteja e esteja ao seu lado, como parceira e aliada nas suas batalhas quotidianas.

Ouviremos o que queiram dizer-nos.

O que é importante para os europeus é importante para a Europa.

Pensem novamente na visão e no imaginário da geração jovem com que comecei o meu discurso.

Chegou o momento de mostrar a esses jovens que somos capazes de construir um continente onde cada um pode ser quem é, amar quem quiser e sonhar o mais alto que quiser.

Um continente **reconciliado com a natureza**,
que **lidera o caminho para as novas**
tecnologias.

Um continente **unido na liberdade e na paz**.

Mais uma vez — está na hora de a Europa
responder ao apelo da história.

Viva a Europa!



Um continente **reconciliado**
com a natureza e que lidera
o caminho para as novas
tecnologias.



Bruxelas, 13 de setembro de 2023

Senhora Presidente,
Senhor Primeiro-Ministro,

A História atravessa hoje um momento decisivo. Os acontecimentos que nos marcaram nestes últimos quatro anos vão definir o mundo nas próximas décadas: a pandemia mundial, o regresso da guerra ao nosso continente, o aumento dos fenómenos meteorológicos extremos e o avanço da inteligência artificial.

Este ponto de viragem na história mundial constitui também um ponto de viragem para a Europa. A nossa resposta à guerra contra a Ucrânia e à concorrência entre as grandes potências fez emergir uma União geopolítica. Graças ao Instrumento Europeu de Recuperação, relançámos o motor da nossa economia e acelerámos a nossa transição digital e para energias limpas. O Pacto Ecológico Europeu — a nossa estratégia de crescimento — colocou a Europa firmemente na senda da neutralidade climática e foi determinante na nossa resposta à agressão da Rússia. Iniciámos o nosso percurso rumo a uma União Europeia da Saúde e a uma maior independência em setores fundamentais, como os da energia, dos circuitos integrados e das matérias-primas. Estamos na vanguarda mundial em termos de direitos digitais e alicerçámos a nossa recuperação nos direitos sociais, conseguindo preservar 40 milhões de postos de trabalho com a nossa proposta de regimes de trabalho com horário reduzido. Desenvolvemos também um trabalho pioneiro no domínio da igualdade de género, seja com a diretiva relativa à presença de mulheres nos conselhos de administração ou com a adesão da UE à Convenção de Istambul.

Graças ao trabalho conjunto das instituições da UE, **conseguimos concretizar mais de 90 % das prioridades definidas nas orientações políticas de 2019** — mau grado todas as crises. Levámos a bom porto **63 %** das **633** propostas legislativas apresentadas por esta Comissão. Mas não podemos ainda dar por terminados os nossos esforços. O tempo que nos resta até às eleições europeias será decisivo não só para concluirmos as tarefas que iniciámos como também para lançarmos as sementes para os próximos anos.

Está na hora de agir em prol do presente e de nos prepararmos para o futuro. Eis por que é fundamental chegar a consenso sobre as propostas legislativas já apresentadas. Tal como o Parlamento Europeu e o Conselho mostraram repetidas vezes durante este mandato — como no caso recente da legislação de apoio à produção de munições — querer é poder. Nos próximos meses, temos de dar prova do mesmo propósito comum em legislação essencial e, por exemplo, levar a bom termo o novo pacto em matéria de migração e asilo, pôr em prática os resultados da análise da governação económica e aprovar o regulamento relativo à inteligência artificial. Queremos também levar avante a nossa proposta de revisão intercalar do orçamento da UE, que contempla financiamento essencial para a concretização das nossas prioridades mais imediatas.

A fim de dar prioridade a este trabalho legislativo em curso, a Comissão irá apresentar apenas um **pequeno número de novas iniciativas que refletem os nossos atuais compromissos ou respondem a novos desafios** — tais como a meta climática para 2040 ou a luta contra a criminalidade organizada, em domínios como a introdução clandestina de migrantes ou o tráfico de droga. A lista seguinte destaca as nossas principais prioridades, relativamente às quais encetámos o devido diálogo político com o Parlamento Europeu, o Conselho e os órgãos consultivos. Estas ações serão pormenorizadas e complementadas no nosso programa de trabalho para 2024.

Ao mesmo tempo, continuaremos a envidar esforços para assegurar uma transição justa às pessoas, à indústria e aos agricultores. Trabalharemos para reduzir ainda mais os encargos administrativos e estimular a nossa competitividade industrial e o vigor do mercado único. Continuaremos a trabalhar com afinco para tornar a Europa mais justa e para concretizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, em especial no contexto da **cimeira de Val Duchesse** com os parceiros sociais, que decorrerá sob a égide da presidência belga, quase 40 anos após o encontro histórico que aí se realizou e contribuiu para lançar o diálogo social europeu. Realizaremos uma série de **diálogos com a indústria sobre a transição para energias limpas** e um **diálogo estratégico com a comunidade agrícola** para garantir uma aplicação justa, inteligente e inclusiva. Mario Draghi elaborará um relatório sobre o futuro da competitividade europeia, em que analisará os desafios que se colocam à indústria e às empresas no nosso mercado único.

Continuaremos também a **envidar esforços para tornar as nossas instituições mais representativas das pessoas a quem servimos**. Hoje em dia, mais de 47 % dos cargos de direção da Comissão são exercidos por mulheres. Vivemos agora claramente num quadro de equilíbrio entre homens e mulheres. Pela primeira vez na história, há mais mulheres do que homens com funções de diretor-geral na Comissão.

Nesta altura em que a guerra está a caminho de completar dois anos, a Europa mantém-se firme e inabalável no seu apoio à Ucrânia. E assim continuará enquanto for necessário. A União e os seus Estados-Membros já concederam um montante total de **76 mil milhões de EUR** para apoiar a economia, a sociedade e os esforços militares da Ucrânia. E é com orgulho que afirmo que iremos propor a **prorrogação da proteção temporária concedida aos cidadãos ucranianos na UE**. Desta forma, os nossos amigos ucranianos poderão continuar a beneficiar de acesso ao nosso mercado de trabalho, às nossas escolas e ao nosso sistema de saúde. Continuaremos também a envidar esforços para que a economia da Ucrânia se aproxime da nossa e o país prossiga o seu caminho rumo ao lugar que lhe cabe na nossa União. Ao mesmo tempo, continuamos a endurecer as sanções e procuramos aumentar a nossa assistência militar recorrendo ao Mecanismo Europeu de Apoio à Paz e treinando soldados ucranianos.

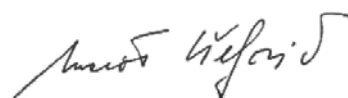
Temos pela frente uma tarefa de dimensão histórica. **Enquanto os países candidatos se preparam para a adesão, a nossa União deve também preparar-se**. Este próximo alargamento deve ser um catalisador de progresso, tal como todos os anteriores alargamentos foram preparados e complementados por profundas reformas institucionais. A Comissão apresentará as suas ideias a este respeito.

Nos meses iniciais deste mandato, afirmei que a Europa vive através de gerações. Agora que uma nova geração de europeus se dirige às urnas, temos de concretizar as suas aspirações e dar resposta às suas inquietações. Temos de traçar o caminho a seguir para **completar a nossa União e preparar a próxima geração do projeto europeu**.

É esta a tarefa comum que temos pela frente. Podem contar com a Comissão para trabalhar convosco em todas as etapas.



Ursula von der Leyen



Maroš Šefčovič

Principais prioridades para 2024

Pacto Ecológico Europeu

- Pacote legislativo europeu relativo à energia eólica
- Meta climática para 2040
- Iniciativa no domínio da resiliência hídrica

Uma Europa preparada para a era digital

- Legislação espacial da UE
- Estratégia para a economia dos dados obtidos a partir do espaço
- Estratégia para a abertura da capacidade de supercomputação europeia a empresas de IA em fase de arranque éticas e responsáveis

Uma Economia ao serviço das Pessoas

- Iniciativa da UE no domínio da biotecnologia e biofabricação
- Seguimento da Cimeira de Val Duchesse
- Materiais avançados para a liderança industrial
- Iniciativa relativa à regulamentação do Conselho de Empresa Europeu

Uma Europa mais Forte no Mundo

- Reforçar a parceria com África
- Estratégia industrial de defesa europeia

Promoção do Modo de Vida Europeu

- Prorrogação da proteção temporária para as pessoas forçadas a partir da Ucrânia
- Plano de ação de combate ao tráfico de droga, incluindo a Aliança Europeia de Portos
- Atualização do quadro jurídico e reforço da cooperação no combate à introdução clandestina de migrantes
- Diploma europeu conjunto

Um Novo Impulso para a Democracia Europeia

- Comunicação sobre reformas e políticas de pré-adesão
- Recomendação da Comissão sobre sistemas integrados de proteção das crianças



Europa: um futuro pelo qual vale a pena lutar

Há um ano, a União Europeia enfrentou um dos seus maiores desafios até à data, com o estalar da guerra no nosso continente e, pela primeira vez, um país vizinho a ser alvo de ataque devido à sua vontade de aderir à nossa União. A Rússia tentou chantagear-nos com a energia e a Europa esteve à beira de uma crise de combustíveis fósseis. Na altura não sabíamos se as nossas reservas de gás chegariam para todo o inverno. Mas sabíamos, no fundo dos nossos corações, que não podíamos desistir dos nossos amigos ucranianos, que estavam a lutar pela sua liberdade. **Precisávamos de acabar rapidamente com a nossa dependência dos combustíveis fósseis russos, diversificando e acelerando a transição para energias limpas. E fizemo-lo, todos juntos.** Não porque era fácil, mas porque tinha de ser feito.

É este o espírito da Comissão Europeia chefiada pela presidente Ursula von der Leyen. Desde 2019, nós, europeus, resistimos a uma pandemia mundial, suportámos uma crise energética e acolhemos nas nossas casas o maior número de pessoas deslocadas desde a Segunda Guerra Mundial. Apesar dessa adversidade, nunca hesitámos na prossecução do Pacto Ecológico Europeu, da inovação digital centrada no ser humano e da justiça social. **Esta Comissão mantém-se fiel à sua palavra e produz resultados.**

Conseguimos que não só os cidadãos da UE recuperassem a confiança na resiliência, na agilidade e na visão da nossa União, mas também que nós todos, europeus, ficássemos mais fortes e mais unidos. Em resposta à invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022, continuamos a estar ao lado da Ucrânia e do seu povo. Aprofundámos e alargámos o âmbito das nossas sanções, que estão a afetar fortemente a máquina de guerra russa. Continuamos a defender a ordem

assente em regras, a responsabilizar a Rússia pelos seus crimes e a **trabalhar em prol de uma paz justa**. Ajudámos a colmatar o défice orçamental da Ucrânia para 2023 e propusemo-nos nos continuar a apoiar a sua economia durante os próximos anos através de um novo mecanismo criado no âmbito do orçamento da UE. Ao mesmo tempo, temos vindo a **preparar a integração da Ucrânia na nossa família europeia**, centrando-nos na reconstrução e nas reformas. Além disso, para promover a segurança da nossa União alargada, estamos a reforçar as capacidades de defesa europeias.

Com o plano REPowerEU, ganhámos a guerra energética da Rússia contra a nossa economia: evitámos apagões; reduzimos os preços da energia para os níveis anteriores à guerra; e duplicámos as energias renováveis limpas, a preços acessíveis e produzidas internamente. Em maio de 2023, **pela primeira vez na história, a UE produziu mais eletricidade a partir de energia eólica e solar do que a partir de combustíveis fósseis**. Estamos também a recentrar a nossa atenção naquilo de que a indústria europeia precisa para ganhar a corrida mundial para o impacto zero, desde o Regulamento Indústria de Impacto Zero até ao Regulamento Europeu Matérias-Primas Críticas e ao banco de hidrogénio — todos eles atos legislativos transformadores.

No cerne da transformação económica da UE está o **NextGenerationEU**, o nosso plano histórico de recuperação e investimento. Na altura em que assinalamos o 30.º aniversário do mercado único, os 27 Estados-Membros estão a investir coletivamente em infraestruturas, como as interligações energéticas e as ilhas energéticas, bem como na mobilidade elétrica.

Estamos a expandir as indústrias inovadoras, como as baterias, os circuitos integrados e o

hidrogénio. O mercado de trabalho da UE é o mais forte das últimas décadas, mas a escassez de competências necessárias para as transições ecológica e digital pode limitar a nossa capacidade para alcançar os nossos objetivos. Foi por essa razão que designámos igualmente 2023 o Ano Europeu das Competências, com o propósito de redefinir as prioridades em matéria de melhoria de competências e formação ao longo da vida.

Para esta Comissão, o objetivo da UE é, em última análise, «unir pessoas — pela sua liberdade, pelos seus valores, simplesmente por um futuro melhor». À medida que nos aproximamos das **eleições europeias de 2024**, temos de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para empoderar as pessoas e garantir que exercem o seu direito democrático de voto. Protegeremos o espaço democrático contra interferências e ameaças, incluindo a corrupção, a desinformação, os ataques a jornalistas e as tentativas de potências estrangeiras para nos dividirem. **As nossas tradições democráticas, aspirações e unidade são a nossa força.**

Desde os fundadores do projeto de paz europeu, que tiveram a audácia de imaginar uma Europa unida após a Segunda Guerra Mundial, aos que, em 1989, destruíram a Cortina de Ferro que dividia o nosso continente, e agora aos heróis da Ucrânia que lutam pela liberdade e por um futuro europeu para os seus filhos, **o que nos une é que lutamos pelo que é certo.** Hoje em dia, a Europa defende mais uma vez um futuro pelo qual vale a pena lutar, e temos de ser nós a construí-lo.



Hoje em dia, a Europa defende mais uma vez **um futuro pelo qual vale a pena lutar, e temos de ser nós a construí-lo.**

1 Defender a promessa da Europa

Pela primeira vez na nossa história, um país vizinho está a ser alvo de ataques devido ao seu desejo de fazer parte da família europeia. A Rússia está a levar a cabo uma guerra contra a decisão soberana da Ucrânia — e a vontade claramente expressa do seu povo — de se aproximar da nossa União. A nossa resposta tem sido clara e tem de ser duradoura. Temos de trabalhar em prol de uma paz justa e continuaremos a fazê-lo. Isto significa ajudar a Ucrânia a defender-se, a recuperar a plena soberania e a avançar no sentido da adesão à UE.

Para alcançar estes objetivos, estamos a prestar ajuda humanitária, assistência económica e apoio militar à Ucrânia; a atribuir fundos significativos para as necessidades imediatas, a recuperação e modernização do país; a manter em funcionamento os serviços públicos essenciais, tais como hospitais e escolas; a restaurar as infraestruturas críticas destruídas pela Rússia, como os sistemas energéticos, os sistemas hídricos, as redes de transportes, as estradas e as pontes; e a ajudar a fornecer as capacidades de defesa necessárias. Além disso, concedemos direitos de proteção temporária aos ucranianos que vivem na UE e estamos a oferecer proteção e serviços de reabilitação especializados a crianças em dificuldades e não acompanhadas, tanto na Ucrânia como na UE, e a apoiar a reforma global da Ucrânia em matéria de estruturas de acolhimento de crianças.

Por outro lado, estamos a apoiar a Ucrânia no sentido de responsabilizar a Rússia pelo seu

crime de agressão e pelos crimes de guerra e a facilitar o regresso seguro das crianças ucranianas deportadas para a Rússia. A fim de enfraquecer a capacidade de guerra da Rússia, a **União Europeia impôs 11 pacotes de sanções abrangentes** que afetam setores-chave da economia russa, congelando ativos substanciais e excluindo os principais bancos russos do sistema SWIFT. No domínio da defesa, a UE reforçou a cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), reforçando simultaneamente as suas próprias capacidades de defesa conjuntas através do Fundo Europeu de Defesa.

Solidariedade com a Ucrânia durante o tempo que for preciso

A partir do momento em que a guerra de agressão da Rússia ensombrou a Ucrânia, o principal dever assumido pela União Europeia foi o de proteger a população civil ucraniana. Pela primeira vez nestes 20 anos após a adoção do instrumento, em 4 de março de 2022, poucos dias após o início da invasão russa, a UE decidiu unanimemente aplicar a **Diretiva Proteção Temporária**. Desde o início, isto garantiu direitos na UE aos ucranianos em fuga da guerra, incluindo autorizações de residência, alojamento, acesso ao mercado de trabalho, cuidados médicos e, muito importante, escola e educação para as crianças.

Os Estados-Membros da UE abriram as suas casas e os seus corações a milhões de ucranianos, oferecendo proteção temporária a cerca de quatro milhões de pessoas, das quais quase metade são mulheres. **A UE tornou-se um porto seguro para quase um quinto das crianças ucranianas.** Esta resposta societal abrangente à maior deslocação de pessoas na Europa desde a Segunda Guerra Mundial teve efeitos profundos no tecido das nossas sociedades.



Cidadãos ucranianos em fuga da guerra salvaram uma escola primária rural na Irlanda que estava em risco de encerramento. A Escola Nacional Lismoil, em Roscommon, acolheu 14 crianças ucranianas, que representam mais de metade da população estudantil da escola.



Atualmente, estima-se que mais de cinco milhões de pessoas estejam internamente deslocadas na Ucrânia. As nuvens negras da guerra e os ataques deliberados contra civis por parte da Rússia significam que cerca de 17,6 milhões de pessoas necessitam de ajuda humanitária em 2023.

Desde o início da invasão, a Comissão autorizou 733 milhões de EUR para programas de ajuda humanitária. Foi mobilizado um total de 685 milhões de EUR para assistência humanitária na Ucrânia e 48 milhões de EUR para ucranianos em fuga da guerra e para comunidades de acolhimento na vizinha Moldávia. Entre janeiro e junho de 2023, **7,9 milhões de ucranianos**, inclusivamente em áreas especialmente atingidas, **receberam apoio humanitário da UE** e de outros generosos contribuidores.

Desde janeiro de 2023:

- mais de quatro milhões de pessoas receberam assistência alimentar,
- as intervenções ou os fornecimentos no domínio da saúde beneficiaram 5,6 milhões de pessoas,
- a assistência pecuniária chegou a 2,9 milhões de pessoas,

Proteção temporária para cerca de **quatro milhões de pessoas**

quase
50 % são
mulheres



A Comissão autorizou **733 milhões de EUR** para programas de ajuda humanitária



- os serviços de proteção crítica foram alargados a 1,1 milhões de pessoas, e
- quase 3,3 milhões de pessoas voltaram a ter acesso a água potável e a serviços essenciais de higiene e saneamento.

Além disso, as **iniciativas CARE** de 2022 (ação de coesão a favor dos refugiados na Europa e assistência flexível aos territórios) introduziram uma ampla flexibilidade na política de coesão, permitindo a reprogramação de fundos de coesão não atribuídos em 2014-2020 no valor máximo de 17 mil milhões de EUR, com alguma flexibilidade específica para 2021-2027 a fim de apoiar as pessoas que fogem da invasão russa.



Na sua maioria, os ucranianos sob proteção temporária na UE estão bem integrados. É

especialmente o caso da Estónia, onde quase metade dos ucranianos em idade ativa já tem emprego.



Através da ativação do **Mecanismo de Proteção Civil da UE**, a UE canalizou eficazmente para a Ucrânia a ajuda proveniente dos 27 Estados-Membros, e ainda da Islândia, da Macedónia do Norte, da Noruega, da Sérvia e da Turquia. Foram entregues à Ucrânia mais de 94 000 toneladas de assistência em espécie, estimadas em mais de 760 milhões de EUR. Isto inclui a mobilização das nossas próprias reservas de emergência rescEU, que permitiram disponibilizar 121 milhões de EUR em abrigo, energia, assistência médica e equipamento especializado, com o intuito de atenuar os riscos para a saúde pública, como as ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares. **É a solidariedade da UE no seu melhor.**

Uma vez que a Rússia continua a pôr em risco as instalações nucleares civis, a UE forneceu à Ucrânia mais de 54,8 milhões de EUR em assistência material **relacionada com a segurança nuclear** proveniente da reserva estratégica rescEU. Graças aos fundos do Instrumento Europeu para a Cooperação Internacional no domínio da Segurança Nuclear, foi possível iniciar a recuperação de laboratórios e equipamentos danificados pelos ocupantes russos na zona de exclusão de Chernobil, tendo sido criado um sistema moderno automatizado de monitorização das radiações.

Além disso, a UE está a liderar as **evacuações médicas de doentes ucranianos** que precisam de tratamento médico urgente. Através do **Mecanismo de Proteção Civil da UE**, mais de 2 500 operações de evacuação médica de doentes ucranianos foram executadas com êxito. Para ajudar ainda mais estes doentes, a UE abriu um polo Medevac (polo de evacuações médicas) em Rzeszów, na Polónia, em setembro de 2022. Os voos semanais de evacuação médica são operados por um avião médico

especializado fornecido pela Noruega e financiado pela UE. Além do mais, o programa de financiamento EU4Health tem vindo a apoiar projetos centrados na **saúde mental e no apoio psicológico** às pessoas na Ucrânia e às pessoas que chegam à UE vindas da Ucrânia.

Em resposta aos violentos ataques da Rússia às infraestruturas energéticas da Ucrânia, foram rapidamente tomadas medidas de emergência. A UE, juntamente com os seus parceiros humanitários, forneceu à Ucrânia cerca de **5 760 geradores de eletricidade**. Estes variam em dimensão e capacidade, indo desde unidades capazes de fornecer energia a agregados familiares até modelos maiores, capazes de sustentar hospitais. Em colaboração com a empresa Enel, a Comissão doou igualmente **5 700 painéis solares** à Ucrânia. Estes painéis são produzidos em Catânia, em Itália, com o apoio do Fundo de Inovação e visam fornecer eletricidade a escolas, hospitais e quartéis de bombeiros.

No início da guerra, a UE tomou uma iniciativa decisiva para **estabilizar os sistemas de eletricidade da Ucrânia e da Moldávia**, sincronizando as redes elétricas destes países com a rede continental europeia. Desde a entrada em funcionamento da nova linha elétrica Polónia-Ucrânia, em 7 de maio de 2022, a Ucrânia e a Moldávia têm tido capacidade para importar até 1 050 megawatts da Europa continental.

Apesar da turbulência da guerra, é da maior importância que os ucranianos possam permanecer ligados aos seus entes queridos. Por conseguinte, a Comissão contactou os operadores de telecomunicações da UE e da Ucrânia, instando-os a permitir que os ucranianos na UE utilizem os seus telemóveis com tarifas

5 700

Painéis solares doados pela
Comissão Europeia à Ucrânia



de *roaming* (itinerância) mínimas ou nulas durante um período de três meses. Este acordo, que foi assinado por 38 dessas empresas, tem sido bem-sucedido na **facilitação do *roaming* transfronteiriço**. Além de tornar o *roaming* acessível, a UE distribuiu 2,5 milhões de cartões SIM a refugiados ucranianos e criou pontos de acesso Wi-Fi em pontos fronteiriços e em abrigos. Em 24 de abril de 2023, a UE integrou as regras em matéria de *roaming* no Acordo de Associação UE-Ucrânia.

Tirar pleno partido do poder económico e financeiro da União Europeia

Desde o início da invasão, a UE e os seus Estados-Membros demonstraram uma solidariedade sem precedentes para com a Ucrânia, **tendo mobilizado 59 mil milhões de EUR em apoio financeiro, humanitário, de emergência, orçamental e militar**. Foi afetado um total de 38,8 mil milhões de EUR (31 mil milhões de EUR do orçamento da UE e 7,8 milhões de EUR dos Estados-Membros) ao reforço da resiliência económica, societal e financeira global da Ucrânia. Para apoiar as forças armadas ucranianas na defesa da sua nação, a assistência militar da UE chega a 20 mil milhões de EUR, tendo 5,6 milhões de EUR destes sido mobilizados no quadro do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Além disso, a UE e os seus Estados-Membros mobilizaram pelo menos 17 mil milhões de EUR para apoiar as pessoas que fogem da Ucrânia. **O apoio total à Ucrânia e ao seu povo eleva-se assim a 76 mil milhões de EUR.**

Em 2022, a UE canalizou **7,2 mil milhões de EUR de assistência macrofinanceira à Ucrânia** para assegurar o funcionamento contínuo do governo do país e a prestação de serviços públicos. Em maio de 2022, 500 milhões de EUR desta operação de apoio orçamental foram prometidos no âmbito da iniciativa global de angariação de fundos «Stand up for Ukraine» e da Conferência Internacional de Doadores de Alto Nível para a Ucrânia, com o objetivo de dar

resposta às necessidades urgentes do país em matéria de habitação, educação e agricultura.

Em 2023, a UE está a disponibilizar um pacote de apoio sem precedentes à Ucrânia num montante que pode ir até aos **18 mil milhões de EUR**, sob a forma de empréstimos em condições altamente favoráveis, **12 mil milhões de EUR dos quais já foram desembolsados**. Graças a este apoio, a Ucrânia pode continuar a pagar salários e pensões e a manter serviços públicos essenciais, como hospitais, escolas e habitação para as pessoas recolocadas. O apoio contribuirá igualmente para assegurar a estabilidade macroeconómica e restaurar as infraestruturas críticas destruídas.

A UE disponibiliza um pacote de apoio à Ucrânia de até **18 mil milhões de EUR**



Em junho de 2023, na revisão intercalar do quadro financeiro plurianual (QFP), a Comissão Europeia propôs a criação de um novo **mecanismo para a Ucrânia no âmbito do orçamento da União Europeia**, o qual assegurará a prestação de um apoio financeiro coerente, previsível e flexível à Ucrânia entre 2024 e 2027. O Mecanismo para a Ucrânia prevê até 50 mil milhões de EUR em subvenções do orçamento da UE e em empréstimos contraídos nos mercados de capitais. Além disso, o Governo da Ucrânia preparará um plano de investimento e reformas em concertação estreita com a Comissão.

49 milhões de toneladas
de produtos agrícolas ucranianos



© Adobe Stock

99 mil milhões de EUR
valor estimado desses produtos

Os **corredores solidários UE-Ucrânia** evoluíram como um elemento vital para a economia ucraniana, facilitando a exportação de um número impressionante de 49 milhões de toneladas de produtos agrícolas ucranianos. Estes corredores vitais asseguram não só a exportação de produtos agrícolas, mas também a importação dos produtos de base necessários. O valor comercial total realizado através deste corredor está estimado em cerca de 99 mil milhões de EUR. O montante substancial de mil milhões de EUR — proveniente de contribuições da Comissão, do Banco Europeu de Investimento, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e do Grupo do Banco Mundial — está a ser mobilizado para aumentar a capacidade e a eficiência destes corredores solidários.

Em fevereiro de 2023, foi assinado um pacto histórico entre a Comissão e a Ucrânia, **associando a Ucrânia ao programa do mercado único** — um esforço concebido para facilitar o acesso do país ao mercado, promover um ambiente empresarial propício e estimular o seu crescimento sustentável a longo prazo. As medidas comerciais autónomas da UE, que preveem a liberalização pautal total das importações da UE de todos os bens da Ucrânia, funcionam em conjunto com os corredores solidários para assegurar um fluxo harmonioso de bens agrícolas essenciais da Ucrânia para e através da UE. Em 5 de junho de 2023, as medidas foram prorrogadas por mais um ano.

A associação da Ucrânia ao programa Horizonte Europa e ao programa Euratom de Investigação e Formação é uma iniciativa fundamental destinada a preservar e promover o seu

ecossistema de investigação e inovação.

Além disso, no início de junho de 2023, a UE e a Ucrânia assinaram um acordo que permitirá aos promotores de projetos ucranianos candidatarem-se a financiamento da UE para projetos de interesse comum nos domínios dos transportes, da energia e digital, o que melhorará ainda mais a conectividade do país com os seus vizinhos da UE. O acordo irá apoiar também a integração da Ucrânia no mercado único da UE e promover o crescimento, o emprego e a competitividade.

Ajudar a Ucrânia a defender-se

Os corajosos soldados ucranianos estão a defender a sua terra, o seu povo e os seus valores democráticos, mas precisam de mais do que só coragem para defender a sua nação. É aqui que entra a UE — partilhando a sua força e os seus recursos através de três vias estratégicas: equipamento, formação e produção industrial.

O apoio inabalável da UE está a fazer uma diferença decisiva no campo de batalha. O **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz**, com um financiamento de 5,6 mil milhões de EUR, permitiu a entrega de tanques, helicópteros, sistemas de defesa aérea, mísseis e munições. Esta contribuição, reforçada pela assistência militar bilateral dos Estados-Membros, significa que foi concedido à Ucrânia um total de **20 mil milhões de EUR em apoio militar**. A UE está empenhada em continuar a apoiar a Ucrânia enquanto for necessário; estão em curso debates sobre uma abordagem substancial de longo prazo do apoio militar através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Mas os nossos esforços não se limitam ao fornecimento de equipamento. A **Missão de Assistência Militar da UE**, dotada de um orçamento de 168 milhões de EUR gerido pelo Conselho, visa reforçar a capacidade militar das Forças Armadas da Ucrânia e já deu formação a 25 000 soldados ucranianos. Estamos cada vez mais perto de cumprir o nosso objetivo de **formar plenamente 30 000 soldados ucranianos** até ao final do ano.

Em 20 de março de 2023, o Conselho da União Europeia aprovou uma proposta significativa: o fornecimento de munições à Ucrânia, que delas muito necessita. Esta iniciativa visa acelerar a entrega e a contratação pública conjunta, a fim de poder fornecer um milhão de munições de artilharia à Ucrânia dentro de 12 meses. Baseia-se na seguinte estratégia em três vertentes:

- em primeiro lugar, ajudar os Estados-Membros com a transferência imediata de munições de artilharia de 155 mm dos arsenais nacionais,
- em segundo lugar, consolidar a procura europeia através do lançamento de aquisições conjuntas pelos Estados-Membros de munições de 155 mm, sendo que a Agência Europeia de Defesa desempenha um papel fundamental nesta vertente,
- por último, aumentar a capacidade de produção de munições da UE para satisfazer a procura crescente da Ucrânia.

Em 3 de maio de 2023, a Comissão propôs o **ato legislativo de apoio à produção de munições (ASAP)**, uma iniciativa no valor de 500 milhões de EUR, que inclui medidas específicas e orientadas para impulsionar a produção e garantir o fornecimento seguro de munições no seio da UE. O Regulamento Ação de Apoio à Produção de Munições foi adotado em 20 de julho e entrou em vigor no final desse mês. A Comissão não está a poupar esforços para aplicar rapidamente o referido regulamento, para que os Estados-Membros possam, em função das necessidades, fornecer e ajudar ainda mais a Ucrânia.

O campo de batalha físico não é o único local onde a Ucrânia enfrenta agressão, pois a Rússia está a desenvolver uma guerra híbrida contra a Ucrânia e contra a UE. Em resposta, a UE reforçou a **ciber-resiliência da Ucrânia** com 10 milhões de EUR de investimento em equipamento, *software* e outras formas de apoio conexas. Um montante adicional de 15 milhões de EUR de um pacote de 330 milhões de EUR foi dedicado à promoção da resiliência da transformação digital, com o intuito de ajudar a Ucrânia a combater os ataques híbridos da Rússia.



Em fevereiro de 2023, uma campanha de financiamento colaborativo denominada **Radarom!**, lançada por cidadãos na Lituânia, angariou fundos para a aquisição de 16 radares de defesa aérea destinados a proteger os céus da Ucrânia contra os mísseis russos, o que excedeu em muito o objetivo inicial de cinco radares.



Responsabilizar a Rússia

Com a brutal invasão da Ucrânia pela Rússia, perderam-se tragicamente muitas vidas e inúmeras pessoas atravessaram dificuldades indescritíveis. Bucha, em tempos um subúrbio pacífico na periferia de Kiev, lembra-nos agora de forma brutal a horrível tortura, as violações e os assassinatos de civis inocentes que ocorreram em março de 2022 e que continuam a ter lugar em todo o território ocupado da Ucrânia. A **UE homenageia a memória de todas as vítimas e reforça o seu empenho inabalável em garantir que a justiça prevalecerá** e que estes crimes não ficarão impunes.

Atualmente, a Procuradoria-Geral da Ucrânia está a investigar mais de 100 000 casos de presumíveis crimes de guerra e crimes contra a humanidade, que são considerados as violações mais graves ao direito internacional. Tendo em conta o número crescente de elementos de prova, o empenho da UE em apoiar a investigação e a ação penal contra estes crimes é cada vez mais forte em cada dia que passa.



O voluntário Konstantin Gudauskas, filho de um pai lituano e de uma mãe cazaque, utilizou o seu passaporte cazaque para viajar pelos territórios ocupados pela Rússia na Ucrânia e ajudou a salvar mais de 200 pessoas na região de Kiev, concretamente em Bucha. Os ucranianos chamam-lhe «**o anjo de Bucha**».



As crianças estão entre as vítimas mais vulneráveis das atrocidades cometidas pela Rússia. Estima-se que 5,7 milhões de crianças em idade escolar na Ucrânia tenham sido afetadas pela agressão injustificada da Rússia e que mais de 2 800 escolas e instalações dedicadas à infância tenham sido danificadas ou destruídas. Segundo a Ucrânia, quase **20 000 crianças ucranianas foram transferidas de forma ilegal e forçada para a Rússia**.

Desde o início da guerra ilegal da Rússia contra a Ucrânia, a UE impôs sanções a cerca de **40 indivíduos** responsáveis pela deportação e transferência ilegais de crianças ucranianas para a Rússia e pela implantação de programas de reeducação, pelo que continuamos a identificar alegados autores. Em 17 de março de 2023, o Tribunal Penal Internacional emitiu mandados de detenção contra o Presidente russo Vladimir Putin e contra Maria Alekseyevna Lvova-Belova, comissária para os direitos da criança no gabinete do presidente da Rússia. Estas medidas passam a mensagem inequívoca de que nenhum indivíduo está acima da lei e que qualquer pessoa que cometa crimes internacionais graves pode ser levada a tribunal.

A UE acordou em consagrar 7,5 milhões de EUR para apoiar as investigações do Tribunal Penal Internacional sobre os crimes de guerra perpetrados pela Rússia.

Além disso, a UE:

- forneceu à Procuradoria-Geral da Ucrânia mais de 6 milhões de EUR para melhorar a estrutura informática e adquirir equipamentos informáticos cruciais,
- permitiu à Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust) preservar, armazenar e analisar de forma segura as provas numa nova base de dados (CICED — Core International Crimes Evidence Database),
- reforçou tanto a Eurojust como a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) nas suas funções de coordenadores nacionais de investigação dos Estados-Membros da UE, e

- colaborou com os seus parceiros mundiais para assegurar a responsabilização dos culpados e uma resposta internacional.

Ao mesmo tempo que apoiamos os esforços do Tribunal Penal Internacional, prosseguimos também os debates com os nossos Estados-Membros e com os parceiros internacionais sobre a criação de um tribunal especial para julgar os líderes russos responsáveis pelo crime de agressão da Rússia. Como primeiro passo prático, em 2 de fevereiro de 2023, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou a criação de um **centro internacional de ação penal pelo crime de agressão contra a Ucrânia** com o objetivo de apoiar a atual equipa de investigação conjunta do Eurojust, localizada em Haia.

Este centro, que iniciou as suas atividades em julho de 2023, apoia a coordenação das investigações nacionais do crime de agressão e a recolha de novos elementos de prova. O centro será fundamental para aumentar a capacidade de preparar processos relativos ao crime de agressão e preservar elementos de prova relevantes para a acusação e futuros julgamentos, além de proporcionar uma estrutura para implementar uma estratégia comum de investigação e ação penal e contribuir para o intercâmbio e a análise das provas recolhidas desde o início da agressão russa. Assegurará igualmente uma estreita coordenação com as investigações do Tribunal Penal Internacional. A UE participa nos debates sobre a criação de um tribunal especial no âmbito do Grupo Central, juntamente com parceiros internacionais.



7,5 milhões de EUR

dedicados pela UE a apoiar as **investigações do Tribunal Penal Internacional**

A Rússia terá de suportar as consequências jurídicas dos seus atos ilícitos à luz do direito internacional e será obrigada a pagar indemnizações. A Comissão apoia as discussões sobre a criação de um **mecanismo de compensação pelos danos** causados pela agressão da Rússia contra a Ucrânia. Tendo em mente a compensação de danos, em 12 de maio de 2023, o Comité de Ministros do Conselho da Europa adotou uma resolução que cria um **registo internacional de danos** em Haia através de um acordo parcial alargado, aberto a países terceiros. A UE tornou-se membro associado fundador deste acordo em 11 de maio de 2023. O objetivo do registo será guardar provas e informações sobre pedidos de indemnização, perdas ou destruição por parte de todas as pessoas e entidades interessadas, bem como do Estado da Ucrânia, causados pelas ações ilegais à luz do direito internacional da Rússia na Ucrânia ou contra a Ucrânia.



«Não dê voz à propaganda do Kremlin» é uma campanha premiada da Representação de Bratislava da Comissão, na qual Darina Chmúrová, que, em criança, tinha dado voz a um conto de fadas russo, alerta os seus concidadãos para que hoje em dia não acreditem «contos de fadas» patrocinados pelo Estado russo.



Sanções e enfraquecimento da máquina de guerra da Rússia

Face à persistente agressão militar, ilegal e injustificável, da Rússia contra a Ucrânia, a UE mantém o seu compromisso inabalável para com a soberania, a independência e a integridade territorial da Ucrânia, dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Até à data, a UE adotou **11 pacotes de sanções contra a Rússia**. Estas sanções atingem o coração da economia russa, privando-a de tecnologias e mercados essenciais. Concebidas para **obstruir gravemente a capacidade do Kremlin de financiar e conduzir a guerra**, estas sanções impõem custos económicos e políticos claros aos membros da elite no poder russo que são responsáveis pela invasão. Estas medidas têm por base as sanções impostas à Rússia desde 2014, na sequência da anexação ilegal da península da Crimeia e da desestabilização do leste da Ucrânia.

Os indivíduos que figuram na lista de sanções estão proibidos de entrar ou transitar pelo território da UE e todas as suas contas bancárias na UE estão congeladas. Além da imobilização de mais de 200 mil milhões de EUR em ativos do banco central russo, **24 mil milhões de EUR em ativos detidos por particulares russos foram declarados congelados** na UE.

No rescaldo imediato da invasão, a UE acordou em excluir os principais bancos russos do sistema SWIFT, o principal sistema mundial de mensagens financeiras. Em resultado, esses bancos ficaram impedidos de executar as suas transações financeiras a nível mundial de forma rápida e eficiente. Cerca de **70 % dos ativos do sistema bancário russo estão agora sujeitos a sanções rigorosas**.

Apesar de as significativas receitas de petróleo e gás da Rússia terem servido de amortecedor durante o primeiro ano da invasão, as sanções **constituíram um duro golpe para a economia russa** e as receitas das vendas de petróleo caíram, graças ao limite de preços instituído pela UE, o G7 e a Austrália. O produto interno bruto (PIB) russo diminuiu mais de 2 % em 2022 e a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos prevê um novo declínio de 2,5 % até ao final de 2023. O elevado excedente orçamental

A UE concordou em **excluir os principais bancos russos** do sistema SWIFT



© Adobe Stock

do primeiro semestre de 2022 (em grande parte devido aos elevados preços do petróleo e do gás) foi apagado nos meses seguintes, tendo o orçamento federal terminado com um déficit de 2,3 % para o ano.

Tendo em conta a atual contração da atividade económica russa e a depreciação dos preços da energia, não se espera que a situação orçamental melhore a curto prazo. Os efeitos das sanções continuarão a exacerbar-se ao longo do tempo, devido ao impacto dos seus efeitos a longo prazo no orçamento, nos mercados financeiros, no investimento estrangeiro e nas bases industriais e tecnológicas da Rússia.

Tal como acontece com todas as sanções da UE, as adotadas em resposta à invasão ilegal da Ucrânia pela Rússia incluem disposições especiais para fins humanitários e médicos.

Além disso, a UE tomou medidas para garantir que as suas sanções não afetam o comércio em setores que são críticos em todo o mundo para países terceiros, como a **segurança alimentar e energética**.

Além das sanções em matéria económica, a UE impôs sanções específicas contra os indivíduos responsáveis por apoiar, financiar ou aplicar medidas que comprometam a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia. No total, incluindo sanções individuais anteriores impostas após a anexação ilegal da península da Crimeia em 2014, **a UE sancionou cerca de 1 800 indivíduos e entidades**.

Embora as sanções da UE visem, na sua maioria, a Rússia, algumas foram também adotadas contra a **Bielorrússia** em resposta ao seu envolvimento na invasão da Ucrânia e para evitar a evasão de sanções contra a Rússia. O **Irão** foi igualmente sancionado pelo fabrico e fornecimento de drones utilizados para atacar a Ucrânia.

A UE adotou igualmente uma «**cláusula antievasão**» rigorosa que proíbe os cidadãos ou as empresas da UE de contornar, de forma consciente e intencional, as sanções. Além disso, a UE decidiu acrescentar a violação de medidas

restritivas à lista de crimes incluída no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, assinalando um **avanço significativo na aplicação de sanções**. A proposta de diretiva da Comissão que contém regras mínimas relativas à definição de infrações penais e sanções aplicáveis à violação de medidas restritivas da UE reforçará ainda mais estes esforços.

Além disso, a nomeação de um **Enviado Especial da UE para a aplicação de sanções da UE** serve para reforçar a coordenação com os países parceiros e assegurar que as exportações proibidas pela UE não chegam à Rússia através de países terceiros.

Reconstrução e reforma na via europeia da Ucrânia

A guerra contra a Ucrânia é um momento crucial para o projeto europeu. A agressão de Putin visa em primeiro lugar a Ucrânia. É um ataque inaceitável à Carta das Nações Unidas e ao direito internacional e visa igualmente os nossos valores e a nossa União. **Pela primeira vez na nossa história, um país vizinho está a ser alvo de ataques devido ao seu desejo de fazer parte da família europeia.** A Rússia está a levar a cabo uma guerra contra a decisão soberana da Ucrânia — e a vontade claramente expressa do seu povo — de se aproximar da nossa União. A nossa resposta foi clara e forte e tem de ser duradoura. Continuaremos a proporcionar os meios para a Ucrânia se defender e a ajudar a Ucrânia a expulsar o invasor russo do seu território e recuperar a plena soberania.

O apoio às reformas, à recuperação e à reconstrução da Ucrânia já começou. O futuro da Ucrânia passa pela UE, tal como se confirmou em acontecimentos significativos, como a **primeira reunião de sempre entre o colégio de comissários e o Governo ucraniano**, realizada em 2 e 3 de fevereiro de 2023. Desde junho de 2022, a Ucrânia é

reconhecida como país candidato à adesão à UE, sob reserva da realização de reformas fundamentais para se alinhar pelos padrões e as normas da UE. Apesar de combater uma guerra existencial, a Ucrânia tem vindo a demonstrar progressos rápidos nas medidas de reforma necessárias, descritas no parecer da Comissão sobre o seu pedido de adesão à UE.

A comunidade internacional tem envidado esforços para ajudar a Ucrânia em várias frentes. Em outubro de 2022, a Comissão e a Alemanha, então na qualidade de presidente do G7, organizaram conjuntamente em Berlim a Conferência Internacional de Peritos sobre a Recuperação, a Reconstrução e a Modernização da Ucrânia. Além disso, a **Plataforma Multiagências de Coordenação de Doadores** foi lançada em 26 de janeiro de 2023 com o intuito de sincronizar o apoio mundial. A plataforma é a primeira na história da ajuda internacional. Nunca antes existiu um ponto focal único para os principais doadores internacionais. A plataforma garante que o apoio vai exatamente para onde a Ucrânia mais precisa. O apoio à recuperação, reconstrução e modernização da Ucrânia exige um enorme esforço internacional.



Em março de 2023, a Comissão, em associação com organizações ucranianas, lançou um programa de reforço das capacidades para a reconstrução da Ucrânia ao abrigo do **Novo Bauhaus Europeu**.



Uma parte significativa deste esforço passa pelo **mecanismo proposto para a reconstrução da Ucrânia, no valor máximo de 50 mil milhões de EUR** do orçamento da UE previsto para 2024-2027. Dada a complexidade dos desafios que se colocam à reconstrução e às reformas, a Ucrânia necessita de um apoio sustentado da UE. O mecanismo visa dar resposta tanto às necessidades imediatas de recuperação como aos esforços de modernização a médio prazo. Os investimentos são cuidadosamente acompanhados de reformas transformadoras para orientar a Ucrânia no seu percurso europeu.



Foi dada especial atenção às crianças ucranianas, o futuro do país. A agressão russa afetou 5,7 milhões de crianças em idade escolar e danificou ou destruiu mais de 2 800 instalações escolares. A Comissão destinou **100 milhões de EUR à reabilitação de escolas ucranianas e mais 14 milhões de EUR à doação de autocarros escolares**, com um apoio adicional através da campanha Autocarros Escolares para a Ucrânia, levada a cabo em 11 Estados-Membros da UE, que permitiu doar 300 autocarros e garantiu o transporte seguro das crianças ucranianas.

Para apoiar a limpeza do grande número de minas e engenhos explosivos não detonados no território ucraniano, a Comissão disponibilizou **3,5 milhões de EUR em financiamento humanitário para ações antiminas** através de organizações não governamentais internacionais. Além disso, o **Instrumento de Política Externa** apoiou a ação de desminagem humanitária com 18 milhões de EUR e uma medida de assistência do **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz**, no valor de 4 milhões de EUR, apoia as capacidades de desminagem das Forças Armadas ucranianas.

Além disso, as ações de resposta rápida, com um orçamento total de até 25 milhões de EUR, encontram-se em fases avançadas de preparação e incluem o fornecimento de mais equipamento de desminagem para melhorar a eficiência da governação das ações antiminas.



Técnicos de desminagem da Croácia estão já a partilhar as suas competências com peritos da Ucrânia.

Enquanto país que sofreu com a guerra dos anos 1990, a Croácia é o único Estado-Membro da UE que ainda desmina as suas terras, beneficiando de 120 milhões de EUR de apoio da UE até 2027. A dolorosa experiência da Croácia com a guerra conferiu-lhe um inestimável conjunto de competências para ajudar a Ucrânia a recuperar e a reconstruir-se.



A UE está também a tomar medidas para **garantir que a Rússia e os seus oligarcas compensam a Ucrânia pela destruição.** Em novembro de 2022, foram apresentadas opções para utilizar na recuperação da Ucrânia mais de 24 mil milhões de EUR em ativos russos congelados, juntamente com as receitas de mais de 200 mil milhões de EUR de ativos do Banco Central Russo imobilizados na UE. A Comissão e o alto representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança estão a trabalhar numa proposta que compensaria a Ucrânia pelas suas perdas. A este respeito, quaisquer medidas escolhidas terão de respeitar os princípios do direito internacional e europeu, bem como os valores da UE, em especial o princípio da proporcionalidade, e de ter igualmente em conta a atenuação de eventuais consequências financeiras, bem como quaisquer contramedidas do lado russo.

A nossa cooperação com a Ucrânia centra-se na perseguição de uma paz justa.

A nossa posição não recompensa o agressor nem compromete os direitos do povo ucraniano de controlar o seu destino. Acima de tudo, terá de continuar a vigorar o princípio orientador **«nada do que diz respeito à Ucrânia pode ser feito sem a Ucrânia».**

Abertura de uma nova fase na unificação do nosso continente

Nós, europeus, compreendemos agora que existem forças fora da nossa União que tentam dividir o nosso continente e que querem cavar um fosso entre os povos da Europa. Querem acabar com o sonho de uma família europeia unida e, em vez disso, dividir a Europa em esferas de influência. Hoje em dia, existe uma nova consciência na UE. **Temos de nos responsabilizar por trazer para muito mais perto de nós os futuros membros da nossa União.**

As ondas de choque criadas pela guerra de agressão de Putin chegaram imediatamente aos nossos seis parceiros dos **Balcãs Ocidentais**, mas isso só nos aproximou. Alargámos aos Balcãs Ocidentais as mesmas medidas de solidariedade que vigoram no interior da nossa União. Graças ao pacote de apoio no domínio da energia, no valor de mil milhões de EUR, demos apoio às famílias vulneráveis para suportarem os elevados custos energéticos e estamos a construir novas infraestruturas para reduzir a dependência da região em relação aos combustíveis fósseis russos. Esta cooperação prática decorreu em paralelo com os progressos realizados em matéria de adesão da região à UE.

Em dezembro de 2022, assistimos a uma cimeira histórica UE-Balcãs Ocidentais em Tirana, realizada pela primeira vez na região. Em junho de 2023, a presidente Ursula von der Leyen apresentou **um novo plano de crescimento para os Balcãs Ocidentais**, assente em quatro pilares: aproximar os Balcãs Ocidentais do mercado único da UE, aprofundar a integração económica regional, acelerar as reformas fundamentais e aumentar os fundos de pré-adesão. Não estamos apenas a solicitar aos nossos parceiros que deem novos passos em direção a nós; estamos também a dar

um grande passo em direção a eles. Estamos prontos a propor um aumento do financiamento para apoiar uma convergência socioeconómica mais rápida com a UE, em benefício da população dos Balcãs Ocidentais.

Em junho, na segunda reunião da Comunidade Política Europeia, a presidente Ursula von der Leyen anunciou um novo pacote de apoio de 300 milhões de EUR para ajudar a **Moldávia** a enfrentar o desafio de uma guerra à sua porta e acelerar a sua integração na UE.

Reforçar a defesa europeia

Perante a agressão da Rússia à Ucrânia, a UE e a OTAN uniram-se resolutamente. A OTAN é a aliança de defesa mais forte do mundo e constitui a pedra angular da arquitetura de segurança da Europa. Dada a ameaça persistente e palpável da Rússia, a **parceria estratégica UE-OTAN atingiu novos níveis de cooperação** na sequência da assinatura da Declaração Conjunta sobre a Cooperação UE-OTAN, em janeiro de 2023. A cooperação foi alargada a novos domínios, como as tecnologias emergentes e disruptivas, o clima e a defesa, e o espaço.

A UE e a OTAN lançaram também um grupo de trabalho UE-OTAN sobre a resiliência das infraestruturas críticas, a fim de reforçar a nossa segurança comum. Dois Estados-Membros da UE decidiram recentemente aderir à aliança. Na sequência da conclusão dos debates de adesão, a Finlândia e a Suécia assinaram os protocolos de adesão à OTAN em 5 de julho de 2022.

A Finlândia tornou-se oficialmente o 31.º Estado-Membro da OTAN em 4 de abril de 2023. Como tal, 22 dos 27 Estados-Membros são atualmente membros da OTAN.



Não só houve mais Estados-Membros da UE a aderir à OTAN, como também se reforçou a cooperação da UE no domínio da defesa. Num referendo realizado em 1 de junho de 2022, os eleitores dinamarqueses apoiaram a adesão da Dinamarca à política comum de segurança e defesa da UE, **pondo termo a 30 anos de autoexclusão da Dinamarca relativamente à cooperação da UE no domínio da defesa**. Em consequência, a Dinamarca aderiu à cooperação da UE em matéria de segurança e defesa em 1 de julho de 2022 e começou a contribuir para as missões e operações da UE nesse domínio. Em maio de 2023, a Dinamarca tornou-se o 26.º membro da CEP (Cooperação Estruturada Permanente), o núcleo da cooperação da UE no domínio da defesa.

Desde 2021, a Comissão iniciou e implementou com êxito o **Fundo Europeu de Defesa**. Até à data, os projetos receberam mais de 3 mil milhões de EUR de investimento. Em 2023, o fundo irá injetar mais 1,2 mil milhões de EUR em projetos em domínios cruciais da defesa, como o conhecimento da situação no espaço, a neutralização de mísseis hipersónicos e o desenvolvimento de protótipos para uma corveta de patrulha europeia.


O ressurgimento da guerra na Europa alterou significativamente o contexto do mercado em que a indústria de defesa da UE funciona. Com base numa proposta da Comissão, os legisladores — o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia — chegaram a um acordo político em junho de 2023 **sobre o reforço da indústria europeia de defesa através de um ato legislativo em matéria de contratação pública colaborativa**, com um orçamento de 300 milhões de EUR. Este regulamento incentivará os Estados-Membros da UE a adquirirem conjuntamente armas, assegurando assim a interoperabilidade,

economias de escala e o reforço da indústria europeia de defesa. Esta disposição vem juntar-se ao **ato legislativo de apoio à produção de munições (ASAP)**, que visa apoiar o reforço das capacidades de fabrico para a produção de munições solo-solo e de artilharia, juntamente com mísseis.



O projeto **Rail Baltica** não só representa um regresso simbólico dos Estados bálticos à Europa, mas reveste também uma importância económica e geoestratégica significativa. A re ligação dos Estados bálticos à rede ferroviária europeia tem benefícios socioeconómicos estimados em 16,2 mil milhões de EUR. Além disso, reforça a segurança regional, permitindo o transporte rápido e eficiente de tropas e equipamento através da região.





2 Investir na prosperidade da Europa

No ano passado, a UE demonstrou até que ponto é possível superar um desafio quando agimos em conjunto e com ambição. Com o plano REPowerEU, a Comissão travou com êxito a guerra energética da Rússia contra a economia da UE, garantindo a nossa segurança energética graças a um aprovisionamento diversificado oriundo de parceiros fiáveis, a reservas de gás bem cheias, a poupanças de energia e o aumento e aceleração da implantação das energias renováveis. Com o recurso ao Regulamento Indústria de Impacto Zero e ao Regulamento Europeu Matérias-Primas Críticas para aplicar o **Plano Industrial do Pacto Ecológico**, estamos a reforçar a posição de liderança da UE na corrida ao impacto zero. Estamos a dar prioridade às competências e ao emprego, a atualizar a nossa economia social de mercado e a implementar uma transformação digital centrada no ser humano na Europa. Neste contexto, lançámos o **Ano Europeu das Competências** para dar um novo impulso à aprendizagem ao longo da vida, apoiando as pessoas e as empresas para as ajudar a contribuir plenamente para as transições ecológica e digital.

Introduzimos medidas para impulsionar a inovação e a competitividade, apoiadas pelos 800 mil milhões de EUR do **NextGenerationEU** dedicados a financiar investimentos e reformas. A Comissão adotou igualmente o programa de trabalho 2023-2024 do **Horizonte Europa** — o maior programa mundial de financiamento da investigação e inovação. Com um orçamento de cerca de 13,5 mil milhões de EUR, este programa de trabalho permitirá aos investigadores e inovadores encontrar soluções para os importantes desafios ambientais, energéticos, digitais e geopolíticos que se levantam atualmente às nossas economias e sociedades. Os **fundos da política de coesão da UE**, que ascendem a 392 mil milhões de EUR para o período de 2021-2027, continuam a contribuir para reforçar a coesão económica, social e territorial na União Europeia, nomeadamente através da correção dos desequilíbrios entre países e entre regiões. A nível mundial, defendemos os valores e interesses europeus através do investimento da **Estratégia Global Gateway**, dando prioridade a parcerias estratégicas com democracias de confiança.

O **orçamento da UE** é fundamental para concretizar as prioridades da União. Desde a adoção do atual QFP, surgiram várias novas prioridades, mas as flexibilidades no âmbito do QFP estão a esgotar-se. Por conseguinte, a Comissão propôs uma revisão específica do QFP para que o orçamento da UE possa produzir resultados até ao final do período de sete anos.

Os principais elementos da revisão são o apoio à Ucrânia; a gestão da migração; o reforço das parcerias com os principais países terceiros e a resposta a situações de emergência; a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), para promover a competitividade a longo prazo da UE em matéria de tecnologias críticas; bem como a implantação de meios eficientes para fazer face ao aumento dos custos dos empréstimos contraídos no âmbito do NextGenerationEU e cumprir as obrigações legais impostas pelo programa. Além disso, a Comissão propôs novos recursos próprios para proteger as despesas do orçamento da UE.



REPowerEU

Energia a preços acessíveis, segura e sustentável para a Europa

POUPAR ENERGIA

Coordenando a redução da procura de gás na UE



17,7 %

Queda da procura entre agosto de 2022 e março de 2023

52,8 mil milhões de m³(*)

de gás **poupado**

90 %

da **capacidade de armazenamento de gás estava esgotada** em agosto de 2023

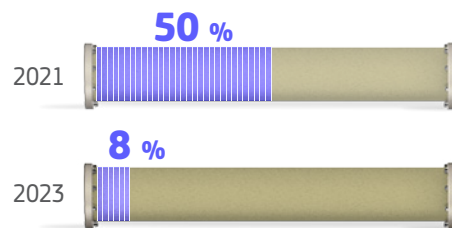
PLATAFORMA ENERGÉTICA DA UE

Até julho de 2023, os dois primeiros concursos da UE para a aquisição conjunta de gás atraíram **40** fornecedores internacionais capazes de fornecer um volume combinado de mais de **33,9 mil milhões de m³** de gás. Isto ultrapassa em mais de 23 % a procura agregada combinada da UE (**27,5 mil milhões de m³**).

DIVERSIFICAR O NOSSO APROVISIONAMENTO

Através da aquisição comum de gás e de novos fornecedores fiáveis

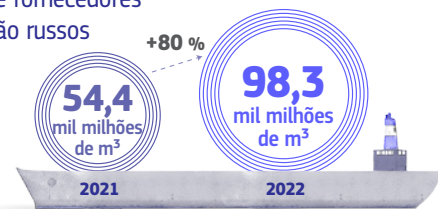
PERCENTAGEM DE IMPORTAÇÕES DE GÁS RUSSO POR GASODUTO NO TOTAL DE GÁS DA UE



Atual principal fornecedor da UE: **Noruega**

GNL

Importações de GNL de fornecedores não russos



Atual principal fornecedor de GNL à UE: **EUA**

INVESTIR EM ENERGIAS RENOVÁVEIS

Acelerar a transição para uma energia mais sustentável e mais barata

IMPLANTAÇÃO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS (2022)

Energia solar
41 GW acrescentados

Energia eólica
15 GW acrescentados



39 %

da eletricidade produzida a partir de **fontes renováveis**

(*) mil milhões de metros cúbicos

O plano REPowerEU e a recuperação da nossa independência energética

Ao utilizar o aprovisionamento energético como arma, a Rússia declarou guerra não apenas contra a Ucrânia, mas também contra a economia europeia. Com o REPowerEU, pretendemos pôr termo à nossa dependência dos combustíveis fósseis russos tão rapidamente quanto possível.

Nos primeiros oito meses da guerra, substituímos mais de 70 mil milhões de m³ do gás russo que nos chegava por gasoduto.

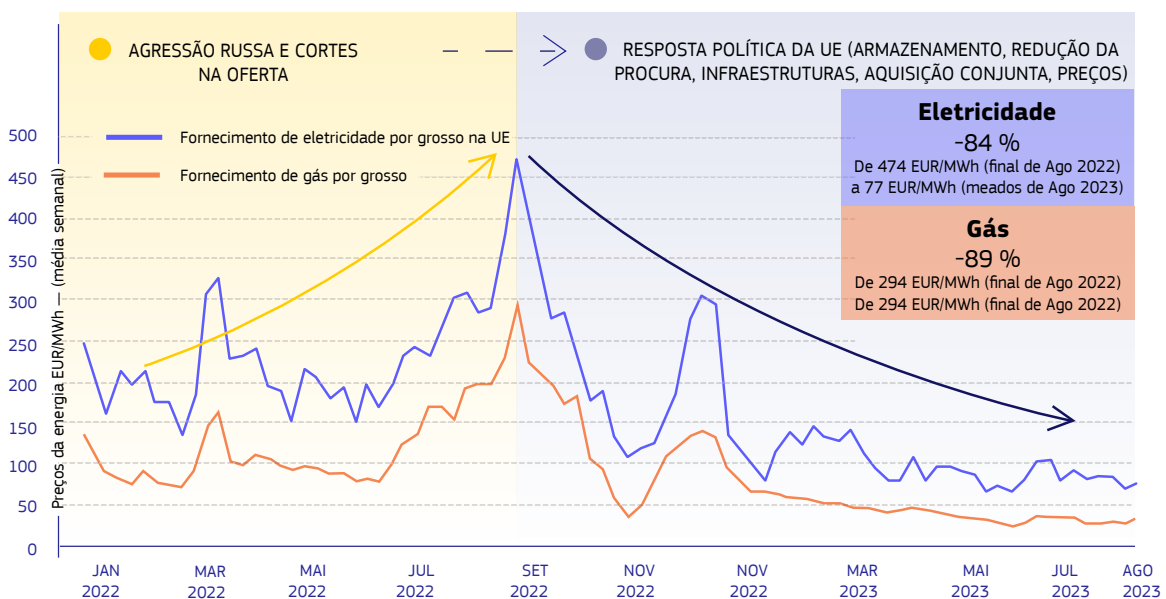
Em 2023, menos de 10 % do total das nossas importações totais de gás provêm de gasodutos russos. Subimos as reservas europeias de gás para níveis recorde, atingindo mais de 95 % e excedendo o nosso objetivo de 80 % até 1 de novembro de 2022. Chegámos ao fim do inverno com 55 % da nossa capacidade de armazenamento de gás e em agosto de 2023 essa capacidade estava a 90 %. Economizámos energia e reduzimos o nosso consumo de gás em 18 % entre agosto de 2022

e março de 2023, excedendo o objetivo voluntário de uma redução de 15 %. Graças ao nosso regime de sanções, cessámos as importações de carvão russo e reduzimos muito as importações de petróleo russo.

O princípio da **solidariedade** tem sido fundamental para a nossa resposta à crise energética e continua a ser um fator crucial. Estabelecemos um regime de solidariedade por defeito para o fornecimento de gás entre Estados-Membros e introduzimos um quadro jurídico que lhes permite reorientar os lucros excecionais das empresas produtoras de energia para proteger os consumidores dos elevados preços da energia.

No mesmo espírito de solidariedade e cooperação, a Comissão criou igualmente a **Plataforma Energética da UE**, com o intuito de organizar a primeira aquisição conjunta de gás para os Estados-Membros, juntamente com a Geórgia, a Moldávia, a Ucrânia e países dos Balcãs Ocidentais. A aquisição conjunta permitiu-nos, pela primeira vez, utilizar o nosso peso político e de mercado coletivo de forma a amplificar a nossa influência negocial e garantir o fornecimento de gás e GNL, agregando a procura e atraindo fornecedores.

Evolução dos preços do gás e da eletricidade



Fonte: © Comissão Europeia (com base em informações da S&P Global Commodity Insights).

Nota: Os preços do gás são a média semanal do TTF para o dia seguinte; os preços da eletricidade são a média ponderada semanal dos maiores mercados da UE.

A agregação da procura e o mecanismo de aquisição conjunta evitam que as empresas da UE licitem umas contra as outras no mercado mundial. Além disso, contribuem para o reabastecimento das reservas de gás, sendo que pelo menos 15 % da capacidade de armazenamento dos Estados-Membros está sujeita à agregação da procura (cerca de 13,5 mil milhões de metros cúbicos de gás). As duas primeiras rondas de concursos em 2023 resultaram num volume combinado de 22,9 mil milhões de m³ de gás que correspondiam à procura dos clientes. Tendo em conta este êxito, serão organizados mais dois concursos em 2023.

.....

Situado ao largo da costa de Viana do Castelo, Portugal, o WindFloat Atlantic é o **primeiro parque eólico flutuante da Europa continental**.

Com uma capacidade instalada de 25 MW e uma produção de eletricidade de 78 GWh, fornece energia limpa a mais de 25 000 famílias.

.....



Trabalhar com parceiros internacionais fiáveis permitiu-nos substituir grande parte do gás que costumávamos importar da Rússia. A **Noruega** é atualmente o nosso principal fornecedor de gás e os **Estados Unidos** tornaram-se o nosso principal fornecedor de gás natural liquefeito, na sequência da criação, no ano passado, do Grupo de Trabalho conjunto para a Segurança Energética. Celebrámos memorandos de entendimento com parceiros energéticos firmes, nomeadamente o Egito, Israel e Azerbaijão, entre outros, com vista a reforçar a nossa segurança energética e avançar no sentido da cooperação em matéria de energias limpas.

Ao mesmo tempo, melhorámos as nossas infraestruturas energéticas, reforçando as interligações e as instalações de importação e otimizando a sua utilização. Este ano entraram em funcionamento quatro **interligações** de gás fundamentais: o gasoduto báltico, a interligação entre a Polónia e a Lituânia, a interligação entre a Bulgária e a Grécia, e a interligação entre a Polónia e a Eslováquia.

Ao mesmo tempo que reduzimos drasticamente a nossa dependência das importações de energia russas, redobrámos os esforços para manter a promessa de deixar uma Europa melhor para a próxima geração. As energias renováveis registaram progressos significativos durante a crise dos combustíveis fósseis. Em 2022, **duplicámos a implantação adicional de energias renováveis em toda a UE**. Foi instalado um recorde de 41 gigawatts de nova capacidade de energia solar e a capacidade eólica aumentou 15 gigawatts, suprimindo a necessidade de cerca de 12 mil milhões de metros cúbicos de gás russo. Numa primeira ocasião histórica, **em 2022 produziu-se mais eletricidade a partir de energia eólica e solar do que a partir de gás**. Deste modo, conseguimos não só travar o aumento das emissões de CO₂, como também reduzi-las em 2,5 %. Mesmo em tempos de crise, a UE cumpriu firmemente os seus objetivos em matéria de clima. Quase nove em cada dez europeus apoiam os esforços da UE para descarbonizar.



O maior sistema de aquecimento geotérmico da UE foi inaugurado no início deste ano em Szeged, na Hungria, e fornece energia a preços acessíveis a mais de 28 000 famílias e a mais de 400 edifícios públicos. O projeto, cofinanciado pela UE, não só fornece energia limpa e a preços acessíveis, mas também ajuda a Hungria a diversificar as fontes de gás relativamente ao gás russo. Mais de 25 % da população da UE vive em zonas com recursos geotérmicos suficientes para reproduzir o «modelo Szeged».



A Estratégia da UE para a Energia Solar está pronta a acelerar ainda mais a implantação da energia fotovoltaica. Enquanto componente essencial da iniciativa REPowerEU, esta estratégia foi concebida para pôr em funcionamento mais de 320 gigawatts de novas instalações solares fotovoltaicas até 2025 — mais do dobro do nível atual — e perto de 600 gigawatts até 2030. Também **acelerámos estruturalmente o processo de licenciamento das energias renováveis**. Muitos projetos no domínio da energia em toda a UE foram implantados de forma tão rápida que o licenciamento não pôde acompanhar o ritmo. Em consequência, propusemos medidas para acelerar significativamente o processo.



Três **zonas de mineração do carvão na Chéquia estão a transformar-se em «vales de hidrogénio»**. As regiões de Morávia-Silésia Ústí nad Labem e Karlovy Vary estão a construir, com a ajuda do Fundo para uma Transição Justa, cadeias de valor de ponta a ponta para produzir, armazenar e utilizar hidrogénio renovável, especialmente no setor dos transportes.



A longo prazo, o hidrogénio surge como um instrumento fundamental para descarbonizar a nossa economia e a nossa indústria. A UE está a liderar o desenvolvimento de uma **economia mundial do hidrogénio**. Os legisladores ainda estão a trabalhar no pacote de descarbonização do hidrogénio e do gás, para estabelecer um quadro para a futura economia do hidrogénio, mas a UE dispõe agora de regras que definem o hidrogénio renovável.

Além disso, a Comissão, a indústria do hidrogénio, a comunidade científica e as regiões da UE assinaram, em 1 de março de 2023, uma declaração conjunta com a qual assumem o compromisso de intensificar e acelerar a ação conjunta em matéria de investigação e desenvolvimento, demonstração e implantação de vales de hidrogénio.

O plano REPowerEU é apenas o início. Estamos a **acelerar a transição para as energias limpas através da execução do NextGenerationEU**, com a disponibilização aos Estados-Membros de perto de 270 mil milhões de EUR para que executem os investimentos e as reformas previstos. Estão previstas a expansão das energias renováveis, a implantação de veículos e transportes públicos mais ecológicos e a melhoria da eficiência energética dos nossos edifícios e espaços públicos. Além disso, a Comissão adotou novas medidas excecionais, as medidas SAFE (Apoio à energia a preços acessíveis), ao abrigo da política de coesão e no âmbito do REPowerEU, **para ajudar os cidadãos vulneráveis e as pequenas e médias empresas a lidar com faturas de energia elevadas**, tendo reorientado até 40 mil milhões de EUR em fundos não afetados.



O **programa de investimento para a energia sustentável** (ISDE), financiado pelo plano de recuperação e resiliência dos Países Baixos, concede subsídios de até 30 % para a instalação em pequena escala de bombas de calor, caldeiras solares, medidas de isolamento e ligações à rede de calor. O regime demonstrou ser muito popular junto dos cidadãos e das pequenas empresas, devido à redução das faturas de energia e aos benefícios ambientais.



Acelerar o Pacto Ecológico Europeu

A Comissão von der Leyen apresentou o Pacto Ecológico Europeu em 2019 e desde então tem permanecido firme na luta contra as alterações climáticas, no reforço da eficiência na utilização dos recursos, na inversão das perdas de biodiversidade e na minimização da poluição, sem deixar ninguém para trás. Agora, mais de três anos após o lançamento do Pacto, e apesar de duas crises mundiais sem precedentes, **a maioria das nossas iniciativas foi já proposta e os legisladores transformaram em legislação ou estão a avançar** com acordos na maior parte destes domínios, sendo que algumas iniciativas importantes estão já a tomar forma. A Comissão também disponibilizou conhecimentos especializados aos Estados-Membros para conceberem e executarem reformas que ajudem a acelerar a transição ecológica através do Instrumento de Assistência Técnica. Nos últimos três anos, foi prestado apoio a cerca de 150 reformas de transição ecológica em todos os Estados-Membros.

Clima e energia

Desde o início, o Pacto Ecológico Europeu sublinhou que a transição deve ser justa e inclusiva, colocando as pessoas em primeiro lugar e **transformando a UE numa sociedade equitativa e próspera**. Está a ser dada especial atenção às regiões mais afetadas pelas transições climática e energética. Foi também dado início à execução do Fundo para uma Transição Justa, o instrumento de descarbonização específico da política de coesão, de base territorial, para as regiões que estão a eliminar progressivamente os combustíveis fósseis. Os seus 19 mil milhões de EUR em subvenções irão apoiar o investimento em regiões dependentes de combustíveis fósseis e com utilização intensiva de carbono em todos os Estados-Membros. Juntamente com os outros dois instrumentos do Mecanismo

para uma Transição Justa, um investimento no valor de mais de 55 mil milhões de EUR ajudará estas regiões a reorientar e diversificar as suas economias e contribuirá para que os trabalhadores adquiram competências que lhes permitam aceder aos novos postos de trabalho que serão criados.

.....

Em junho de 2023, o **primeiro projeto do Fundo para uma Transição Justa arrancou em Narva, na Estónia**. Consiste numa nova refinaria de material magnético de terras raras para veículos elétricos — a primeira deste tipo fora da Ásia. Está também ligado a uma nova mina na Gronelândia, tornando-se assim a primeira cadeia de abastecimento europeia «da mina para a refinaria».

.....



No início do seu mandato, através da **Lei Europeia em matéria de Clima**, a Comissão lançou as bases para que a UE se torne o primeiro continente com impacto neutro no clima antes de 2050, de uma forma socialmente equitativa e competitiva do ponto de vista económico. Apresentámos o «**Objetivo 55**», um pacote ambicioso e extenso de propostas legislativas destinadas a alinhar as políticas da UE em matéria de clima, energia, utilização dos solos, transportes e fiscalidade, com o objetivo de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030.

O «Objetivo 55» inclui um **sistema revisto de comércio de licenças de emissão da UE**, que constitui uma angular das políticas da UE em matéria de clima. As receitas provenientes do regime de comércio de licenças de emissão que não as sugeridas para se tornarem novos recursos próprios para o orçamento da UE são reinvestidas na transição energética. Para alcançar uma transição justa, o **Fundo Social para a Ação Climática** prestará igualmente apoio financeiro aos cidadãos e às empresas vulneráveis. Com um orçamento máximo de 86,7 mil milhões de EUR (incluindo um contributo da UE no valor de 65 mil milhões de EUR), o fundo apoiará agregados familiares vulneráveis, pequenas empresas e utilizadores de transportes nos Estados-Membros da UE entre 2026 e 2032. Este pacote abrangente de legislação acordada inclui também o Regulamento revisto relativo à partilha de esforços e o Regulamento relativo ao uso do solo, à alteração do uso do solo e às florestas, bem como legislação revista que prevê metas reforçadas em matéria de energias renováveis e eficiência energética. Inclui igualmente metas para a implantação de veículos com emissões nulas, bem como das infraestruturas de carregamento necessárias, bem como novas regras sobre a utilização de combustíveis sustentáveis para navios e aviões. O quadro da UE para a redução das emissões está agora alinhado com a meta que a **Lei Europeia em matéria de Clima** prevê para 2030.



A descarbonização da produção de aço é essencial para a transição ecológica. Em abril de 2023, o maior emissor de emissões de CO₂ da Áustria, o fabricante de aço Voestalpine, decidiu investir 1,5 mil milhões de EUR para substituir o alto-forno altamente poluente por um forno de arco elétrico, com o apoio da UE. O forno atingirá a plena capacidade de produção em 2027, permitindo uma poupança de quatro milhões de toneladas de emissões de CO₂ por ano, o que representa 5 % das emissões anuais da Áustria.



Simultaneamente, o **Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço** da UE irá assegurar a fixação justa dos preços das emissões de carbono associadas à produção de bens com utilização intensiva de carbono importados para a UE, o que incentivará uma produção industrial mais limpa em países terceiros. O mecanismo aplicar-se-á inicialmente a produtos específicos em alguns dos setores com maior intensidade de carbono: ferro e aço, cimento, fertilizantes, alumínio e produção de eletricidade e de hidrogénio. Entrará em vigor, começando por uma fase de transição, em 1 de outubro de 2023, ficando o sistema permanente aplicável a partir de 2026.

A adoção das **normas revistas em matéria de emissões de CO₂ dos automóveis de passageiros e dos veículos comerciais ligeiros**, o **Regulamento relativo à criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos** e o **Regulamento FuelEU Transportes Marítimos e o Regulamento ReFuelEU Aviação** são marcos fundamentais na descarbonização do setor dos transportes da UE. A criação de uma rede totalmente interoperável e de fácil utilização de pontos de carregamento e de estações de abastecimento em toda a UE, juntamente com metas vinculativas para os combustíveis sustentáveis nos setores da aviação e do transporte marítimo, reduzirão as emissões líquidas de gases com efeito de estufa e estimularão a adoção de veículos, navios e aeronaves com emissões nulas. É agora fundamental chegar rapidamente a acordo sobre as normas em matéria de emissões de CO₂ para os veículos pesados.

●●●●●

No dia seguinte ao discurso sobre o estado da União, a presidente Ursula von der Leyen estará em Copenhaga para ser madrinha do **primeiro navio porta-contentores do mundo alimentado a metanol verde**. Este evento demonstra o poder do Pacto Ecológico Europeu para incentivar a indústria a descarbonizar e inovar. Até 2030, um quarto da frota da Maersk deverá ser alimentado por combustíveis verdes, o que é significativo, uma vez que 90 % do comércio mundial é transportado por mar.

●●●●●



Acelerar a transição energética é fundamental para a nossa política energética, para que possamos cumprir o «Objetivo 55». O acordo sobre a revisão da **Diretiva Energias Renováveis** estabelece um objetivo de 42,5 % para as energias renováveis a nível da UE, com a ambição de atingir 45 %.

Estabelece igualmente objetivos setoriais para assegurar que todos os domínios da economia aderem à transição para energias limpas graças à mudança para energias renováveis, sempre que possível. No entanto, a energia mais económica é a energia que não utilizamos. Recentemente, a UE chegou a um consenso sobre a **Diretiva relativa à eficiência energética**, estabelecendo um objetivo de poupança de 11,7 % até 2030. Esta meta contribuirá para a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e, simultaneamente, reduzirá as faturas de energia dos consumidores.

Reconhecendo que os edifícios representam cerca de 40 % do consumo de energia da UE, estão atualmente em curso negociações sobre a **Diretiva relativa ao desempenho energético dos edifícios**. A proposta da Comissão centra-se na melhoria do desempenho dos edifícios menos eficientes.



O Pacto Ecológico Europeu é mais do que só legislação. Na **Bienal de Arquitetura de Veneza deste ano, subordinada ao tema «O Laboratório do Futuro»**, a UE colocou a tónica no Novo Bauhaus Europeu, uma iniciativa que liga o Pacto Ecológico Europeu aos nossos espaços de vida e experiências.



Globalmente, serão necessários investimentos adicionais de mais de 620 mil milhões de EUR por ano para cumprir os objetivos do Pacto Ecológico e do REPowerEU, bem como investimentos de 92 mil milhões de EUR até 2030 para cumprir os objetivos do ato legislativo Indústria de Impacto Zero. A maior parte deste investimento terá de provir de financiamento privado. É por essa razão que, em junho de 2023, a Comissão apresentou um novo pacote de medidas para desenvolver e reforçar os alicerces do quadro da UE para o financiamento sustentável. A Comissão acrescentou novas atividades à **taxonomia da UE** e propôs novas regras para os **fornecedores de notações ambientais, sociais e de governação**, o que aumentará

a transparência no mercado do investimento sustentável. O pacote visa ainda assegurar que o quadro de financiamento sustentável funciona para as empresas que pretendam investir na sua transição para a sustentabilidade. Em julho de 2023, a Comissão adotou as **Normas Europeias em matéria de Relato de Sustentabilidade**, que visam assegurar elevados padrões ambientais, sociais e de governação e transparência, mantendo simultaneamente geríveis os encargos das empresas com a comunicação de informações. As normas são adaptadas às políticas da UE, ao mesmo tempo que têm por base e contribuem para as iniciativas de normalização internacionais.

Indústria e inovação

A fim de manter o ritmo da corrida à neutralidade climática e de reforçar a competitividade da indústria da UE, a Comissão apresentou o **Plano Industrial do Pacto Ecológico** em 1 de fevereiro de 2023. O plano visa criar um ambiente mais propício ao reforço da capacidade de produção da UE para as tecnologias de impacto zero necessárias para cumprir os ambiciosos objetivos climáticos da UE.

Em 9 de março de 2023, a Comissão adotou um **novo Quadro Temporário de Crise e Transição**, destinado a promover medidas de apoio em setores considerados essenciais para a transição para uma economia de impacto zero. Juntamente com a alteração do regulamento geral de isenção por categoria, este quadro permite que os Estados-Membros utilizem a flexibilidade prevista nas regras em matéria de auxílios estatais para apoiar a economia no contexto da guerra da Rússia contra a Ucrânia, acelerando o investimento e o financiamento da produção de tecnologias limpas na UE. A Comissão adotou mais de 320 decisões sobre o apoio à economia na atual crise geopolítica,



num montante de auxílio total aprovado estimado em mais de 740 mil milhões de EUR.

Mais tarde, em março, foram introduzidas as **três propostas fundamentais** para o quadro regulamentar articulado no Plano Industrial do Pacto Ecológico: O **Regulamento Europeu Matérias-Primas Críticas**, o **Regulamento Indústria de Impacto Zero** e a reforma da configuração do **mercado da eletricidade**, o que garantirá que a indústria e os consumidores colhem os benefícios da transição ecológica.

Durante a visita de março da presidente Ursula von der Leyen a Washington D.C., a presidente da Comissão e o presidente dos EUA, Joe Biden, acordaram em reforçar os **laços económicos entre a UE e os EUA** para combater a crise climática de forma colaborativa, impulsionar o setor das tecnologias limpas e criar cadeias de abastecimento de tecnologias limpas seguras, resilientes e diversificadas. Ambos concordaram que uma cooperação transatlântica reforçada poderia gerar empregos bem remunerados e promover ciclos de inovação que reduzam os custos das tecnologias de energia limpa a nível mundial, ajudando a promover uma transição energética justa no mundo inteiro que não deixe nenhuma comunidade para trás.

O **Regulamento Europeu Matérias-Primas Críticas** ajudar-nos-á a garantir o acesso a materiais sustentáveis, incluindo terras raras, que são essenciais para o fabrico de tecnologias essenciais. As matérias-primas críticas são cruciais para um vasto leque de setores estratégicos, incluindo o fabrico de tecnologias de impacto zero, como as baterias, a indústria digital e os setores aeroespacial, da saúde e da defesa. Dado que se prevê um aumento drástico da procura de matérias-primas críticas e que a UE está atualmente altamente dependente de determinados países terceiros, em especial a China, há que atenuar os riscos para as cadeias

de abastecimento, a fim de reforçar a resiliência económica e a autonomia estratégica aberta. A UE definirá prioridades claras, facilitará o licenciamento eficiente dos projetos, garantirá cadeias de abastecimento resilientes, atenuará os riscos, trabalhará com os parceiros e investirá na investigação, na inovação e nas competências. Além disso, a UE demonstrou o seu sério empenho no setor das baterias, tendo passado de uma produção de baterias quase nula em 2017 para um setor industrial próspero, com 30 gigafábricas anunciadas e uma capacidade instalada de cerca de 70 GWh em 2022.

•••••

A França abriu a sua primeira **fábrica de baterias para automóveis elétricos** este verão em Billy-Berclau, na região da Alta França, graças a 850 milhões de EUR de investimento público. No âmbito de um projeto importante de interesse europeu comum para a produção de baterias, esta fábrica reforçará a nossa autonomia estratégica, produzindo 2,5 milhões de baterias por ano e criando mais de 2 000 novos postos de trabalho diretos até 2030.

•••••



O **Regulamento Indústria de Impacto Zero** visa aumentar a produção nacional de tecnologias de impacto zero, reforçar a competitividade da base industrial de tecnologias de impacto zero no clima e melhorar a resiliência energética da UE. Estamos determinados a desempenhar um papel de liderança na transição para as tecnologias limpas e a proporcionar crescimento e emprego verdes aos nossos cidadãos. O ato define objetivos para uma capacidade industrial com impacto zero e proporciona um quadro regulamentar adequado para a sua rápida implantação, assegurando a concessão de licenças de forma simplificada e acelerada e, simultaneamente, promovendo uma variedade de instrumentos, tais como: balcões únicos; projetos estratégicos de impacto zero; condições de apoio público que favoreçam a diversificação e normas ambientais elevadas; academias de competências de impacto zero; e ambientes de testagem da regulamentação para tecnologias inovadoras de impacto zero.

A configuração do mercado da eletricidade, que até recentemente serviu bem os consumidores europeus, deixou de estar adequada à sua finalidade. A crise dos combustíveis fósseis demonstrou o peso excessivo do gás nos preços da eletricidade. A pedido dos Chefes de Estado ou de Governo da UE, a Comissão adotou uma **reforma a longo prazo da configuração do mercado da eletricidade**, a fim de impulsionar as energias renováveis, proteger melhor os consumidores e reforçar a competitividade industrial. Esta reforma terá por objetivo tornar as faturas dos consumidores mais independentes da volatilidade dos mercados a curto prazo, promover o investimento em energias renováveis, reforçar os direitos dos consumidores e proteger melhor os mercados contra eventuais manipulações.

Em junho de 2023, a Comissão propôs, no contexto de uma revisão do QFP, a criação da **Plataforma Tecnologias Estratégicas para a Europa**, cujo objetivo é impulsionar a competitividade a longo prazo da UE nas tecnologias críticas, nomeadamente nos domínios das tecnologias digitais e profundas,

das tecnologias limpas e das biotecnologias. A fim de permitir uma implantação rápida e eficaz no terreno, esta plataforma apoiará-se nos instrumentos existentes e completá-los-á, nomeadamente o InvestEU, o Fundo para a Inovação, o Conselho Europeu da Inovação (CEI) e o Fundo Europeu de Defesa, e, ao mesmo tempo, introduzirá uma maior flexibilidade e novos incentivos para financiamento pelos fundos de coesão em regiões menos desenvolvidas e de transição, bem como o Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Introduz igualmente o Selo de Soberania — o selo de qualidade da UE para projetos de soberania.

Natureza e ambiente

Os incêndios florestais, as inundações e as tempestades em toda a Europa nos últimos meses demonstram a importância de restaurar a natureza em toda a União Europeia e de permitir que o nosso ambiente natural contribua para a luta contra as alterações climáticas. As negociações para finalizar o **Regulamento relativo à restauração da natureza** estão em curso, tendo o Conselho e o Parlamento adotado as respetivas posições em junho e julho de 2023. Trata-se de um passo fundamental para prevenir e fazer face aos piores impactos das alterações climáticas e da perda de biodiversidade, como as secas e as inundações, e está em consonância com o acordo histórico alcançado em dezembro de 2022 sobre o **Quadro Mundial de Kunming-Montreal para a Biodiversidade**.

Estas medidas são complementadas pelo pacote de 5 de julho de 2023 sobre a utilização sustentável dos recursos naturais, incluindo, em especial, a **proposta sobre a monitorização dos solos, as propostas sobre novas técnicas genómicas e materiais de reprodução vegetal e florestal** e sobre a **redução do desperdício alimentar**, que têm um enorme potencial para contribuir para sistemas agroalimentares sustentáveis.

•••••

Num dos maiores projetos ambientais da Europa, a **Irlanda está a restaurar 33 000 hectares de pântanos turfosos**. As turfeiras são ricas em biodiversidade e podem naturalmente armazenar duas vezes mais carbono do que as florestas.

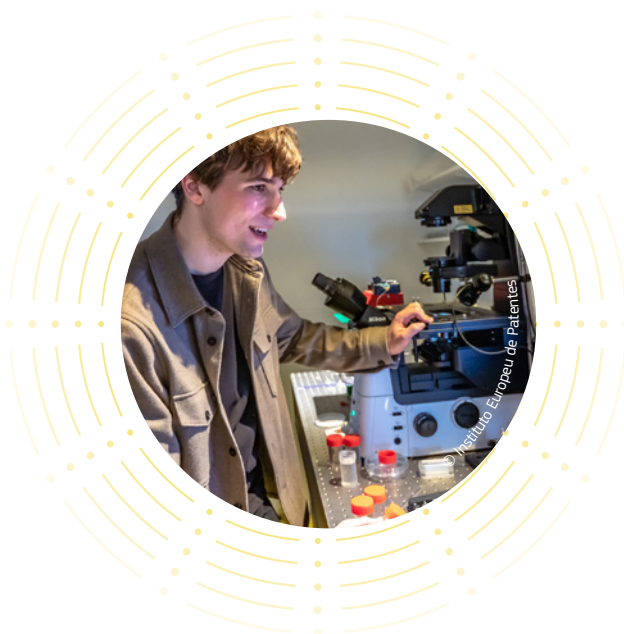
•••••



Com a introdução do **Plano de Ação para a Poluição Zero**, a Comissão estabeleceu uma visão ambiciosa para 2050: reduzir a poluição do ar, da água e do solo para níveis que deixem de ser prejudiciais para a saúde e o ambiente. Seguiram-se-lhe propostas fundamentais, como o Regulamento Utilização Sustentável dos Pesticidas, a revisão das Diretivas Qualidade do Ar Ambiente, a introdução de limites de emissão mais rigorosos para os veículos a motor (Euro 7), a revisão da Diretiva Águas Subterrâneas e da Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas e a revisão da Diretiva Emissões Industriais.



Fionn Ferreira, de 22 anos de idade e natural de Cork, na Irlanda, ganhou um prémio para jovens inventores, do Instituto Europeu de Patentes, pelo seu **novo método para remover microplásticos da água**.



A UE concluiu com êxito os debates sobre a política agrícola comum (PAC) para 2023-2027, tendo a Comissão já aprovado os 28 planos estratégicos da PAC em dezembro de 2022. A legislação recentemente adotada, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023, contribui para os objetivos da **Estratégia do Prado ao Prato e da Estratégia para a Biodiversidade**, ajudando os agricultores da UE a continuarem a produzir alimentos seguros e de qualidade, ao mesmo tempo que se progride na transição para um setor agrícola mais sustentável e resiliente. Por outro lado, a nova PAC também apoia a **visão a longo prazo para as zonas rurais da UE**, ajudando a preservar a vitalidade e a diversidade das comunidades

rurais. Globalmente, 32 % do financiamento total da PAC é consagrado à obtenção de benefícios relacionados com o clima, os recursos naturais, a biodiversidade e o bem-estar dos animais; ao mesmo tempo, é dada maior ênfase ao estabelecimento de condições de igualdade para as pequenas explorações familiares, os jovens agricultores e os trabalhadores agrícolas.



A exploração de João Coimbra no centro de Portugal, Quinta da Cholda, foi fundada no início do século XX e atualmente **recorre à agricultura de precisão e às técnicas de biodiversidade para produzir mais com menos**. No ano de 2022, marcado por secas graves, João conseguiu irrigar as terras de acordo com as necessidades exatas do solo sem diminuir o rendimento das culturas. Em termos de energia, a quinta é autossuficiente.



A economia circular

A Comissão adotou várias propostas para cumprir os compromissos do plano de ação para a economia circular, incluindo uma proposta de **regulamento relativo a embalagens e resíduos** e uma proposta de **regulamento relativo à conceção ecológica dos produtos sustentáveis**, garantindo que todos os produtos que entram no mercado da UE são sustentáveis, ou seja, reutilizáveis, reparáveis e recicláveis. 94 % das pessoas que vivem na UE afirmam considerar a proteção do ambiente importante, enquanto 68 % reconhecem que os padrões de consumo têm um impacto negativo no ambiente, tanto na Europa como em todo o mundo. Para reduzir o impacto negativo da procura de produtos de base — como a soja, o óleo de palma, o café, o cacau, a madeira e a borracha — na UE, os legisladores chegaram a acordo sobre um novo **ato legislativo da UE em matéria de desflorestação**, que entrou em vigor em junho de 2023. Encetámos um estreito diálogo com os países parceiros sobre a aplicação deste ato; a ilustrá-lo está a criação, em junho, do Grupo de Trabalho Conjunto da Comissão Europeia, da Indonésia e da Malásia para a aplicação do regulamento da UE relativo à desflorestação.

Em março de 2023, a Comissão propôs critérios unificados para combater o branqueamento ecológico no mercado da UE. O objetivo é **assegurar que os produtos comercializados como «verdes» são genuinamente respeitadores do ambiente**, dotando os consumidores de informações de melhor qualidade e permitindo que as empresas com produtos verdadeiramente sustentáveis sejam facilmente identificadas e recompensadas. A proposta centra-se em alegações explícitas, tais como «T-shirt produzida a partir de garrafas de plástico reciclado», «entrega com compensação das emissões de CO₂», «embalagem feita com 30 % de plástico reciclado» ou «protetor solar respeitador dos oceanos».

A Comissão adotou ainda uma nova proposta que preconiza a **reparação de bens**. A Comissão

pretende simplificar e promover a reparação de bens (tais como aspiradores, tabletes e telemóveis inteligentes), dinamizando o setor da reparação e incentivando os produtores e vendedores a desenvolverem modelos de negócio mais sustentáveis.

Diplomacia ecológica

Na **27.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27)**, a Comissão demonstrou ambição e flexibilidade para manter ao alcance o objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5 °C. O esforço grande e congregado da Europa ajudaram a garantir um acordo difícil para manter as metas do Acordo de Paris. A posição conciliadora da UE contribuiu igualmente para fazer avançar as discussões sobre novos mecanismos de financiamento equilibrados, a fim de ajudar as comunidades vulneráveis a enfrentar perdas e danos causados pelas alterações climáticas.

Em dezembro de 2022, na Conferência das Nações Unidas sobre a Biodiversidade (COP15), realizada em Montreal, no Canadá, a UE assinou, com 195 países, um **acordo histórico, o Quadro Mundial de Kunming-Montreal em matéria de biodiversidade**. Este quadro enumera uma série de objetivos gerais e metas que visam proteger e restaurar a natureza para as gerações atuais e futuras, assegurar a sua utilização sustentável e estimular investimentos em prol de uma economia mundial verde. Juntamente com o Acordo de Paris sobre o Clima, este quadro abre o caminho a um mundo climaticamente neutro, respeitador da natureza e resiliente até 2050. A unidade e a liderança da UE foram essenciais ao longo dos quatro anos de negociações para alcançar este acordo internacional. A presidente Ursula von der Leyen já tinha anunciado, no âmbito da Estratégia Global Gateway, que a Comissão **iria duplicar o financiamento da biodiversidade mundial** para atingir um total de 7 mil milhões de EUR investidos na proteção da biodiversidade em todo o mundo.

Em consonância com este acordo histórico, a comunidade internacional concluiu igualmente,

em março de 2023, as negociações sobre o histórico **Tratado sobre o Alto Mar**, que visa proteger os oceanos, combater a degradação ambiental, lutar contra as alterações climáticas e prevenir a perda de biodiversidade nos oceanos. O Tratado sobre a Biodiversidade além da Jurisdição Nacional permitirá a criação de **grandes zonas marinhas protegidas no alto mar**. A UE e os Estados-Membros que fazem parte da Coligação de Elevada Ambição, lançada pela presidente Ursula von der Leyen, desempenharam um papel fundamental na celebração deste acordo.

A fim de melhor integrar a relação entre clima, paz e segurança nas políticas externas da UE, a Comissão e a Alta Representante apresentaram, em junho de 2023, **o plano da UE para se tornar mais resiliente e segura face ao agravamento da crise climática**.

Na Cimeira de Paris para um novo Pacto de Financiamento Global, realizada em junho de 2023, **a presidente Ursula von der Leyen propôs que os preços do carbono a nível mundial fossem utilizados para gerar o financiamento da luta contra as alterações climáticas** de que os países em desenvolvimento tanto necessitam. A tarifação do carbono é um dos instrumentos mais eficazes que podem ser utilizados para reduzir as emissões de forma a pressionar os poluidores a pagarem pela poluição ou a orientar os participantes para a inovação. Desde 2005, quando a UE começou a introduzir a tarifação do carbono, as receitas desta atingiram 142 mil milhões de EUR e as emissões de CO₂ diminuíram 35 %. A UE está agora a alargar o regime de comércio de licenças de emissão aos setores da construção e dos transportes rodoviários.

Além do regime de comércio de licenças de emissão da UE, estão já em funcionamento ou em desenvolvimento sistemas nacionais ou subnacionais no Canadá, na China, no Japão, na Nova Zelândia, na Coreia do Sul, na Suíça e nos Estados Unidos. A UE está a cooperar com estes parceiros e a ajudar outros a implementar a tarifação do carbono.

Em julho de 2023, a Comissão publicou a sua primeira «Revisão voluntária sobre a execução da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável». Desde a adoção da Agenda 2030, em 2015, a UE realizou progressos moderados ou significativos na maioria dos objetivos de desenvolvimento sustentável. A UE tenciona avançar na consecução desses objetivos mediante a aceleração da aplicação do Pacto Ecológico Europeu e da Década Digital da Europa.

Concretizar a década digital da Europa

A inovação digital está a remodelar a nossa economia a um ritmo acelerado. Este ano, assistimos à adoção extremamente rápida da inteligência artificial generativa (IA), incluindo grandes modelos linguísticos e a geração de imagens. O advento da **revolução da IA já não é uma perspetiva futura, mas uma realidade atual**. O potencial de uma IA fiável é vasto, abrangendo os cuidados de saúde e o desenvolvimento de medicamentos de nível superior, transportes mais seguros e ecológicos, indústrias mais eficientes, modelos de previsão das alterações climáticas e soluções energéticas mais rentáveis e sustentáveis.

A abordagem adotada pela Comissão em matéria de IA para assegurar um ambiente regulamentar favorável à inovação, mas centrado no ser humano, revelou-se premonitória. Já em abril de 2021, a Comissão apresentou o **ato legislativo relativo à inteligência artificial**, concebido para garantir que os sistemas de IA utilizados na UE são seguros, transparentes, éticos e imparciais e se mantêm sob controlo humano. A fim de assegurar uma estratégia global favorável à inovação, a Comissão propôs uma **abordagem baseada no risco**. Os trilogos sobre o ato relativo à IA começaram com êxito, esperando-se que fiquem concluídos este ano. Paralelamente, com o **plano coordenado para a IA**, a UE pretende aumentar gradualmente o investimento público e privado em IA para um total de 20 mil milhões de EUR por ano ao longo desta década.



O recentemente aberto Laboratório para a Imagem de Precisão baseada na Aprendizagem Automática, em Viena, melhorará os modelos de previsão do cancro do pulmão, o que permitirá **desenvolver um tratamento personalizado do cancro do pulmão com a ajuda da inteligência artificial.**



Em dezembro de 2022, foi alcançado um consenso significativo sobre a **Declaração Europeia sobre os Direitos e Princípios Digitais para a Década Digital**. Esta declaração serve de orientação para as pessoas, as empresas e os decisores políticos no contexto da transição digital da UE, colocando os nossos cidadãos no centro da transformação e defendendo a inovação nos nossos setores comerciais.

Em dezembro de 2022, foi também adotado o **programa para a Década Digital**, uma iniciativa destinada a garantir uma transformação digital centrada no cidadão da UE, assente nos princípios da soberania digital europeia e nos nossos valores comuns. O programa criou um mecanismo de acompanhamento e cooperação para atingir os objetivos e metas comuns da transformação digital da Europa tal como estabelecidos no documento com as orientações para a digitalização até 2030 intitulado Bússola Digital. É através desta abordagem de cooperação que os projetos plurinacionais — esforços que nenhum Estado-Membro poderia envidar sozinho — impulsionarão a nossa evolução digital.

É uma verdade incontestável que sem semicondutores ou circuitos integrados (*chips*) não pode haver transição digital ou ecológica, nem qualquer liderança tecnológica da UE. Por conseguinte, em março de 2023, foi alcançado um acordo crucial entre o Parlamento Europeu e os Estados-Membros sobre o **ato legislativo Circuitos Integrados**, proposto pela primeira vez pela Comissão um ano antes. O montante global do investimento orientado para as políticas em apoio do ato está estimado em mais de 43 mil milhões de EUR. Este investimento irá reforçar atividades de fabrico pioneiras na UE, estimular o ecossistema europeu de conceção e apoiar a expansão e a inovação ao longo de toda a cadeia de valor dos semicondutores.

Paralelamente, em outubro de 2022 e abril de 2023, ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, a Comissão aprovou auxílios franceses e italianos para apoiar mais de 8 mil milhões de EUR de investimento em instalações pioneiras de produção em massa de semicondutores na UE.



A região da Saxónia, na Alemanha Oriental, conseguiu transformar-se num dos **principais polos tecnológicos da Europa**, com especial destaque para a microeletrónica. O financiamento da UE desempenhou um papel fundamental e ajudou a atrair investimentos adicionais. O projeto mais proeminente é um investimento de 5 mil milhões de EUR da Infineon numa nova fábrica de circuitos integrados, que deverá criar cerca de mil novos postos de trabalho altamente qualificados. A Infineon prevê mil milhões de EUR de financiamento público, concedido ao abrigo do Regulamento Circuitos Integrados da UE.



A Comissão dispõe de outros instrumentos na sua «caixa de ferramentas» dos auxílios estatais para apoiar a indústria da microeletrónica, como **projetos importantes de interesse europeu comum**. Em junho de 2023, a Comissão aprovou um destes projetos para apoiar a investigação, a inovação e a primeira implantação industrial da microeletrónica e das tecnologias da comunicação ao longo de toda a cadeia de valor. Espera-se que os 8,1 mil milhões de EUR de financiamento público concedido pelos Estados-Membros venham a desbloquear mais 13,7 mil milhões de EUR de investimento privado.

Os dados, a força motriz da economia digital da Europa, têm de ficar nas mãos dos europeus. A **Estratégia Europeia para os Dados** visa colocar a UE na vanguarda de uma sociedade baseada em dados. A criação de um mercado único de dados permitirá a sua livre circulação na UE e em todas as indústrias, em benefício das empresas, dos investigadores e das administrações públicas.

Em junho de 2023, foi alcançado um acordo sobre o **regulamento relativo aos dados**, um ato legislativo fundamental destinado a tornar acessível um maior volume de dados e a estabelecer regras sobre a utilização e o acesso aos dados em todos os setores económicos da UE. Prevê-se que os novos regulamentos contribuam com um montante adicional de 270 mil milhões de EUR para o PIB dos Estados-Membros da UE até 2028, dando resposta aos desafios jurídicos, económicos e técnicos que conduzem atualmente à subutilização dos dados. Com este ato legislativo, os consumidores e as empresas que produzem dados através da utilização de produtos e serviços beneficiarão de serviços pós-venda mais acessíveis, terão novas oportunidades para utilizarem serviços baseados no acesso aos dados e acederão mais facilmente aos dados recolhidos ou gerados por um dispositivo.

O **Regulamento Serviços Digitais**, em vigor desde novembro de 2022, estabelece um vasto conjunto de novas obrigações para todas as plataformas em linha, com o propósito de atenuar os danos e proteger os direitos dos utilizadores

no domínio digital. Em 25 de abril de 2023, a Comissão identificou 17 plataformas em linha de muito grande dimensão e dois motores de pesquisa em linha de muito grande dimensão. Após a sua designação, estes serviços ficam, desde o final de agosto de 2023, obrigados a cumprir todo o conjunto de novas obrigações destinadas a empoderar e proteger os utilizadores em linha, incluindo os menores. Isto inclui o requisito, para os serviços designados, de avaliarem e atenuarem os seus riscos sistémicos e oferecerem instrumentos sólidos de moderação de conteúdos.

Para fazer cumprir o ato, a Comissão está também a reforçar os seus conhecimentos especializados com conhecimentos pluridisciplinares internos e externos. O **Centro Europeu para a Transparência dos Algoritmos**, que faz parte do Centro Comum de Investigação da Comissão, foi lançado em 17 de abril de 2023.

O **Regulamento Mercados Digitais**, também em vigor desde novembro de 2022, destina-se a reforçar a equidade e a disputabilidade nos mercados digitais, estabelecendo critérios objetivos e claramente definidos para identificar os «controladores de acesso».

Em 6 de setembro de 2023, a Comissão designou seis «controladores de acesso», que disporão agora de seis meses para assegurar o pleno cumprimento das obrigações previstas no Regulamento Mercados Digitais para cada um dos seus serviços essenciais de plataforma designados.

Em julho de 2023, a Comissão adotou uma nova estratégia sobre a **Web 4.0 e os mundos virtuais**, com o intuito de orientar a próxima transição tecnológica e assegurar um ambiente digital aberto, seguro, fiável, justo e inclusivo para os cidadãos, as empresas e as administrações públicas da UE.

Atualmente, apenas cerca de 60 % da população da UE em 14 Estados-Membros pode utilizar a sua identificação eletrónica nacional fora das

suas fronteiras. A **identidade digital europeia**, acordada em junho de 2023, estará disponível para os cidadãos, residentes e empresas da UE que pretendam identificar-se ou verificar determinadas informações pessoais. Será aplicável tanto aos serviços públicos como aos privados, em linha e fora de linha, em toda a UE, e os cidadãos e residentes da UE terão direito a uma carteira digital pessoal.

Paralelamente, serão feitos investimentos em infraestruturas e competências destinados a **colmatar o fosso digital** e a garantir que ninguém na UE é deixado para trás na transformação digital das nossas sociedades e das nossas economias. Cerca de 26 % do Mecanismo de Recuperação e Resiliência destina-se a medidas que contribuem para os objetivos digitais. Acrescem 36,6 mil milhões de

EUR da política de coesão durante o período de 2021-2027, que se vêm juntar aos 16 mil milhões de EUR já investidos entre 2014 e 2020, o Mecanismo Interligar a Europa e o Programa Europa Digital.

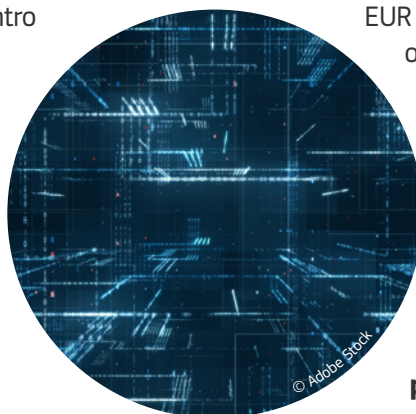
Em junho de 2023, a Comissão apresentou uma proposta para lançar as bases para um

potencial euro digital em complemento do numerário. Com

o aumento dos pagamentos eletrónicos e digitais na UE, um euro digital poderia oferecer uma forma de dinheiro público amplamente aceite, económica, segura e resiliente.

Paralelamente, a Comissão apresentou uma proposta legislativa destinada a garantir que o numerário em euros continuará a ser um método de pagamento amplamente aceite e acessível em toda a área do euro.

Em simultâneo, a Comissão apresentou duas propostas para digitalizar os pagamentos e o setor financeiro em geral, dando prioridade aos interesses dos consumidores, à concorrência, à segurança e à confiança. A primeira proposta visa rever a diretiva relativa aos serviços de pagamento, reforçando a prevenção da fraude, os direitos dos consumidores e os sistemas bancários abertos.



A segunda é uma proposta legislativa de um quadro que regula o acesso de terceiros aos dados financeiros dos clientes em vários serviços financeiros.

Estas iniciativas dão seguimento a uma proposta de outubro de 2022 que visa disponibilizar pagamentos imediatos em euros a todos os cidadãos e empresas na UE e no Espaço Económico Europeu. O objetivo é proporcionar **transferências em euros a preços acessíveis e seguras em qualquer dia no prazo de 10 segundos**, reforçando a conveniência e a eficiência no setor financeiro.

Em 2023, a **Croácia também aderiu à área do euro**. Vinte Estados-Membros da UE e 347 milhões de cidadãos da UE partilham agora a moeda comum da UE.

Reforçar o nosso mercado único e social

Este ano celebrámos o **30.º aniversário do mercado único** — a base da competitividade duradoura da UE. Trata-se do maior mercado do mundo, composto por 440 milhões de cidadãos e 23 milhões de empresas, e representando 15 % do PIB mundial; estima-se que o mercado único tenha aumentado o PIB da UE em mais 9 % desde a sua criação, há três décadas. Com a ajuda do mercado único, os Estados-Membros podem encontrar soluções comuns para desafios como a guerra na Ucrânia, a crise energética e a crise do custo de vida. Graças a ele, os consumidores têm um leque de escolhas mais alargado, com padrões mais elevados e preços mais baixos, e os empresários têm a oportunidade de se tornarem competitivos a nível mundial.



Em 16 de março de 2023, em conjugação com o aniversário do mercado único, a Comissão apresentou a sua abordagem relativamente à **competitividade a longo prazo**. Nela reconhece o potencial do mercado único para aumentar a produtividade e define como a UE pode aproveitar os seus pontos fortes para conseguir fazer mais do que apenas reduzir o fosso entre o crescimento e a inovação. Um quadro da UE orientado para o futuro, bem definido e coordenado promoverá empresas prósperas, capazes de competir no mercado mundial, com empregos atrativos e que estabeleçam normas a nível mundial.

A economia da UE continua a revelar uma resiliência notável no contexto dos sucessivos choques económicos dos últimos anos. Em 2022, **a recuperação do crescimento foi impressionante — 3,4 %**.

A expansão foi apoiada por um mercado de trabalho robusto, **com taxas de desemprego a atingir níveis mínimos históricos e o emprego a aumentar**. Este resultado deve-se em grande medida às medidas decisivas tomadas pela UE e pelos seus Estados-Membros.

No entanto, o forte desempenho também atrasou o abrandamento da inflação. A inflação elevada e a subsequente resposta da política monetária aos aumentos das taxas de juro contribuíram para o abrandamento significativo do crescimento atualmente em curso.

Ainda assim, o crescimento económico muito modesto registado no primeiro semestre de 2023 dissipou os receios anteriores de uma recessão no inverno. Daqui em diante, embora o grau de incerteza continue a ser elevado, especialmente no que diz respeito à invasão da Ucrânia pela Rússia que está em curso, esperamos que o crescimento continue. Ao mesmo tempo, espera-se que a inflação diminua o seu peso no poder de compra das famílias e que o mercado de trabalho continue robusto.

A resiliência económica e a competitividade da UE devem-se ao seu modelo económico único. Durante três décadas, criámos um poderoso mercado único, com uma forte dimensão social. Foi também por esta razão que, em 2020, criámos o SURE (instrumento europeu de apoio temporário para atenuar os riscos de desemprego numa situação de emergência) para proteger o emprego e os rendimentos ameaçados pela pandemia de COVID-19.

O **relatório final sobre a execução e o impacto do SURE** revelou que, durante esse ano, o instrumento apoiou mais de 2,5 milhões de empresas e ajudou cerca de 31,5 milhões de pessoas a manter os seus postos de trabalho. Até 2022, houve uma clara eliminação progressiva das medidas de apoio nacionais, com apoio contínuo ao abrigo do SURE a 40 000 empresas e 350 000 pessoas.

No geral, entre 2020 e 2022, o **SURE foi crucial para facilitar a rápida recuperação económica da pandemia**, tendo entregado 98,4 mil milhões de EUR a 19 Estados-Membros. Quase metade das despesas totais foi afetada a regimes de tempo de trabalho reduzido, sendo quase um terço atribuído a medidas semelhantes para os trabalhadores por conta própria. Os regimes de proteção salarial e outras medidas semelhantes representaram 12 %, enquanto os restantes 5 % foram gastos em medidas relacionadas com a saúde, que incluíam medidas preventivas contra a COVID-19, custos suplementares com o recrutamento e apoio aos trabalhadores do setor da saúde e a aquisição de equipamento de saúde e medicamentos, incluindo vacinas.

Apesar dos choques sem precedentes da pandemia e da guerra, a Comissão continuou a assegurar o bom funcionamento do mercado único. O **Regulamento relativo às subvenções estrangeiras**, em vigor desde janeiro de 2023, visa combater as distorções no mercado único causadas por subvenções



estrangeiras. Estas novas regras permitirão à UE permanecer aberta ao comércio e ao investimento, assegurando simultaneamente condições de concorrência equitativas para todas as empresas que operam na UE.

O regulamento começou a ser aplicado em 12 de julho. A partir de 12 de outubro, as empresas terão de notificar a Comissão das concentrações e da participação em procedimentos de contratação pública que envolvam contribuições financeiras concedidas por países terceiros a empresas que exerçam uma atividade económica na UE e que atinjam os limiares de notificação pertinentes.

A reforma da união aduaneira da UE, que propusemos em maio de 2023, substituirá as declarações aduaneiras tradicionais por uma abordagem inteligente e baseada em dados em matéria de supervisão

das importações. Esta proposta representa a **reforma mais abrangente e ambiciosa da união aduaneira desde a sua criação em 1968**.

Face ao aumento acentuado dos volumes de comércio, ao crescimento do comércio em linha e ao rápido aumento do número de normas da UE a respeitar pelos controlos aduaneiros, o novo sistema, apoiado por uma nova autoridade aduaneira da UE, reduzirá os atuais procedimentos aduaneiros complexos e tornará o mercado único mais competitivo, mais seguro e mais adaptado ao futuro.

Em 8 de dezembro de 2022, a Comissão propôs uma série de medidas para **modernizar o sistema do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) da UE e torná-lo mais eficaz para as empresas** e mais resiliente à fraude, adotando e promovendo a digitalização. As principais medidas propostas ajudarão os Estados-Membros a cobrar anualmente até 18 mil milhões de EUR em receitas do imposto sobre o valor acrescentado, ajudando simultaneamente as empresas — incluindo as pequenas

e médias empresas — a crescer. No mesmo mês, a Comissão adotou uma proposta sobre **novas regras de transparência fiscal**, que exigem que os prestadores de criptoativos estabelecidos na UE comuniquem todas as transações de clientes residentes na União. Esta medida melhorará a capacidade dos Estados-Membros para detetar e combater a fraude, a evasão e a elisão fiscais, uma vez que tem havido demasiadas faltas de transparência neste domínio. Os ministros das Finanças da UE chegaram a um acordo político relativamente a esta proposta em maio de 2023.

As empresas europeias beneficiam não só de um mercado integrado, de uma mão de obra altamente qualificada e de reduzida burocracia, mas também de um valioso quadro de inovação. As indústrias com utilização intensiva de propriedade intelectual representam quase metade do PIB total e mais de 90 % de todas as exportações da UE. Nesta perspetiva, a Comissão propôs **novas regras em matéria de patentes** em 27 de abril de 2023. Os regulamentos propostos sobre as patentes essenciais a normas, a concessão obrigatória de patentes em situações de crise e a revisão da legislação relativa aos certificados complementares de proteção criarão um quadro de direitos de propriedade intelectual mais previsível, mais eficaz e mais preparado para o futuro. Os regulamentos visam tornar o sistema de patentes mais eficaz, eliminando a fragmentação do mercado único, reduzindo a burocracia e aumentando a eficiência. Tal permitirá que os operadores económicos e as autoridades competentes protejam melhor a inovação, assegurando simultaneamente um acesso equitativo, inclusivamente em situações de emergência.

Além disso, o mercado único beneficia de um setor bancário resiliente, reforçado por um sólido quadro de gestão de crises. Em 18 de abril de 2023, a Comissão adotou uma proposta para ajustar e **reforçar o atual quadro da UE em matéria de gestão de crises bancárias e de seguro de depósitos**, com especial incidência nos bancos de média

e pequena dimensão. A proposta baseia-se nos ensinamentos retirados dos primeiros anos de aplicação do quadro, proporcionando às autoridades de resolução instrumentos mais eficazes para assegurar que, em caso de crise e quando está em causa a estabilidade financeira, os depositantes — por exemplo, indivíduos, empresas e entidades públicas — podem continuar a aceder às suas contas bancárias. A proposta procura, em especial, facilitar a utilização de fundos de resolução e de garantia de depósitos, financiados pelo setor bancário, a fim de permitir que as autoridades protejam melhor os depositantes durante as crises bancárias, nomeadamente através de transferências de um banco em dificuldades para um banco saudável.

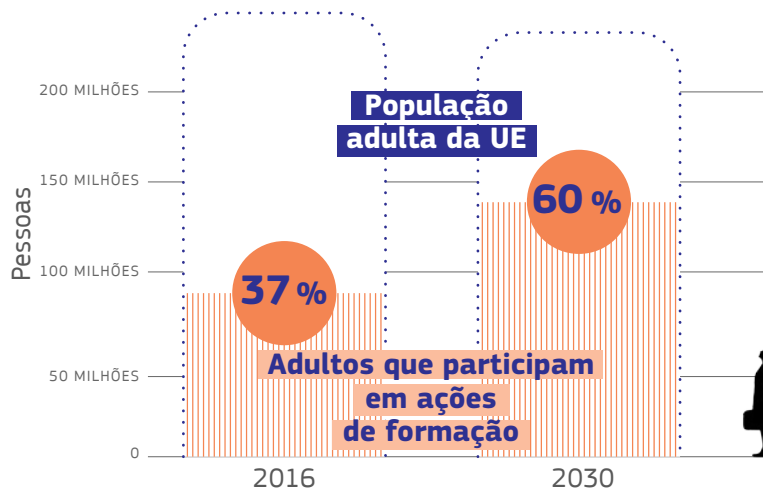
Além disso, a UE está a reforçar a resiliência dos bancos que operam dentro das suas fronteiras e a reforçar a sua supervisão e gestão dos riscos através da **conclusão da execução das reformas regulamentares acordadas a nível mundial, conhecidas por Basileia III**. As novas regras bancárias assegurarão que os bancos da UE se tornarão mais resilientes a potenciais choques económicos futuros, contribuindo simultaneamente para a transição para a neutralidade climática.

Aproveitar as oportunidades da nossa economia social de mercado: ênfase no diálogo social e nas competências

A nossa economia social de mercado única dá prioridade tanto às oportunidades comerciais como ao bem-estar social, colocando as pessoas e o seu bem-estar no centro da nossa Europa Social. Num contexto de aumento da inflação e do custo de vida no último ano, as políticas são fundamentais a todos os níveis para atenuar a perda de poder de compra, conforme salientado no ciclo do Semestre Europeu de 2023.

Com as competências surgem oportunidades

Objetivo da UE: 60 % dos adultos devem frequentar anualmente ações de formação



Com este objetivo em mente, continuamos a implementar o **Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais**. Os Estados-Membros apoiaram as metas sociais da UE para 2030 que visam que pelo menos 78 % das pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 64 anos estejam empregadas; que pelo menos 60 % dos adultos participem anualmente em ações de formação; e que se reduza o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em, pelo menos, 15 milhões (em comparação com 2019).

Temos de garantir que todas as pessoas que trabalham na UE podem viver com dignidade. O acordo histórico sobre a Diretiva relativa a **salários mínimos adequados** será transposto para o direito nacional até novembro de 2024. Ao estabelecer um procedimento para salários mínimos nacionais adequados e ao fazer com que os Estados-Membros promovam a negociação coletiva sobre a fixação dos salários, a diretiva ajudará os cidadãos a sair da pobreza no trabalho em toda a UE.

O diálogo entre sindicatos, empregadores e governos contribui para o desenvolvimento da economia social de mercado europeia,

sendo a negociação coletiva uma característica fundamental. Acreditamos firmemente no poder do diálogo social enquanto instrumento para desenvolver soluções conjuntas para os desafios que enfrentamos no mundo do trabalho, que atualmente está em constante evolução. No seguimento da nossa comunicação de janeiro de 2023, os Estados-Membros adotaram uma **Recomendação do Conselho com medidas concretas para uma maior participação dos parceiros sociais a nível nacional e da UE**. Isto significa consultá-los aquando da conceção e execução das políticas económicas, sociais e de emprego; promover a negociação coletiva; e permitir um aumento das suas capacidades.

Em setembro de 2022, a Comissão adotou orientações destinadas a proporcionar segurança jurídica aos trabalhadores independentes sem empregados, nomeadamente às pessoas que trabalham na economia digital e através de plataformas de trabalho digitais, clarificando as situações em que o direito da concorrência não coloca obstáculos aos seus esforços para negociar coletivamente um melhor acordo.

Entretanto, os legisladores encetaram as negociações finais sobre a **proposta de**

diretiva da Comissão relativa à melhoria das condições de trabalho nas plataformas digitais. A proposta visa assegurar que as pessoas que trabalham através de plataformas de trabalho digitais beneficiarão de um estatuto de emprego legal que corresponda às suas modalidades de trabalho efetivas, bem como dos direitos laborais e das prestações sociais a que têm direito. Ainda no contexto das plataformas de trabalho digitais, a proposta aborda igualmente a complexa questão da gestão algorítmica das plataformas, a fim de garantir a supervisão humana e a transparência.

•••••

O plano de recuperação e resiliência da Áustria ajuda a **reforçar a resiliência social através do pagamento dos contratos de 275 enfermeiros comunitários.**

O programa investiu igualmente numa frota de 94 automóveis elétricos e 37 bicicletas elétricas, de modo a que os enfermeiros possam prestar cuidados de qualidade, especialmente a idosos necessitados, inclusivamente em zonas remotas.

•••••



Para que as transições ecológica, digital e demográfica tenham êxito, a UE tem de investir fortemente na aprendizagem ao longo da vida, a fim de adaptar as competências dos cidadãos a um mercado de trabalho em constante mutação. O nosso objetivo durante este **Ano Europeu das Competências** é que todos — governos, empresas e indivíduos — reconheçam a importância da formação e invistam na mesma. O orçamento de 2021-2027 coloca ao dispor dos Estados-Membros cerca de **65 mil milhões de EUR de fundos da UE** para investirem em programas de competências, principalmente através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e do Fundo Social Europeu Mais. Em abril de 2023, a Comissão adotou duas novas propostas de recomendações do Conselho sobre **competências digitais e educação e formação digitais.**

Estas propostas visam apoiar os Estados-Membros e o setor da educação e da formação a oferecer uma educação e uma formação digitais de elevada qualidade, inclusivas e acessíveis, com o intuito de desenvolver as competências digitais dos cidadãos da UE.

Em 2023, a Comissão aumentou o orçamento do **Erasmus+** para um novo total de 4,43 mil milhões de EUR, a mais elevada dotação financeira anual jamais alcançada, o que representa um contributo valioso para o Ano Europeu das Competências. Entre muitos outros projetos, o Erasmus+ apoia atualmente 50 Alianças de Universidades Europeias, que envolvem mais de 430 instituições de ensino superior dentro e fora da União Europeia, incluindo na Ucrânia.

Além das suas iniciativas mais amplas para incentivar o desenvolvimento de competências em todos os domínios, a Comissão lançou igualmente iniciativas setoriais específicas de forma a ter em conta as realidades dos diferentes ecossistemas industriais. Por exemplo, o **Pacto para as Competências** reúne organizações públicas e privadas com o objetivo de identificar as lacunas de competências existentes em cada setor, identificar as competências que serão necessárias no futuro e assumir compromissos no sentido

de proporcionar oportunidades de formação para melhorar as competências das pessoas em idade ativa e requalificá-las. Até à data, 1 500 organizações de todos os Estados-Membros aderiram ao Pacto para as Competências na qualidade de membros desde o seu lançamento em 2020, individualmente ou no âmbito de parcerias de competências, nos 14 setores industriais e em todos os Estados-Membros da UE e países candidatos. Entre os membros contam-se todos os tipos de organizações dos setores público e privado, incluindo autoridades nacionais, regionais e locais; empresas; parceiros sociais; organizações interprofissionais e setoriais; câmaras de comércio; entidades prestadoras de ensino e formação; e serviços de emprego. Até ao momento, **dois milhões de pessoas beneficiaram de atividades de melhoria de competências e requalificação** no âmbito do pacto. Foram atualizados ou desenvolvidos cerca de 15 500 programas de formação e os membros do pacto investiram 160 milhões de EUR em iniciativas em matéria de competências.

No âmbito do Ano Europeu das Competências, a Comissão lançou igualmente, em julho, a primeira fase de consulta dos parceiros sociais europeus sobre o reforço do **Quadro de Qualidade para os Estágios da UE**. O quadro visa ajudar os jovens a transitar do ensino e do desemprego para o emprego por meio de estágios de qualidade. De acordo com um inquérito Eurobarómetro recente, 76 % dos jovens europeus aprenderam coisas profissionalmente úteis durante o seu estágio e 68 % encontraram emprego após terem concluído um estágio. Esta iniciativa irá reforçar as ações da UE para combater o desemprego dos jovens na UE. O pacote Apoio ao Emprego dos Jovens, de julho de 2020, já resultou no reforço da Garantia para a Juventude, na atualização do Quadro de Referência Europeu para o Ensino e a Formação Profissionais e num novo impulso para os cursos de aprendizagem.



O nosso relatório de 2023 intitulado *O Impacto das Alterações Demográficas num Ambiente em Mutação* revê as tendências demográficas que moldam as nossas economias e sociedades. Reconhecendo os desafios colocados pela transição demográfica, a Comissão continuou a **integrar as considerações demográficas no desenvolvimento das políticas pertinentes da UE**. A fim de ajudar as regiões da UE afetadas pelo declínio acelerado da sua população em idade ativa, em janeiro de 2023, no âmbito da nossa estratégia global para tirar partido do talento nas regiões da Europa, lançámos o Mecanismo para Estimular os Talentos. Em maio de 2023, lançámos um convite à apresentação de projetos-piloto e lançámos um projeto emblemático no âmbito da iniciativa de apoio técnico para superar os obstáculos ao desenvolvimento regional.



Em 2022, **Nazaret Mateos Álvarez**, **uma jovem empresária rural** de Paredes de Nava, Palência, Espanha, ganhou o título de melhor agricultora biológica nos prémios biológicos da UE. Ao desenvolver uma forma inovadora de cultivar cogumelos com fertilizantes naturais e menos água, ela está a melhorar a economia local.



O NextGenerationEU e a promoção do investimento europeu

O NextGenerationEU é mais do que uma mera resposta aos desafios colocados pela pandemia de COVID-19; trata-se de uma **oportunidade histórica para construir uma economia que funcione para todos os cidadãos da UE**. Estamos firmemente empenhados em transformar em realidade a nossa visão de uma Europa mais ecológica, mais digital e mais justa do ponto de vista social. Em 2022 e 2023, teve início o nosso investimento europeu comum de 800 mil milhões de EUR no NextGenerationEU, com projetos concretos no terreno, destinados a construir uma Europa sustentável, resiliente e competitiva e a garantir a prosperidade de todos na UE.

No cerne do NextGenerationEU está o **Mecanismo de Recuperação e Resiliência**, que disponibiliza recursos financeiros sem precedentes a todos os Estados-Membros, que estão a utilizar estes fundos para implementar reformas transformadoras e investimentos que mudarão as economias e sociedades europeias para as gerações vindouras. O mecanismo tem um valor de 723 mil milhões de EUR. Dando especial destaque à sustentabilidade, à inovação e à criação de emprego, o mecanismo está rapidamente a tornar-se uma pedra angular da nossa política económica. A sua implementação prossegue a todo o vapor. No total, **já foi desembolsado um total de 153,4 mil milhões de EUR**, incluindo 56,6 mil milhões de EUR de pré-financiamento. Os Estados-Membros continuam a cumprir os seus compromissos em matéria de reformas e de investimento. A Comissão estima que o investimento financiado pelo NextGenerationEU poderá, só por si, aumentar o PIB da UE em cerca de 1,5 % em 2024.

Os pilares do **Mecanismo de Recuperação e Resiliência**



Transição ecológica



Transformação digital



Coesão económica,
produtividade
e competitividade



Coesão social
e territorial



Saúde e resiliência
económica, social
e institucional



Políticas para
a próxima geração

O mecanismo está a revelar-se um instrumento extremamente ágil, capaz de lidar eficazmente com as diferentes crises à medida que estas surgem. À medida que a Rússia avançou com a sua brutal guerra de agressão contra a Ucrânia, apresentámos o REPowerEU para pôr termo à nossa dependência dos combustíveis fósseis russos, acelerando a transição para energias limpas e unindo forças para alcançar um sistema energético mais resiliente e uma verdadeira união da energia. Os Estados-Membros têm acesso a quase 270 mil milhões de EUR em fundos do REPowerEU, com 225 mil milhões de EUR em empréstimos de recuperação e resiliência, 20 mil milhões de EUR em subvenções adicionais e o potencial para receber até 23 mil milhões de EUR em transferências de subvenções de outros fundos da UE.

Uma análise dos planos nacionais de recuperação e resiliência dos Estados-Membros revela que:

- 203 mil milhões de EUR da dotação total foram atribuídos a medidas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030,

- 131 mil milhões de EUR são consagrados a iniciativas que impulsionarão a transformação digital das economias e sociedades europeias.

As reformas e os investimentos propostos pelos Estados-Membros excederam o objetivo de consagrar pelo menos 37 % das despesas a medidas que contribuam para os objetivos climáticos e, pelo menos, 20 % a objetivos digitais. Para o mecanismo no seu conjunto, as despesas estimadas no domínio climático ascendem a cerca de 40 % e as despesas digitais a 26 %.

O Mecanismo de Recuperação e Resiliência desencadeou a execução de reformas importantes numa vasta gama de domínios de intervenção. **Mais de um terço do total das medidas dos 27 planos de recuperação e resiliência correspondem a reformas** (cerca de 2 187 reformas, em comparação com 3 780 iniciativas de investimento). Estas reformas não só tornam os Estados-Membros mais resilientes a longo prazo, como também melhoram as condições para a realização bem-sucedida dos investimentos conexos ao

abrigo do mecanismo, juntamente com os fundos da política de coesão. Tal é feito, por exemplo, através da modernização dos quadros regulamentares em setores-chave (digital, energias renováveis, transportes); da melhoria dos procedimentos de licenciamento e de adjudicação de contratos públicos; e do reforço do Estado de direito e das salvaguardas contra a corrupção. Entre as **reformas emblemáticas** já adotadas contam-se:

- reformas destinadas a garantir a cibersegurança (Roménia) e a digitalização da administração pública (Eslováquia),
- reformas dos sistemas de justiça para os tornar mais eficientes, reduzindo a duração dos processos e melhorando a organização dos tribunais (Espanha, Itália),
- modernização das políticas ativas do mercado de trabalho e das competências (Alemanha, Espanha),
- reformas destinadas a reforçar a previsibilidade e a estabilidade do financiamento público da investigação (Portugal), bem como a promover a excelência científica e a melhorar o desempenho das universidades e dos organismos públicos de investigação (Eslováquia),
- reformas para combater a corrupção e garantir a proteção dos autores de denúncias (Chipre),
- reformas de simplificação do licenciamento para impulsionar o investimento em energia marítima renovável ou reformas para criar condições para a introdução do

hidrogénio renovável (Grécia, Espanha, Portugal),

- reformas destinadas a apoiar a implantação das energias renováveis e dos transportes sustentáveis (Croácia, Roménia),
- reformas para melhorar a qualidade do processo legislativo (Bulgária),
- reformas para melhorar a habitação a preços acessíveis (Letónia, Países Baixos).

As **principais iniciativas de investimento**

cujas principais etapas já foram concluídas são:

- investimento para apoiar a descarbonização e aumentar a eficiência energética da indústria (França, 1,4 mil milhões de EUR; Croácia, 91 milhões de EUR),
- aquisição de 600 000 novos computadores portáteis para emprestar a professores e alunos e seleção de polos de inovação digital para apoiar as empresas nos seus esforços de digitalização (Portugal, 600 milhões de EUR),
- fundos destinados a aumentar a competitividade das empresas que operam no setor do turismo, incluindo 4 000 pequenas e médias empresas (Itália, 1,9 mil milhões de EUR),
- digitalização da administração pública, com vista à prestação de serviços públicos digitais, simples, inclusivos e seguros a cidadãos e empresas (Portugal, 170 milhões de EUR),
- desenvolvimento de infraestruturas de banda larga (Letónia, 4 milhões de EUR).



Um dos maiores beneficiários do plano de recuperação e resiliência finlandês é a Solar Foods, uma **empresa em fase de arranque que produz proteínas através de um bioprocessamento que utiliza hidrogénio verde**. A patenteada «Solein» pode ser utilizada para produzir quaisquer alimentos, literalmente a partir do nada. Não se trata de ficção científica — esta empresa em fase de arranque receberá 33,6 milhões de EUR para uma fábrica de demonstração em Vantaa, na Finlândia. O projeto faz igualmente parte dos PIIEC da cadeia de valor do hidrogénio da Comissão.



A Comissão, **enquanto emitente de obrigações da UE em nome da União Europeia**, alcançou com êxito o seu objetivo de financiamento para o primeiro semestre de 80 mil milhões de EUR e pretende mobilizar mais 40 mil milhões de EUR até ao final do ano.

Destes valores, mais de 100 mil milhões de EUR serão canalizados para o programa de recuperação NextGenerationEU, sendo que até 18 mil milhões de EUR apoiarão o instrumento que presta assistência macrofinanceira à Ucrânia. Deste modo, a Comissão está a realizar progressos importantes no apoio à recuperação económica nos Estados-Membros e na demonstração de solidariedade para com a Ucrânia, reforçando simultaneamente o papel da União enquanto emitente nos mercados financeiros.

No que diz respeito às **obrigações verdes**, a Comissão continua a ser o líder mundial, tendo, até à data, emitido obrigações no valor de 7,7 mil milhões de EUR em 2023 e 44,2 mil milhões de EUR no total, valores que a colocam no bom caminho para cumprir o seu objetivo de 250 mil milhões de EUR.

**NEXT
GEN
EU**

806,9
mil milhões de EUR*
através do NextGenerationEU

* Valor expresso em preços correntes. Ascende a 750 mil milhões de EUR a preços de 2018.

A fim de preparar as regras orçamentais da UE para o futuro, a Comissão propôs, em 26 de abril de 2023, levar a cabo a **mais completa reforma das regras de governação económica da UE desde o período que se seguiu à crise financeira de 2008**.

O objetivo central destas propostas consiste em reforçar a sustentabilidade da dívida pública e em promover um crescimento sustentável e inclusivo em todos os Estados-Membros através de reformas e investimentos. A reforma simplificará a governação económica, melhorará a apropriação nacional, colocará maior ênfase no médio prazo e reforçará a aplicação das regras, no âmbito de um quadro comum e transparente da UE.

Impulsionar a União dos Mercados de Capitais

é também essencial para canalizar o financiamento privado para a nossa economia e para financiar as transições ecológica e digital. Neste contexto, a Comissão apresentou várias iniciativas em 2022 e 2023 e honrou os compromissos enunciados no Plano de Ação de 2020 para a União dos Mercados de Capitais:

- tornar os serviços de compensação da UE mais atrativos e resilientes, apoiando a autonomia estratégica aberta da UE e preservando a estabilidade financeira,
- tornar determinadas regras em matéria de insolvência das empresas mais eficientes em toda a UE, a fim de ajudar a promover o investimento transfronteiras,
- através de nova legislação sobre a cotação, reduzir os encargos administrativos para as empresas de todas as dimensões,

em particular das pequenas e médias empresas, para que possam aceder mais facilmente ao financiamento público através da cotação em bolsa,

- reforçar a confiança dos pequenos investidores para poderem investir com segurança no seu futuro e capacitá-los para tomarem decisões de investimento consentâneas com as suas necessidades e preferências,
- tornar os procedimentos fiscais de retenção na UE mais eficientes e seguros para os investidores, os intermediários financeiros e as administrações fiscais dos Estados-Membros, a fim de impulsionar o investimento e ajudar a combater os abusos fiscais.

Os investimentos também continuam a ser apoiados através dos **fundos de coesão da UE**, que asseguram um crescimento equilibrado, a convergência económica, as oportunidades sociais e condições de concorrência equitativas em todo o mercado interno. No período de 2021-2027, prevê-se que 379 programas adotados pela Comissão em 2022, mobilizando 378 mil milhões de EUR de apoio da UE, resultem em investimentos no valor de 545 mil milhões de EUR, dos quais 70 % concentrar-se-ão nas regiões menos desenvolvidas. No entanto, todos os países e regiões podem beneficiar dos efeitos indiretos do financiamento da coesão: o PIB da UE aumentará pelo menos 0,5 % até ao final deste período e serão criados 1,3 milhões de postos de trabalho adicionais graças à política de coesão.



.....

A **ponte de Brăila** foi inaugurada este ano graças a mais de 363 milhões de EUR dos fundos de coesão da UE. Com cerca de 2 km de comprimento, é a maior ponte sobre o Danúbio, a maior da Roménia e a terceira ponte suspensa mais longa da UE.

.....

Por último, estimular o investimento europeu para construir uma União mais ecológica, mais digital e mais social exige administrações públicas que funcionem adequadamente. Todos os investimentos e reformas públicas passam pelos funcionários públicos. Por conseguinte, a Comissão intensificou os seus esforços para **ajudar os Estados-Membros a melhorar a sua administração pública** e a enfrentar os desafios atuais e futuros. Em 2022, lançámos o primeiro intercâmbio de cooperação entre administrações públicas, que permitirá a 300 funcionários públicos de 19 Estados-Membros passar tempo numa administração equivalente noutro Estado-Membro, trocando conhecimentos especializados e boas práticas.

Em 2022, aplicámos plenamente a **abordagem «entra um, sai um» do processo legislativo da UE**. Um ano depois, propusemos iniciativas que deverão reduzir os encargos administrativos globais e compensar, tanto quanto possível, outros custos. Em 2023, comprometemo-nos a fazer um novo esforço para racionalizar os requisitos de comunicação de informações e apresentámos as primeiras propostas para cada um dos domínios ecológicos, digitais e económicos antes do outono, com o objetivo último de reduzir esses encargos em 25 %, sem comprometer os objetivos políticos. Acrescentámos também um controlo da competitividade ao nosso processo de decisão.

Por outras palavras, graças a uma elaboração de políticas mais inteligente e à redução da burocracia, a Comissão está a tornar a aplicação da legislação da UE e a colheita dos seus benefícios, bem como a concretização das transições ecológica e digital, mais fácil, mais rápida e mais barata para os cidadãos, as empresas e as administrações.

Uma Economia ao serviço das Pessoas

SITUAÇÃO ECONÓMICA

A economia da UE continua a revelar uma **resiliência notável** no contexto dos sucessivos choques económicos dos últimos anos.

Crescimento

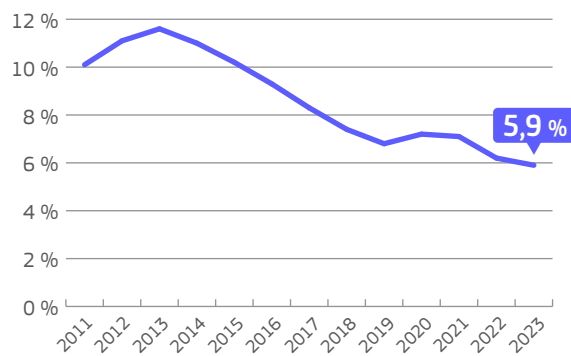
Em 2022, o crescimento foi de **3,4 %**, um valor impressionante; embora continuemos a ter de lidar com um elevado grau de incerteza, prevemos que o crescimento continue.

Expansão

A expansão foi apoiada por um **mercado de trabalho robusto**, com taxas de desemprego a atingir níveis mínimos históricos e o emprego a aumentar.

Desemprego

Taxa de desemprego total na UE, ajustada sazonalmente.



Fonte: Eurostat.

NEXTGENERATIONEU

O NextGenerationEU é mais do que uma mera resposta aos desafios colocados pela pandemia de COVID-19: **trata-se de uma oportunidade histórica para construir uma economia que funcione para todos os cidadãos da UE.**

Investimento

Um investimento europeu comum de **806,9 mil milhões de EUR(*)** para tornar a Europa mais saudável, mais ecológica e mais digital.

Mecanismo de Recuperação e Resiliência

385 mil milhões de EUR
em empréstimos



338 mil milhões de EUR
em subvenções para investir
em reformas e projetos

Desembolso

No total, já foram desembolsados **153,4 mil milhões de EUR**, incluindo **56,6 mil milhões de EUR** de pré-financiamento.

PIB

Só por si, o investimento financiado pelo NextGenerationEU poderia aumentar o PIB da UE em cerca de **1,5 %** em 2024.

(*) Valor expresso em preços correntes. Ascende a 750 mil milhões de EUR a preços de 2018.

ANO EUROPEU DAS **COMPETÊNCIAS**

A UE está a investir fortemente na **aprendizagem ao longo da vida**, a fim de adaptar as competências dos cidadãos a um mercado de trabalho em constante mutação.

Fundos

Os Estados-Membros afetaram cerca de **65 mil milhões de EUR** a fundos da UE para investir em programas de competências, principalmente através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e do Fundo Social Europeu Mais.

Impacto

2 milhões de pessoas beneficiaram de atividades de melhoria de competências e requalificação no âmbito do Pacto para as Competências.

Ações de formação

15 500 programas de formação foram atualizados ou desenvolvidos.



MERCADO ÚNICO

Durante três décadas, criámos um poderoso mercado único, **o maior mercado do mundo**, com uma forte dimensão social.

PIB

Ascende a:



15 % do PIB mundial

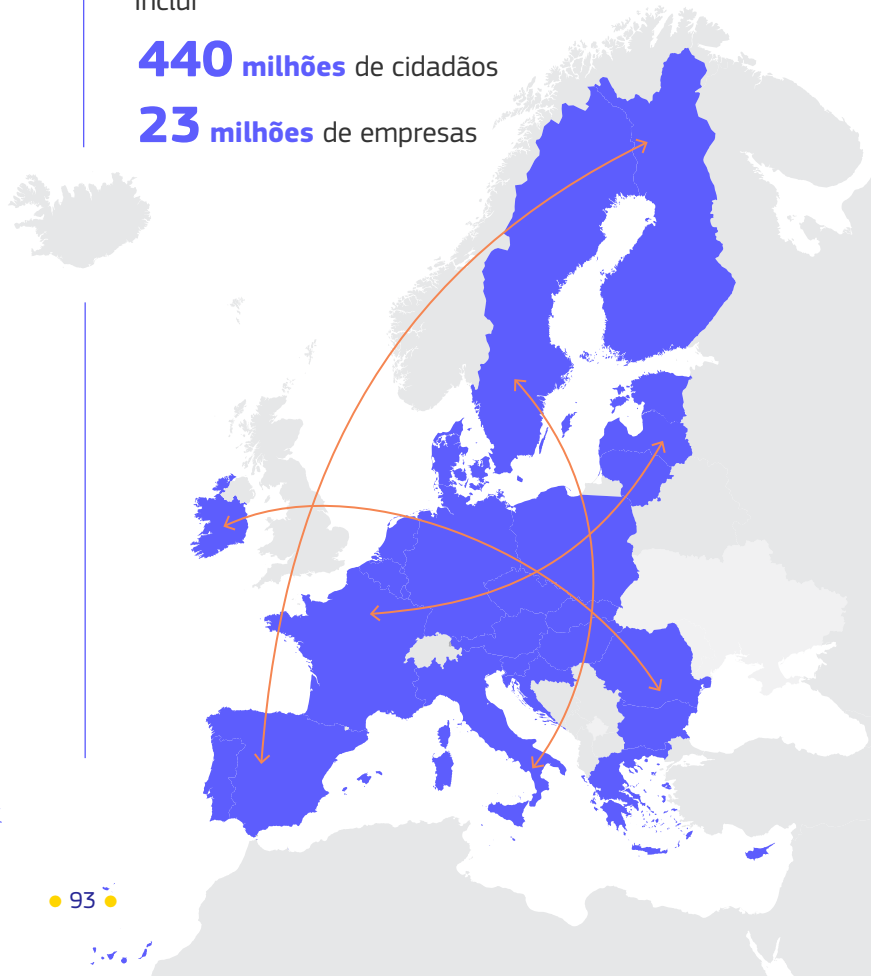
Estima-se que tenha aumentado o PIB da UE em **9 %** desde a sua criação há três décadas.

Dimensão

Inclui

440 milhões de cidadãos

23 milhões de empresas



A Estratégia Global Gateway e a promoção do investimento mundial

A União Europeia está a liderar os esforços mundiais em prol da democracia, dos direitos humanos e do multilateralismo. Nestes tempos de desafios globais sem paralelo — desde as alterações climáticas às crises sanitárias mundiais e ao aumento da tensão geopolítica —, a UE desempenha um papel fundamental na construção de uma economia mundial resiliente, sustentável e em crescimento para todos. Queremos uma parceria em igualdade de circunstâncias com os países parceiros, com vista a encontrar soluções para os verdadeiros desafios que os países de rendimento baixo e médio enfrentam atualmente.

Graças à **Estratégia Global Gateway**, **um plano de investimento sustentável de 300 mil milhões de EUR em todo o mundo**, a Comissão está a apoiar projetos de infraestruturas de alta qualidade que criem emprego, promovam um crescimento duradouro e criem valor a nível local. Estamos a avançar com **90 grandes projetos em todo o mundo este ano**. Os projetos são adaptados às realidades locais, mas partilham as mesmas características.

- A primeira característica é a **sustentabilidade**. Não queremos apenas garantir normas sociais e ambientais elevadas; podemos também ajudar os nossos parceiros a pôr em prática as tecnologias e as competências de que necessitarão para os setores de crescimento mais rápido da economia mundial.
- A segunda característica é o benefício **mútuo**. A estratégia Global Gateway

Principais princípios orientadores em matéria de investimentos

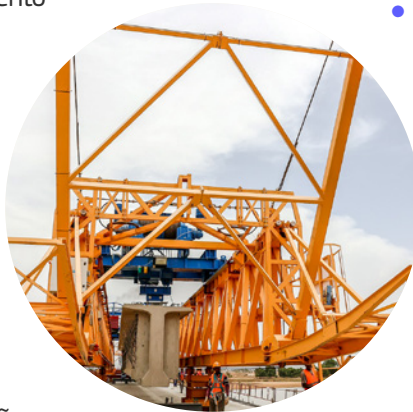
 <p>Sustentabilidade</p>	 <p>Benefício mútuo</p>	 <p>Parcerias</p>
<p>Não queremos apenas garantir normas sociais e ambientais elevadas; podemos também ajudar os nossos parceiros a pôr em prática as tecnologias e as competências de que necessitarão para os setores de crescimento mais rápido da economia mundial.</p>	<p>A Estratégia Global Gateway pode ser o impulso de que os países de rendimento baixo e médio necessitam para aumentar a cadeia de valor do desenvolvimento industrial.</p>	<p>O estabelecimento de parcerias com investidores do setor privado poderia passar o investimento de milhares de milhões de EUR para biliões de EUR.</p>

pode ser o impulso de que os países de rendimento baixo e médio necessitam para aumentar a cadeia de valor do desenvolvimento industrial.

- A terceira característica é a **parceria com investidores do setor privado**, que poderia passar o investimento de milhares de milhões de EUR para biliões de EUR.

Na **Namíbia**, por exemplo, a Global Gateway fornece garantias para o investimento privado no **hidrogénio verde**.

O objetivo subjacente é duplo: gerar energia limpa e proporcionar novas receitas ao país para que este possa, por exemplo, exportar hidrogénio verde para a União Europeia. No Ruanda, estamos a trabalhar com um produtor de vacinas para levar a **tecnologia ARNm** para o país, para que este possa produzir vacinas que salvarão vidas na região. **Nas Filipinas**, estamos a conectar os nossos satélites Copernicus para construir o primeiro sistema de **observação da Terra** no Sudeste Asiático e uma empresa europeia de telecomunicações está a investir em infraestruturas 4G e 5G. A cooperação nestes domínios apoiará as capacidades nacionais e regionais para fazer face ao impacto das alterações climáticas e melhorar a gestão do risco de catástrofes.



O marco inaugural alcançado com a iniciativa Global Gateway materializou-se no **pacote de investimento África-Europa**. Metade do investimento inicial da Global Gateway, num montante aproximado de 150 mil milhões de EUR, é dedicada a projetos com parceiros africanos. Estes projetos centram-se na criação de investimentos sustentáveis em infraestruturas vitais, abrangendo os domínios digital, energético e dos transportes, bem como a saúde, a educação, as competências, as alterações climáticas e o ambiente. Os projetos incluem:

- uma iniciativa da Equipa Europa dedicada ao fabrico e ao acesso a vacinas e tecnologias de saúde em África, em

colaboração com o Gana, o Ruanda, o Senegal, a África do Sul e a nível regional,

- o cabo submarino de fibra ótica Medusa no Mediterrâneo, que ligará o Norte de África aos países da UE para aumentar a velocidade da Internet,
- investimento em infraestruturas digitais no Quénia, na Mauritânia e na Tunísia,
- em termos de energias renováveis, a construção prevista da central hidroelétrica Ruzizi III para o Burundi, a República Democrática do Congo e o Ruanda,
- centrais e instalações hidroelétricas, de hidrogénio, solares e híbridas que serão construídas no Benim, na Costa do Marfim, em Madagáscar, em Marrocos, na Namíbia, no Níger, na Nigéria e na Tanzânia,
- a concessão pela UE e pelos seus Estados-Membros, no âmbito da Parceria para uma Transição Energética Justa, de mais de 280 milhões de EUR em subvenções à África do Sul para apoiar as reformas políticas em matéria de recuperação ecológica e desbloquear o investimento ecológico.

Os projetos na **vizinhança da UE e nos Balcãs Ocidentais** são executados no âmbito dos planos económicos e de investimento acordados com os países, por exemplo:

- o corredor de eletricidade transbalcânico na Bósnia-Herzegovina, no Montenegro e na Sérvia — uma interligação de 400 quilovolts que liga as redes de transporte de eletricidade desses países às da Itália, da Croácia, da Hungria e da Roménia,
- o cabo digital submarino «Conectividade Digital do Mar Negro», que apoiará

a transformação digital e aumentará a resiliência digital da região,

- um cabo de eletricidade que será construído no Mar Negro para ajudar países como a Arménia, o Azerbaijão e a Geórgia a diversificarem o seu cabaz energético e a explorarem o enorme potencial das energias renováveis — energias hídrica, solar e eólica.

Na Ásia e no Pacífico, estamos a implementar a Global Gateway através de iniciativas regionais e bilaterais que trarão resultados com um impacto transformador, por exemplo:

- a iniciativa regional da Equipa Europa sobre a Aliança Verde e Azul para o Pacífico, que inclui a construção da central hidroelétrica de Qaliwana nas ilhas Fiji, juntamente com trabalhos de manutenção em cinco pistas de aterragem e a construção e melhoria de dois molhes na Papua-Nova Guiné,
- em 2023, um projeto de investimento em energia solar e eólica para impulsionar a transição para a energia verde no Bangladexe,
- a Parceria para a Transição Energética Justa estabelecida com o Vietname e a Indonésia, a fim de implantar as energias renováveis,
- trabalhar com o Cazaquistão na implementação da parceria no domínio das matérias-primas, baterias e hidrogénio renovável,
- na Cimeira UE-ASEAN de 2022, a UE e os seus Estados-Membros anunciaram a mobilização de 10 mil milhões de EUR em investimentos para realizar estes e outros projetos da Global Gateway na região.

Na Cimeira UE-CELAC em Bruxelas em julho de 2023, a presidente Ursula von der Leyen anunciou que a UE e os seus Estados-Membros investiriam mais de 45 mil milhões de EUR na Agenda de Investimento Global Gateway para a **América Latina e as Caraíbas**, que inclui

uma lista de mais de 130 potenciais projetos de investimento:

- assinámos uma Aliança Digital com a maioria dos países da região para colaborar na normalização das nossas políticas digitais, por exemplo em matéria de proteção, partilha e privacidade de dados — a aliança inclui também planos para um centro regional Copernicus para serviços espaciais, que será fundamental para a aviação, os drones e a condução autónoma,
- em 2023, será lançada a iniciativa da Equipa Europa para a bacia amazónica, que visa prevenir a desflorestação, juntamente com o projeto «Cinco grandes florestas da Mesoamérica», que protegerá 10 milhões de hectares de floresta até 2030,
- a UE assinou (ou irá assinar em breve) parcerias com a Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia, a Costa Rica, o Paraguai e o Uruguai para a produção de hidrogénio verde e de matérias-primas,
- contribuiremos para implantar o acesso à rede de banda larga em toda a Jamaica até 2030,
- estamos a melhorar o transporte marítimo intrarregional das Caraíbas graças a um *ferry* multimodal que liga a Guiana e o Suriname a Barbados, a Trindade e Tobago, aos membros da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais e aos territórios ultramarinos franceses.

A Global Gateway representa metade do compromisso total da **parceria do G7 para as infraestruturas e o investimento a nível mundial**. Os estados do G7 estão a trabalhar em conjunto para fazer parte da solução para o défice de investimento em infraestruturas. Após o êxito da Cimeira do G7 em Hiroshima, continuaremos a trabalhar em estreita colaboração com as próximas presidências do G7: Itália em 2024 e Canadá em 2025.

Relançar a agenda comercial da UE

Em fevereiro de 2021, a Comissão apresentou uma **revisão exaustiva da estratégia de política comercial da UE**, refletindo o nosso firme empenho numa política comercial que promova a abertura, a sustentabilidade e a assertividade na cena mundial. É imperativo que o nosso quadro comercial nos dote dos instrumentos necessários para nos protegermos contra práticas comerciais desleais. Desde então, a Comissão tem envidado esforços incansáveis para levar a cabo e fazer avançar esta estratégia, consolidando a posição de liderança da UE no comércio internacional.

Conselhos de Comércio e Tecnologia

Num espírito de colaboração internacional, a UE e as democracias parceiras criaram Conselhos de Comércio e Tecnologia para promover parcerias produtivas e enfrentar desafios comuns. Durante a terceira reunião ministerial do **Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA**, realizada em 5 de dezembro de 2022, e a quarta, em 30 e 31 de maio de 2023, a UE e os Estados Unidos acordaram em lançar a Iniciativa Transatlântica sobre Comércio Sustentável e o Diálogo sobre os Incentivos às Energias Limpas. Parte do Conselho, o **grupo de trabalho «Talento para o Crescimento UE-EUA»** reuniu-se pela primeira vez em 17 de maio de 2023. O seu mandato inclui a partilha de boas práticas, a promoção de abordagens inovadoras para o desenvolvimento de competências e programas de formação inspiradores para as empresas da UE e dos EUA.



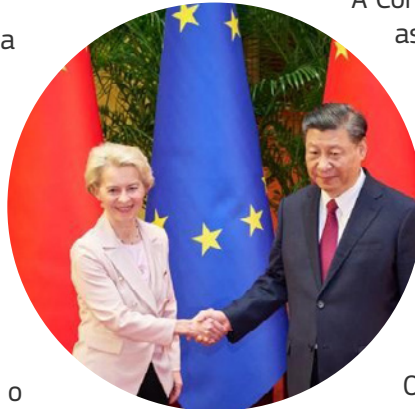
Na primeira reunião do **Conselho de Comércio e Tecnologia UE-Índia**, em 16 de maio de 2023, ambas as partes intensificaram o seu empenho e acordaram em cooperar em tecnologias emergentes e na investigação no domínio das tecnologias limpas e ecológicas, bem como em abordar questões comerciais. Este conselho visa reforçar o comércio bilateral entre a UE e a Índia, que atingiu níveis recorde em 2022, com 120 mil milhões de EUR de mercadorias comercializadas.

Reino Unido

Em fevereiro de 2023, a presidente Ursula von der Leyen e o primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, chegaram a um acordo sobre o **Quadro de Windsor**, um conjunto abrangente de soluções conjuntas destinadas a dar resposta, de forma definitiva, aos desafios práticos decorrentes da aplicação do Protocolo relativo à Irlanda/Irlanda do Norte, proporcionando, assim, **segurança e previsibilidade duradouras** aos cidadãos e às empresas da Irlanda do Norte. O quadro permitiu que a UE e o Reino Unido virassem a página e passassem a ter uma relação mais positiva e estável. A aplicação plena, atempada e fiel do Quadro de Windsor e do Acordo de Saída em geral, bem como do Acordo de Comércio e Cooperação, é agora a principal prioridade nas relações bilaterais entre a UE e o Reino Unido. A plena exploração do potencial destes acordos pode trazer benefícios para ambos os lados do Canal. O Acordo de Comércio e Cooperação abrange uma série de domínios, como o comércio de bens e serviços, a energia, a segurança e a associação do Reino Unido a determinados programas da UE. Em 27 de junho de 2023, a UE e o Reino Unido assinaram igualmente um memorando de entendimento sobre a cooperação regulamentar no domínio dos serviços financeiros.

China

Em 30 de março de 2023, a presidente Ursula von der Leyen proferiu um discurso histórico sobre as relações UE-China antes da sua visita a Pequim. Ao longo dos últimos três anos, a diminuição da vontade da China de dialogar substancialmente com a UE e a sua crescente assertividade e atitude desafiadora da ordem internacional assente em regras tornaram as nossas relações bilaterais mais distantes e difíceis. No entanto, a nossa relação com a China é demasiado importante para ser posta em risco pela falta de uma definição clara dos termos de um compromisso saudável. No seu discurso, a presidente sublinhou a **necessidade de reduzir os riscos e reequilibrar as relações entre a UE e a China**. Tal implica continuar a desenvolver relações económicas bilaterais e a cooperar nos desafios globais, combatendo simultaneamente as distorções decorrentes do modelo económico e das subvenções estatais da China, reduzindo as dependências críticas da UE e combatendo os riscos específicos relacionados com a sua estratégia de fusão civil-militar e o recurso a práticas coercivas.



Em 6 de abril de 2023, a presidente Ursula von der Leyen visitou a China. A presidente da Comissão sublinhou a necessidade de prosseguir a paz com base na fórmula de paz de 10 pontos da Ucrânia. No que diz respeito a Taiwan, a presidente reiterou a necessidade de estabilidade e de desanuviamento e lembrou que o *status quo* não pode ser alterado unilateralmente ou pela força. A presidente abordou igualmente questões de direitos humanos, com especial referência a Xinjiang, e questões globais, como o alívio da dívida, a reforma da Organização Mundial do Comércio e a preparação para pandemias. No mês seguinte, em Hiroshima, Japão, a estratégia de redução dos riscos da presidente Ursula von der Leyen recebeu

o apoio do G7, o que ficou refletido no comunicado de imprensa.

Abertura

Apesar do choque nas cadeias de abastecimento causado pela pandemia e, posteriormente, pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, continuámos a ser o maior bloco comercial do mundo, representando mais de 16 % do comércio mundial, e fizemos progressos na promoção da abertura comercial através de realizações tangíveis. Nomeadamente, as negociações sobre acordos de comércio livre foram concluídas com êxito com **o Chile e a Nova Zelândia**, tendo prosseguido as negociações com **a Austrália, o Mercosul, o México, a Índia e a Indonésia**.

A Comissão concluiu igualmente as negociações com **Angola** sobre um acordo de fomento do investimento sustentável (AFIS) — o primeiro acordo deste tipo que a UE celebra. A UE celebra estes acordos para promover investimentos sustentáveis no contexto do seu envolvimento com os parceiros africanos. O AFIS UE-Angola permitirá atrair e expandir investimentos sustentáveis, integrando simultaneamente compromissos em matéria de desenvolvimento sustentável nas relações UE-Angola.

Sustentabilidade

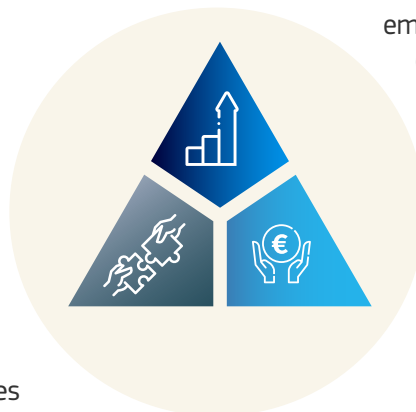
Tendo em conta o aumento da importância da sustentabilidade nas nossas relações comerciais, em 22 de junho de 2022, a Comissão introduziu uma abordagem pioneira que obriga a que todos os acordos comerciais da UE incluam **capítulos abrangentes sobre comércio e desenvolvimento sustentável**. Estes capítulos incluem um amplo leque de compromissos mutuamente acordados, incluindo a defesa de acordos internacionais cruciais, como o Acordo de Paris e as convenções da

Organização Internacional do Trabalho sobre os direitos dos trabalhadores.

Em 24 de abril de 2023, a **UE** e a **Noruega criaram uma Aliança Verde**, que representa o auge do compromisso bilateral no âmbito do Pacto Ecológico Europeu. Esta parceria pioneira serve de plataforma sólida para intensificar os esforços conjuntos em matéria de ação climática e proteção do ambiente, bem como de colaboração em matéria de energias limpas e transição industrial. Ambas as partes reiteraram o seu compromisso inabalável de cumprir as respetivas metas para 2030, visando uma redução mínima de 55 % das emissões de gases com efeito de estufa em comparação com os níveis de 1990 e alcançando a neutralidade climática o mais tardar em 2050.

Assertividade

A fim de reforçar a assertividade da UE na cena mundial, os legisladores acordaram, em junho, em criar o **Instrumento Anticoerção**. Este novo instrumento permite à UE responder à coerção económica e, dessa forma, defender melhor os seus interesses e os dos seus Estados-Membros no plano mundial. O Instrumento Anticoerção visa, antes de mais, dissuadir qualquer potencial coerção económica. Se, não obstante, existir coerção económica, este instrumento garante uma estrutura para levar o país terceiro a pôr termo às medidas coercivas através do diálogo e da cooperação. Permite igualmente à UE aplicar várias contramedidas possíveis contra o país coagente, caso essa cooperação falhe. As contramedidas incluem a imposição de direitos aduaneiros, restrições ao comércio de serviços e restrições no acesso ao investimento direto estrangeiro ou aos contratos públicos.



Segurança económica

Em 20 de junho, a Comissão e o alto representante apresentaram uma nova **estratégia europeia em matéria de segurança económica**. A estratégia centra-se na minimização dos riscos decorrentes de certos fluxos económicos no contexto do aumento das tensões geopolíticas e da aceleração das mudanças tecnológicas e, simultaneamente, preserva os níveis máximos de abertura e dinamismo económicos.

A estratégia estabelece um quadro a implementar em conjunto com os Estados-Membros da UE, a fim de salvaguardar a segurança económica da UE, promovendo o reforço da base económica da UE, em especial em setores e tecnologias

facilitadoras essenciais, protegendo as

empresas, os cidadãos e os governos

da UE contra riscos para

a segurança económica, como

a coerção e a

instrumentalização das

relações comerciais,

e estabelecendo parcerias

com um leque tão vasto

quanto possível de países para

dar resposta a preocupações

e interesses comuns.

Uma Europa mais Forte no Mundo

Nestes tempos de desafios globais sem paralelo — desde as alterações climáticas às crises sanitárias mundiais e ao aumento da tensão geopolítica —, a UE desempenha um papel fundamental na construção de uma economia mundial resiliente, sustentável e em crescimento para todos. Eis alguns exemplos do que conseguimos realizar no último ano:

AMÉRICAS

Estados Unidos da América

- Duas reuniões ministeriais do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA
- Iniciativa Transatlântica sobre Comércio Sustentável e Diálogo sobre os Incentivos às Energias Limpas
- Grupo de Trabalho para a Saúde UE-EUA
- Quadro UE-EUA em matéria de privacidade dos dados

AMÉRICA LATINA

- Aliança Digital UE-ALC
- Nova Agenda para as relações entre a UE e a ALC
- 45 mil milhões de EUR de investimento da Equipa Europa na América Latina e nas Caraíbas através da Estratégia Global Gateway
- Terceira Cimeira UE-CELAC
- Iniciativa da Equipa Europa sobre a Bacia do Amazonas para prevenir a desflorestação
- Projeto «Cinco Grandes Florestas da Mesoamérica», que visa proteger 10 milhões de hectares de floresta até 2030

Brasil

- 2 mil milhões de EUR para apoiar a produção brasileira de hidrogénio verde e promover a eficiência energética
- Iniciativa da Equipa Europa «Florestas Tropicais do Brasil»

Chile

- Conclusão das negociações sobre o Acordo-Quadro Avançado
- Iniciativa da Equipa Europa sobre o Hidrogénio Verde
- Memorando de entendimento sobre cadeias de valor de matérias-primas sustentáveis

Argentina

- Memorando de entendimento sobre cadeias de valor de matérias-primas sustentáveis
- Memorando de entendimento sobre cooperação no domínio da energia

Venezuela

- Conferência Internacional em Solidariedade para com os Refugiados e Migrantes Venezuelanos e as Respetivas Comunidades de Acolhimento

ÁFRICA

150 000 mil milhões de EUR em subvenções e investimentos apoiados pelo orçamento da UE no âmbito do Pacote de Investimentos Global Gateway UE-África

- Mil milhões de EUR para a Iniciativa da Equipa Europa para a Adaptação às Alterações Climáticas e a Resiliência

NORTE DE ÁFRICA

- Duas iniciativas da Equipa Europa centraram-se nas rotas migratórias do Atlântico/Mediterrâneo Ocidental e do Mediterrâneo Central
- Cabo submarino de fibra ótica Medusa no Mediterrâneo

Tunísia

- Pacote de parceria abrangente

Marrocos

- Novos programas de cooperação em matéria de transição ecológica, migração e reformas

Egito

- Parceria estratégica sobre o hidrogénio renovável

ÁFRICA SUBSARIANA

- 100 milhões de EUR para uma iniciativa regional de professores

Sudão

- 126,4 milhões de EUR em financiamento humanitário em 2023; quase 700 milhões de EUR desde 2013

EUROPA

Reino Unido

- Acordo relativo ao Quadro de Windsor
- Memorando de entendimento sobre a cooperação regulamentar no domínio dos serviços financeiros

Noruega

- Aliança Ecológica UE-Noruega

Ucrânia

- 76 mil milhões de EUR de apoio total à Ucrânia e ao seu povo
- Primeira reunião entre o colégio de comissários e um governo, em Kiev
- Cimeira UE-Ucrânia

Moldávia

- Novo pacote de apoio de 300 milhões de EUR

Turquia e na Síria

- Conferência internacional de doadores em solidariedade para com as vítimas do terramoto na Turquia e na Síria
- Sétima conferência de Bruxelas sobre o futuro da Síria e da região

ÁFRICA OCIDENTAL E CENTRAL

181,5 milhões de EUR em ajuda humanitária

Senegal

- Parceria para uma transição energética justa

ÁFRICA DO SUL

África do Sul

- 280 milhões de EUR de investimento da Global Gateway no âmbito da Parceria Internacional para uma Transição Energética Justa

Angola

- Conclusão das negociações sobre um acordo de facilitação do investimento sustentável

BALCÃS OCIDENTAIS

- Mil milhões de EUR para o pacote de apoio à energia
- Pacote de investimento adicional de 2,1 mil milhões de EUR ao abrigo do Plano Económico e de Investimento
- Um novo plano de crescimento para a região
- Cimeira UE-Balcãs Ocidentais em Tirana, Albânia

REGIÃO DO CÁUCASO

Cabo digital submarino «Conectividade Digital do Mar Negro»

Cazaquistão

- Parceria estratégica no domínio das matérias-primas, das baterias e do hidrogénio renovável.

ÁSIA

10 mil milhões de EUR no âmbito da Estratégia Global Gateway para o Sudeste Asiático

Japão

- 29.ª Cimeira UE-Japão
- Cooperação estratégica nos domínios digital, das cadeias de abastecimento de matérias-primas críticas e do desenvolvimento de um mercado internacional do hidrogénio
- Primeiro Conselho de Parceria Digital entre o Japão e a UE

Coreia do Sul

- Cimeira UE-Coreia do Sul
- Lançamento de parcerias ecológicas e digitais UE-Coreia do Sul

China

- Num discurso histórico antes da sua visita, a presidente Ursula von der Leyen descreve uma política de redução dos riscos, e de não dissociação da China

Vietname

- Parceria para a Transição Energética Justa, que visa implantar as energias renováveis

Índia

- Primeira reunião do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-Índia

Singapura

- Parceria digital

Indonésia

- Parceria para uma transição energética justa

OCEÂNIA

REGIÃO DO PACÍFICO

Aliança Verde e Azul para o Pacífico

Nova Zelândia


- Assinatura do acordo de comércio livre

Austrália

- Acordo-quadro entra em vigor

GLOBAL

- Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal
- Nova agenda da UE para a governação internacional dos oceanos
- Cimeira do G7 em Hiroshima, Japão
- Cimeiras do G20 em Bali, Indonésia e Índia
- Parcerias no domínio das florestas e do clima com Congo, Guiana, Mongólia, Zâmbia, Uganda



3 Construir a resiliência das sociedades da Europa

A democracia europeia é forte e saudável, mas precisa de trabalho constante para a proteger. Da defesa do Estado de direito à salvaguarda da independência dos sistemas judiciais, à luta contra a corrupção e à promoção da participação cívica, a Comissão manteve-se fiel ao seu papel de guardião dos Tratados em 2022 e 2023.

Continuaremos a **defender a democracia** no período que antecede as eleições europeias de 2024. A igualdade continua também a estar no cerne da política da UE, tendo sido aprovadas importantes iniciativas legislativas, como uma diretiva destinada a reforçar o princípio da **igualdade de remuneração**. Desde a crise da COVID-19, garantir a segurança e a proteção e a saúde das pessoas que vivem na UE contra as ameaças transfronteiriças tornou-se uma prioridade da nossa União. Com o intuito de reforçar a nossa União da Saúde, também foi apresentada uma **abordagem global em matéria de saúde mental**. No que diz respeito à migração e ao asilo, a Comissão introduziu reformas cruciais e apoia a rápida adoção de um acordo entre o Parlamento Europeu e o Conselho. Além disso, durante o último ano, a Comissão continuou a apoiar os esforços humanitários dentro e fora da UE.

Defender o Estado de direito e combater a corrupção

A União Europeia é única na sua história e na sua visão para o futuro. Trata-se de uma democracia continental composta por várias nações unidas no seu objetivo de liberdade, democracia, igualdade e Estado de direito. A UE emergiu da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, com a promessa de que uma guerra entre Estados-Membros seria impossível. Desde então, nós, europeus, temos crescido unidos na nossa diversidade. A nossa unidade dá-nos o poder de defender e projetar valores e princípios democráticos a nível interno e além das nossas fronteiras. A guerra da Rússia contra a Ucrânia recordou-nos a necessidade de defender a nossa democracia conquistada a muito custo e as liberdades que ela garante. No espírito de 1989 e dos ucranianos que hoje lutam por liberdade, cada geração de europeus deve ajudar a **reforçar a resiliência da democracia europeia** e renovar a promessa do projeto de paz europeu.

O **Estado de direito** constitui a pedra angular da nossa União Europeia, defendendo a liberdade, a equidade e a igualdade. A Comissão continua a defender e a salvaguardar com firmeza o direito da UE. Em 2022, tomámos medidas decisivas em 1 410 processos por infração, assegurando a aplicação do direito da UE. O nosso relatório anual sobre o Estado de direito,

a pedra angular do **ciclo do Estado de direito da UE** estabelecido em 2020, serve de base para um diálogo rico e para o intercâmbio de boas práticas entre os Estados-Membros e permite debates no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais. Tal é igualmente ilustrado pelos esforços envidados pelos Estados-Membros para aplicar as recomendações formuladas pela primeira vez no relatório de 2022. Como se pode ver no relatório de 2023, 65 % das recomendações de 2022 foram implantadas pelos Estados-Membros, refletindo uma tendência positiva; no entanto, reconhece-se que algumas reformas necessitam de mais tempo para serem concluídas.



O **regime geral de condicionalidade**, introduzido em 2021, visa proteger o orçamento da União de violações do princípio do Estado de direito nos Estados-Membros. Este instrumento contribui para promover e proteger o Estado de direito, na medida em que podem ser impostas medidas orçamentais aos Estados-Membros sempre que as violações dos princípios do Estado de direito afetem ou sejam seriamente suscetíveis de afetar a boa gestão financeira do orçamento da União ou os interesses financeiros da União.

Em 2022, na sequência de uma proposta da Comissão, o Conselho adotou medidas relativamente a um Estado-Membro. As medidas adotadas ao abrigo do regime geral de condicionalidade podem ser levantadas se o Estado-Membro em causa provar que corrigiu a situação que levou à sua adoção.

As **políticas anticorrupção eficazes** são parte essencial de um ambiente propício ao Estado de direito, juntamente com o respeito pela independência judicial, a existência de meios de comunicação social livres e pluralistas, uma administração pública transparente e de elevada qualidade e uma sociedade civil livre e ativa.

Em maio de 2023, a Comissão tomou medidas decisivas e apresentou duas propostas específicas de luta contra a corrupção na UE. As propostas harmonizam as regras da UE sobre as definições e as sanções aplicáveis aos crimes de corrupção, a fim de assegurar normas elevadas contra toda a gama de crimes de corrupção e melhorar a sua aplicação. As propostas visam igualmente criar nos Estados-Membros estruturas que permitam prevenir melhor a corrupção. A Comissão, juntamente com o alto representante, propôs igualmente um regime de sanções específico para combater atos graves de corrupção em todo o mundo.

Em junho de 2023, a Comissão propôs a criação de um primeiro organismo de **ética interinstitucional**, que será responsável pela elaboração de normas comuns que abranjam os membros das instituições e dos organismos da UE. Com a criação do organismo de ética haverá, pela primeira vez, normas comuns para a conduta ética dos membros e um mecanismo formal de coordenação e intercâmbio de pontos de vista sobre os requisitos éticos entre as instituições. Graças a estas alterações, os membros das instituições e dos organismos da UE estarão sujeitos a normas comuns, claras, transparentes e compreensíveis.

Promover novas formas de participação democrática

Em 2023, a Comissão manteve o seu compromisso de dar seguimento aos resultados da **Conferência sobre o Futuro da Europa**, um exercício pioneiro na democracia participativa e que envolveu mais de 750 000 cidadãos da UE. A Comissão continua a dar seguimento às recomendações da conferência, tendo 35 das 43 novas iniciativas do programa de trabalho da Comissão para 2023 sido influenciadas, direta ou indiretamente, por estas propostas.

Com vista a integrar a participação dos cidadãos no nosso conjunto de instrumentos de elaboração de políticas, a Comissão criou uma **nova geração de painéis de cidadãos**, reunindo cada um deles cerca de 150 cidadãos selecionados aleatoriamente para formular recomendações sobre determinadas propostas fundamentais da Comissão. Em 2023, realizaram-se três painéis — que debateram os temas do desperdício alimentar, dos mundos virtuais e da mobilidade para fins de aprendizagem — sublinhando a importância da participação dos cidadãos no nosso processo democrático. Foi dada especial ênfase à geração mais jovem, com um terço dos membros do painel com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, reconhecendo o seu papel crucial na configuração do futuro.

A Comissão continua a aumentar a transparência e a melhorar a qualidade da elaboração de políticas da UE, reformulando também a plataforma «Dê a sua opinião», tornando-a uma plataforma em linha para



debates pan-europeus sobre determinadas questões europeias.

Em 18 de abril de 2023, foi alcançado um marco quando foi registada a **100.ª iniciativa de cidadania europeia** intitulada «Interligar todas as capitais e cidadãos europeus através de uma rede ferroviária de alta velocidade». Esta iniciativa faz parte de um poderoso instrumento de democracia participativa que recolheu mais de 17 milhões de assinaturas para várias iniciativas desde a sua criação em 2012.

Estamos a desenvolver instrumentos para apoiar os Estados-Membros que pretendam aprofundar a sua colaboração com os cidadãos em assuntos europeus. O projeto-piloto **Construir a Europa com os Eleitos Locais**

está a produzir resultados promissores e, no futuro, poderá ser um dos instrumentos disponíveis para reforçar a resiliência democrática a partir das bases.

A Comissão reconhece plenamente as crianças e os jovens como cidadãos ativos e agentes de mudança na nossa democracia europeia.

Por este motivo, estamos a criar a **Plataforma Europeia para a Participação das Crianças**, uma plataforma permanente, em linha e fora de linha, que visa permitir que as crianças de toda a UE participem de forma sistemática e significativa no processo de tomada de decisões da UE. Esta plataforma está a ser construída em conjunto com crianças, as organizações da sociedade civil e o Parlamento Europeu.

Construir uma União da igualdade

Na UE, continuamos empenhados na construção de uma sociedade mais perfeita, na qual todos gozem de igualdade de oportunidades para prosperar. A nossa União depende de todos nós. Todas as pessoas devem ser livres de expressar a sua individualidade, de dizer o que pensam, de professar a sua religião livremente e de amar quem escolherem. A salvaguarda destas **liberdades fundamentais** pelo direito da UE é um testemunho do nosso compromisso duradouro. No entanto, reconhecemos que o nosso trabalho não tem fim e que muitos obstáculos ainda têm de ser ultrapassados para garantir a igualdade de liberdade e a segurança de todos os indivíduos na UE.

.....

O prodígio do futebol **Haley Bugeja** acredita verdadeiramente na igualdade no desporto e promove ativamente o futebol feminino em Malta e não só. A jovem de 19 anos, que foi recentemente contratada pelo Inter de Milão após uma época na Liga de Futebol Feminino dos EUA, continua a promover a igualdade, incentivando ativamente as raparigas a praticarem desporto e a fazê-lo com sucesso.

.....



A nossa **Estratégia para a Igualdade de Género** 2020-2025 salienta a importância de promover uma sociedade e uma economia prósperas e equitativas em termos de género. Novembro de 2022 marcou um momento histórico em que, uma década após a proposta da Comissão relativa às mulheres nos conselhos de administração, adotámos regras emblemáticas para reforçar a **igualdade de género nos conselhos de administração das empresas**, exigindo que pelo menos 40 % dos cargos de administrador não-executivo nas empresas cotadas em bolsa fossem ocupados pelo sexo sub-representado até 2026.

Em dezembro de 2022, a Comissão propôs harmonizar, a nível da UE, as regras relativas ao reconhecimento da parentalidade para reforçar os **direitos das famílias em situações transfronteiriças**. A proposta garante que a parentalidade estabelecida num Estado-Membro é reconhecida em todos os outros Estados-Membros, sem necessidade de quaisquer procedimentos especiais.

Em maio de 2023, demos mais um passo em frente com a adoção de novas regras que aplicam a **igualdade de remuneração por trabalho igual** entre homens e mulheres, a fim de finalmente pôr fim às disparidades salariais entre homens e mulheres.

Em 1 de junho de 2023, a UE aderiu finalmente à **Convenção de Istambul para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica**, sete anos após a Comissão ter apresentado a sua proposta nesse sentido. Além disso, estamos a negociar a proposta de diretiva relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, apresentada em março de 2022, que visa estabelecer normas mínimas no direito da UE para criminalizar certas formas de violência baseada no género; melhorar o acesso à justiça, à proteção e ao apoio às vítimas, assegurar a coordenação entre os serviços pertinentes, e prevenir estes tipos de crimes.

A UE está igualmente empenhada em estar na vanguarda dos esforços para salvaguardar os direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais,

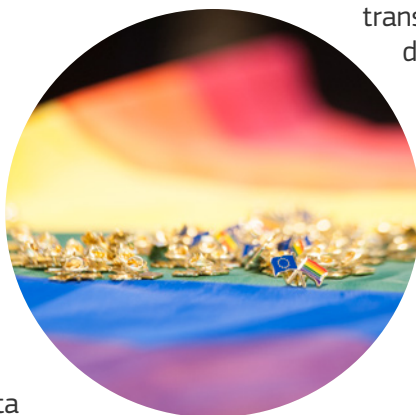
transexuais, intersexuais e *queer* (LGBTIQ). A primeira **Estratégia da Comissão para a Igualdade de Tratamento das Pessoas LGBTIQ**, para 2020–2025, delineou várias medidas para integrar a igualdade das pessoas LGBTIQ em todos os domínios de intervenção e amplificar as vozes das mesmas. Esta estratégia procura unir os Estados-Membros numa missão comum para combater a discriminação das pessoas LGBTIQ de forma mais eficaz até 2025. A Comissão apresentou igualmente, em dezembro de 2022, uma proposta para reforçar os **organismos de promoção da igualdade** na luta contra a discriminação, no que diz respeito à sua independência, recursos e competências.

O Plano de Ação da UE contra o Racismo 2020–2025 integra a luta contra o racismo em todas as políticas da UE. Em fevereiro, nomeámos um novo coordenador para combater o ódio antiumulmano. Instámos os Estados-Membros a adotar **planos de ação nacionais contra o racismo** até ao final de 2022. Em janeiro de 2023, avaliámos ainda os quadros nacionais relativos aos ciganos e continuaremos a instar os Estados-Membros a intensificarem os seus esforços para pôr termo a todas as formas de discriminação racial na nossa União diversificada.

Paralelamente, com a **Estratégia da UE para Combater o Antissemitismo**, instámos os Estados-Membros a elaborarem estratégias nacionais neste domínio.

As pessoas com deficiência têm, como quaisquer outras, o direito de participar plenamente em todos os aspetos da vida. Atualmente, na UE, apenas metade dos 42,8 milhões de pessoas com deficiência em idade ativa estão empregadas. O nosso **pacote Emprego das Pessoas com Deficiência**, apresentado em setembro de 2022, apoia os Estados-Membros na promoção da inclusão

social, na luta contra a pobreza e no reforço das aptidões e competências das pessoas com deficiência. Estamos a tratar da introdução do **Cartão Europeu de Deficiência**, que deverá assegurar o reconhecimento transfronteiriço do estatuto de deficiência, para facilitar estadias de curta duração noutros Estados-Membros, garantindo, em toda a UE, os mesmos direitos de acesso a condições especiais ou tratamento preferencial em determinados serviços que os nacionais desse Estado-Membro têm.



Aumentar a nossa resiliência e proteger os cidadãos da UE

No âmbito da **União Europeia da Segurança**, a UE está empenhada em proteger todos os seus cidadãos e empresas, tanto em linha como fora de linha. Desde a divulgação da Estratégia para a União da Segurança em julho de 2020, foram feitos progressos substanciais que reforçaram os quatro pilares da estratégia: dar resposta às vulnerabilidades, aumentar a cibersegurança, promover a cooperação policial e apoiar a resiliência contra as ameaças híbridas. Além disso, existem agora regras modernas que garantem os aspetos físicos e digitais dos setores das infraestruturas críticas, incluindo a energia, os transportes, a saúde, o espaço, as telecomunicações e o digital.

A **Diretiva Resiliência das Entidades Críticas** entrou em vigor em janeiro de 2023, proporcionando um quadro sólido para fortalecer a nossa resiliência coletiva. Este ato legislativo essencial está a ser reforçado através de esforços acelerados a todos os níveis para aumentar a resiliência das infraestruturas críticas da UE.

A dimensão, a frequência e o impacto crescentes dos incidentes de cibersegurança representam

uma grave ameaça para o funcionamento das redes e dos sistemas de informação, bem como para o mercado único europeu. A agressão militar da Rússia contra a Ucrânia veio agravar ainda mais esta ameaça, juntamente com a multiplicidade de indivíduos criminosos e de «hacktivistas» próximos do Estado, implicados nas tensões geopolíticas atuais. Com base num quadro estratégico e legislativo sólido já em vigor, a proposta de **ato legislativo sobre cibersolidariedade**, apresentada em abril de 2023 pela Comissão, contribuirá para melhorar a deteção de ciberameaças e reforçar a resiliência e a preparação a todos os níveis do ecossistema de cibersegurança da UE.

A proposta visa intensificar a cooperação no âmbito da UE para combater as ciberameaças, reforçando a deteção de ameaças e a sensibilização; fortalecer o grau de preparação das entidades críticas; e reforçar as capacidades concertadas de gestão de crises e de resposta a crises em todos os Estados-Membros.

Além disso, a fim de assegurar que os consumidores e as empresas podem utilizar produtos digitais seguros na sua vida privada e profissional, a Comissão propôs, em setembro de 2022, o **Regulamento Ciber-resiliência**, o primeiro ato legislativo da UE deste tipo, com o objetivo de introduzir requisitos de cibersegurança obrigatórios e horizontais para os produtos com elementos digitais ao longo de todo o seu ciclo de vida. Com a introdução de nova legislação destinada a **eliminar os conteúdos terroristas em linha** e a aumentar a cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei, a UE está a combater o tráfico ilícito de armas de fogo e de substâncias perigosas e a reforçar a resposta europeia ao terrorismo.

O compromisso da Comissão de proteger os cidadãos da UE contra ameaças implica também trabalho nos domínios marítimo e espacial. Em março de 2023, a Comissão apresentou a atualização da **Estratégia de Segurança Marítima da UE**, destinada a proteger as zonas marítimas contra ameaças emergentes e a garantir a utilização pacífica dos mares. A estratégia propõe medidas para melhorar a segurança marítima, incluindo exercícios navais a nível da UE, melhores operações de guarda costeira e inspeções de segurança reforçadas nos portos da UE, com o objetivo de promover uma cooperação mais aprofundada com parceiros, tais como a OTAN, a fim de defender a ordem assente em regras nos mares.

No domínio do espaço, que se está a tornar cada vez mais importante para fins de consumo, científicos e militares, a Comissão apresentou uma **Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa**. A estratégia, que reflete o reconhecimento pela UE do espaço como um domínio estratégico disputado, visa proteger os seus recursos espaciais, como os satélites; impedir as atividades hostis no espaço, como a espionagem; e reforçar a sua autonomia estratégica.

Em novembro de 2022, o Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a acordo sobre um regulamento que estabelece o Programa Conectividade Segura da União para 2023-2027, incluindo o objetivo de a UE **implantar uma constelação de satélites da UE denominada IRIS2** (Infraestrutura para a Resiliência, a Interconectividade e a Segurança por Satélite). A IRIS2 constituirá um novo pilar espacial para uma UE digital, resiliente e mais segura e promoverá a competitividade europeia e o progresso societal.



Em janeiro de 2023, a **presidente Ursula von der Leyen inaugurou o porto espacial de Esrange, no norte da Suécia**, que não só é o primeiro porto espacial da UE continental, mas também pode lançar constelações de pequenos satélites que reforcem as capacidades da UE em matéria de observação da Terra, que são essenciais para combater as catástrofes climáticas ou as ameaças militares em tempo real.



Aumentar a resiliência às catástrofes naturais e de origem humana

Com vista a melhorar a prevenção e a preparação em toda a Europa, a Comissão adotou, em fevereiro de 2023, uma recomendação e uma comunicação que estabelecem objetivos comuns para **reforçar a resiliência europeia a catástrofes no domínio da proteção civil**.

A recomendação prevê formas de preparar melhor os países europeus para os riscos naturais, por exemplo sismos, inundações e incêndios florestais. Tendo em conta a rápida evolução do panorama de riscos, os objetivos europeus em matéria de resiliência a catástrofes visam melhorar a capacidade do **Mecanismo de Proteção Civil da União** para antecipar e resistir aos efeitos de futuras catástrofes e emergências de grandes proporções. A este respeito, foram adotados cinco objetivos europeus em matéria de resiliência a catástrofes, a fim de melhor antecipar, preparar, alertar, responder e garantir a segurança.

Face à ameaça crescente que os incêndios florestais representam para as pessoas e o ambiente, a UE melhorou a sua capacidade de combater os incêndios florestais, **duplicando a dimensão da sua frota aérea de combate a incêndios no verão de 2023**, em consonância com o compromisso assumido pela presidente Ursula von der Leyen no discurso sobre o Estado da União em setembro de 2022. Neste momento, a reserva de aeronaves rescEU de combate a incêndios inclui 24 aviões e quatro helicópteros de 10 Estados-Membros. Em 2023, a UE mobilizou, através do Mecanismo de Proteção Civil da União, centenas de bombeiros, veículos e aviões para combater incêndios de grandes dimensões na Europa e para demonstrar solidariedade para com os nossos parceiros internacionais, como o Canadá. Na sequência dos apelos dos Estados-Membros e do Parlamento Europeu, em 2022, a Comissão elaborou também um plano de ação para a prevenção de incêndios florestais.



Face às consequências de inundações devastadoras, a **Eslovénia** **testemunhou uma solidariedade incrível** dos Estados-Membros da UE e do estrangeiro, incluindo da Ucrânia, um país devastado pela guerra. Uma caravana de máquinas pesadas, acompanhado por uma equipa de proteção civil ucraniana, ajudou a retirar os destroços e a limpar os detritos deixados pelas inundações que afetaram dois terços do país.



As catástrofes simultâneas — incêndios florestais, inundações e tempestades — que atingiram o continente europeu nos últimos meses exigem, além de uma resposta forte, uma maior prevenção e preparação, como a monitorização dos solos, a monitorização das florestas e a restauração da natureza, a fim de evitar o pior dos efeitos das alterações climáticas.

A UE está também a ajudar a aumentar a resiliência contra catástrofes fora das nossas fronteiras. Em fevereiro de 2023, a UE coordenou o destacamento de mais de 250 bombeiros da UE para o **Chile** através do Mecanismo de Proteção Civil da União, juntamente com peritos de coordenação e pessoal médico. Para fazer face aos piores incêndios florestais da última década, o **Canadá** também recebeu assistência imediata para o combate a incêndios com 350 bombeiros destacados através do Mecanismo de Proteção Civil da União.



A presidente Ursula von der Leyen visitou zonas inundadas da Emília-Romanha, em Itália, para constatar pessoalmente o forte sentimento de altruísmo e solidariedade demonstrado por centenas de voluntários. Muitos tiraram dias de folga para prestar assistência na limpeza maciça necessária e para ajudar as pessoas que perderam as suas casas e as suas empresas a dar início à reconstrução.



Superar a pandemia e construir uma União da Saúde

Em 5 de maio de 2023, após mais de três longos anos, foi **oficialmente retirado à COVID-19 o estatuto de emergência sanitária mundial**.

A pandemia deixou uma marca indelével nos nossos cidadãos, na nossa sociedade e na nossa economia. O nosso forte espírito de resiliência e coordenação, bem como a profunda confiança e o substancial investimento na ciência e na inovação, permitiu-nos superar esta crise sem precedentes. O nosso sentimento comum de solidariedade europeia — quer na distribuição de material médico, no tratamento dos doentes e no repatriamento de cidadãos retidos no estrangeiro, quer na reconstrução coletiva das nossas economias — tornou isso possível. A pandemia reforçou a convicção fundamental da nossa União de que somos mais fortes juntos.

A posição proativa da Comissão desde o início de 2020, no âmbito da estratégia de vacinação da UE, produziu resultados impressionantes.

Mais de 70 % da população da UE está totalmente vacinada contra a COVID-19,

e a Comissão continua a assegurar o acesso à última versão disponível da vacina caso surjam variantes preocupantes no futuro. A EU FAB, uma rede de produtores de vacinas, assegurará que existe uma capacidade contínua para produzir anualmente entre 500 e 700 milhões de doses de vacinas em caso de necessidade. Isto garante que as vacinas rapidamente estarão disponíveis para combater eventuais futuras crises. No início de 2023, assinámos contratos com fornecedores para garantir esta preparação.

A Comissão continua firmemente empenhada em garantir o acesso a vacinas seguras e eficazes em todo o mundo. Atualmente, cerca de 65,5 % da população mundial está inoculada contra a COVID-19. A UE desempenhou um papel fundamental na facilitação destas vacinas, exportando ou partilhando uma parte significativa das doses necessárias. Desde dezembro de 2020,

foram exportadas para 168 países cerca de 2,5 mil milhões de doses de vacinas contra a COVID-19, cerca de dois terços de todas as doses de vacinas produzidas na UE. A Comissão e os Estados-Membros comprometeram-se a disponibilizar mais de 5 mil milhões de EUR ao COVAX, a iniciativa mundial destinada a garantir um acesso equitativo às vacinas contra a COVID-19. Além disso, também estamos a apoiar ativamente campanhas de vacinação nos países parceiros. A UE é também o maior doador das doses de vacinas contra a COVID-19 que foram partilhadas com países parceiros através do COVAX, organizado pela Gavi, a Aliança para as Vacinas. Até à data, o COVAX expediu mais de mil milhões de doses de vacinas para 144 países participantes.

A pandemia de COVID-19 distingue-se por ser a primeira da era da digitalização.

O Certificado Digital COVID da UE tornou-se um instrumento inestimável nesta luta, com mais de 2,3 mil milhões de certificados emitidos na UE desde o seu lançamento em 2021. O certificado facilitou a livre circulação dos cidadãos em toda a União Europeia quando as restrições de viagem foram consideradas necessárias devido à pandemia. Além disso, permitiu levantar as restrições de forma coordenada e, efetivamente, tornou possível fazer viagens internacionais seguras. O certificado — que incorpora princípios fundamentais da UE como a privacidade, a proteção de dados, o acesso aberto, a cibersegurança, a flexibilidade e a equidade — tornou-se uma norma mundial, com 78 países e territórios a estarem ligados ao sistema: os 27 Estados-Membros mais 51 países e territórios não pertencentes à UE.



Com base neste êxito, em junho de 2023, a Organização Mundial da Saúde adotou o sistema da UE de certificação digital COVID-19, incluindo os princípios fundamentais da salvaguarda da privacidade e da minimização de dados, a fim de estabelecer um sistema mundial que ajudará a proteger os cidadãos de todo o mundo das ameaças atuais e futuras para a saúde. Este é o primeiro elemento constitutivo da **rede mundial de certificação sanitária digital da OMS**, que pode também facilitar a futura digitalização de outros documentos de saúde e produzir resultados importantes em matéria de saúde à escala internacional.

No verão de 2022, quando a doença da varíola dos macacos eclodiu em todo o mundo e conduziu a uma emergência de saúde pública, a Comissão interveio para apoiar os Estados-Membros na contratação pública conjunta de tratamentos e vacinas. Juntamente com a participação da comunidade, esta **ação decisiva ajudou a evitar que a varíola dos macacos se tornasse endémica na Europa**. No final de 2022, a contratação pública conjunta com fundos da UE tinha garantido aos Estados-Membros o acesso a mais de 2,3 milhões de doses de vacinas para o período de 2022-2024.

Prosseguiram os trabalhos para a construção de uma **União Europeia da Saúde** forte, uma realização importante da Comissão von der Leyen que ajuda a proteger a saúde dos cidadãos da UE; dota a UE e os seus Estados-Membros de instrumentos para prevenir e combater futuras pandemias; e melhora a resiliência dos sistemas de saúde da Europa.



Em 2022, os alicerces da União Europeia da Saúde foram lançados com o reforço do **Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças** e da **Agência Europeia de Medicamentos**, juntamente com regras mais rigorosas em matéria de ameaças sanitárias transfronteiriças graves e o Regulamento Quadro de Emergência. Este regulamento conferiu poderes adicionais à Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias para prevenir e gerir mais eficazmente as ameaças sanitárias transfronteiriças. Os nossos progressos em matéria de preparação e resposta foram partilhados no primeiro *Relatório sobre o Estado de Preparação no Domínio da Saúde* em novembro de 2022.

Em maio de 2022, a fim de explorar todo o potencial dos dados de saúde e permitir à UE dar um salto qualitativo na forma como os cuidados de saúde são prestados às pessoas em toda a Europa, a Comissão propôs o **Espaço Europeu de Dados de Saúde**. Esta iniciativa habilita as pessoas a controlarem os seus dados de saúde e proporciona um quadro coerente para aproveitar o poder dos dados de saúde para a inovação, os novos medicamentos, a melhoria dos cuidados de saúde e a elaboração de políticas, cumprindo simultaneamente as elevadas normas de proteção de dados da UE.

Em abril de 2023, foi acrescentado um pilar fundamental à União Europeia da Saúde — **a revisão mais significativa da legislação farmacêutica das últimas duas décadas**. Esta revisão proposta tem como objetivo criar um mercado único para os medicamentos, promovendo uma melhor disponibilidade, acessibilidade e comportabilidade em termos de preços dos medicamentos e reforçando simultaneamente a inovação e a competitividade da indústria farmacêutica da UE. Em julho de 2022, foram igualmente propostas novas regras para aumentar ainda mais a segurança e a qualidade das substâncias de origem humana, a fim de melhorar a proteção de quem doa ou é tratado com esses produtos críticos para a saúde.

O **Plano Europeu de Luta contra o Cancro**, um pilar central da União Europeia da Saúde, é a nossa resposta a uma ameaça duradoura com a qual a maioria das pessoas na UE já teve, ou terá, contacto pessoal. Com mais de 2,7 milhões de diagnósticos de cancro e 1,3 milhões de mortes registadas na UE em 2020, a nossa determinação em vencer o cancro é firme. O plano é a iniciativa mais abrangente de sempre a nível da UE em matéria de oncologia e beneficia de um sólido orçamento de 4 mil milhões de EUR. Em setembro de 2022, foi introduzida uma nova abordagem científica do rastreio do cancro, acrescentando os cancros da próstata, do pulmão e gástricos às recomendações de rastreio, que abrangem agora seis cancros, que representam 55 % de todos os novos casos e mais de 50 % das mortes relacionadas com o cancro na UE. No início de 2023, foi lançada uma nova iniciativa europeia de imagiologia oncológica para utilizar melhor o poder dos dados e das tecnologias digitais, como a IA, para detetar e combater o cancro mais facilmente.

Em junho de 2023, apresentámos a **primeira abordagem abrangente da UE à saúde mental**, que reflete as recomendações dos cidadãos na Conferência sobre o Futuro da Europa e dá resposta aos apelos do Parlamento Europeu no sentido de mais medidas em matéria de saúde mental. Esta abordagem global analisa a saúde mental em todas as políticas e apresenta iniciativas que promovam uma boa saúde mental, com especial ênfase nas crianças e nos jovens. A Comissão ajudará os Estados-Membros a dar prioridade às pessoas e à sua saúde mental, ajuda esta que se materializará em 20 iniciativas emblemáticas e 1,2 mil milhões de EUR de financiamento da UE.

A saúde pública é uma preocupação universal. Desde o início da pandemia, a Equipa Europa — que inclui a UE, os Estados-Membros e as instituições financeiras europeias — disponibilizou 47,7 mil milhões de EUR para apoiar a saúde pública nos nossos países parceiros. Em 30 de novembro de 2022, a Comissão amplificou a sua liderança mundial

no domínio da saúde com a nova **Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial**. Esta estratégia, a dimensão externa da União Europeia da Saúde, está a orientar a UE no sentido do reforço da saúde e do bem-estar, do fortalecimento dos sistemas de saúde e da promoção da cobertura universal dos cuidados de saúde. Em 17 de maio de 2023, dando cumprimento a uma importante prioridade da estratégia, foi lançado o Grupo de Trabalho para a Saúde UE-EUA, com vista a alargar a parceria entre os dois blocos no domínio da saúde, centrando-se na cooperação em três vertentes: prioridades na área da oncologia; ameaças para a saúde a nível mundial; e reforço da arquitetura mundial da saúde. Além disso, uma vez que consideramos importante o reforço da prevenção, preparação e resposta a pandemias a nível internacional, a UE tem estado ativamente empenhada nas negociações em curso sobre um acordo juridicamente vinculativo sobre pandemias e na revisão específica da regulamentação internacional em matéria de saúde.

Um sistema de migração sustentável e justo

A migração dentro, para e a partir da Europa sempre foi e continuará a ser parte da identidade europeia. No entanto, na sequência de um número sem precedentes de refugiados e migrantes irregulares que entraram na UE em 2015 e 2016, a necessidade de reformas tornou-se evidente. Em setembro de 2020, confrontada com um impasse em relação a uma reforma anteriormente proposta, a Comissão procurou revitalizar o sistema de migração e asilo da UE, apresentando o **Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo** — uma abordagem global destinada a reforçar e integrar as principais políticas da UE em matéria de migração, asilo e gestão das

fronteiras. As negociações interinstitucionais ganharam um impulso significativo em 2023, quando os legisladores intensificaram os seus esforços para fazer avançar todas as propostas legislativas relativas ao novo pacto, de maneira a que seja possível chegar a acordo até ao final da legislatura.

A fim de apoiar os Estados-Membros que enfrentam desafios imediatos, a Comissão também respondeu com medidas operacionais. Em 21 de novembro de 2022, a Comissão apresentou o **Plano de Ação da UE para o Mediterrâneo Central**. O plano de ação incluía 20 medidas que estão a ser aplicadas pela UE e pelos seus Estados-Membros e que visam reduzir a migração irregular e insegura; combater as causas profundas; encontrar soluções para os desafios emergentes no domínio das operações de busca e salvamento; e reforçar a solidariedade entre os Estados-Membros, tendo em consideração a responsabilidade.

Os movimentos irregulares ao longo das rotas dos Balcãs Ocidentais aumentaram significativamente em 2022. No início de dezembro de 2022, a Comissão apresentou o **Plano de Ação da UE para os Balcãs Ocidentais**, que estabelece 20 medidas operacionais para reforçar a cooperação em matéria de migração e gestão das fronteiras com os parceiros dos Balcãs Ocidentais. Estas medidas tiveram um impacto significativo, com uma redução dos movimentos irregulares de cerca de 25 % em 2023, em comparação com 2022.

Em junho de 2023, a Comissão apresentou um **plano de ação da UE para as rotas migratórias do Mediterrâneo Ocidental e do Atlântico**. A UE tem vindo a reforçar a sua parceria com os principais países de origem e de trânsito ao longo da rota migratória. As medidas tomadas pela UE, pelos Estados-Membros e pelos parceiros internacionais têm contribuído para a diminuição considerável do número de chegadas irregulares.

Em 19 de dezembro de 2022, a Comissão propôs reforçar as regras que **previnem e combatem o tráfico de seres humanos**.

Todos os anos, mais de 7 000 pessoas são vítimas de tráfico de seres humanos na UE. A maioria das vítimas são mulheres e raparigas, mas a proporção de vítimas masculinas também está a aumentar, sobretudo para exploração laboral. As regras atualizadas facilitarão a investigação e o julgamento de novas formas de exploração por parte das autoridades policiais e judiciais, bem como a identificação e o apoio às vítimas.

Em 14 de março de 2023, a Comissão definiu o primeiro ciclo estratégico plurianual de políticas sobre a **gestão europeia integrada das fronteiras**, que abrange os próximos cinco anos — uma visão partilhada da gestão das fronteiras externas que proporciona um quadro coordenado para as autoridades nacionais que gerem as fronteiras e para os mais de 120 000 trabalhadores da autoridade nacional responsável pelas fronteiras e da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, que trabalham em conjunto para proteger as fronteiras da UE.

O desenvolvimento de **vias legais** contribui para reduzir a migração irregular e pode ajudar a reforçar as economias europeias. Temos de atrair as competências e os talentos de que as nossas economias necessitam, tendo em conta o envelhecimento da população e as lacunas em termos de competências, que urge corrigir. No início deste ano, a Comissão lançou um novo convite à apresentação de propostas no montante de 40 milhões de EUR em subvenções de ação ao abrigo do Fundo para a Integração da Migração para o Asilo, a fim de financiar vias legais para a migração e a integração. Estão também em curso trabalhos para criar parcerias para atração de talentos com Marrocos, a Tunísia, o Egito, o Bangladexe e o Paquistão, nomeadamente através do apoio financeiro do Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional (IVCDI) — Europa Global. A Comissão lançou igualmente, em outubro

de 2022, uma iniciativa-piloto de reserva de talentos da UE para facilitar a integração no mercado de trabalho de ucranianos e, este outono, apresentará uma proposta legislativa que visa criar uma reserva de talentos da UE de pleno direito. Tratar-se-á da primeira plataforma à escala da UE destinada a tornar a UE mais atrativa para os nacionais de países terceiros que procuram oportunidades de emprego na UE. Esta plataforma ajudará os empregadores da UE a encontrar o talento de que necessitam e a garantir condições de trabalho dignas.

Em janeiro de 2023, a Comissão lançou a **Plataforma para a Migração Laboral**, cujo objetivo consiste em promover a migração de mão de obra qualificada de países terceiros para a UE e assegurar que ela é bem gerida e redirecionada para onde a mão de obra e as competências são necessárias. A nova plataforma reúne especialistas em migração e emprego para promover uma cooperação estreita entre os dois setores e entre os Estados-Membros e a UE, a fim de apoiar a operacionalização efetiva das iniciativas a nível da UE em matéria de migração legal e emprego.

A integração e a inclusão apropriadas de nacionais de países terceiros contribuem para o crescimento, a resiliência e a prosperidade da UE. A Comissão está a levar por diante a execução do **Plano de Ação sobre a Integração e a Inclusão 2021-2027**, que prevê ações em matéria de educação, acesso ao mercado de trabalho, alojamento e cuidados de saúde. Em dezembro de 2022, a Comissão reafirmou a Parceria Europeia para a Integração com os Parceiros Sociais e Económicos Europeus através de uma declaração conjunta, que inclui um apoio especial às pessoas que fogem da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia.

Embora proponham uma série de medidas operacionais para fazer face aos desafios imediatos e atuais ao longo das rotas migratórias, as soluções estruturais dependem da existência de uma **política comum da UE em matéria de migração e asilo**. É, assim,

fundamental chegar a acordo sobre o conjunto completo de reformas em matéria de asilo e migração atualmente em negociação. A Comissão congratula-se com os acordos de compromisso alcançados nas negociações interinstitucionais de dezembro de 2022 sobre o quadro de reinstalação, as propostas relativas às condições de qualificação e de acolhimento, bem como o acordo político bem sucedido alcançado pelo Conselho em junho sobre dois pilares fundamentais do novo pacto em matéria de migração e asilo — o Regulamento Gestão do Asilo e da Migração e o Regulamento Procedimentos de Asilo —, além do facto de, no início deste ano, o Parlamento Europeu ter chegado a acordo sobre os seus mandatos de negociação no contexto destas propostas. A Comissão está pronta a trabalhar com o Parlamento Europeu e o Conselho para assegurar a conclusão bem sucedida das negociações interinstitucionais até ao final da atual legislatura, tal como previsto no Roteiro Comum.





A **Grécia é pioneira num projeto de integração**, financiado pelo NextGenerationEU, graças ao qual refugiados e migrantes, incluindo pessoas com deficiência, recebem formação em proteção contra incêndios e sismos. O projeto aproxima os residentes locais e os migrantes para que juntos enfrentem os desafios comuns.



Responder ao apelo humanitário

Se as pessoas que necessitam de ajuda humanitária formassem um país, este seria o terceiro maior país do mundo, com 360 milhões de cidadãos. E este país fictício em sofrimento está a crescer a um ritmo exponencial — aumentou 30 % desde o início de 2022.

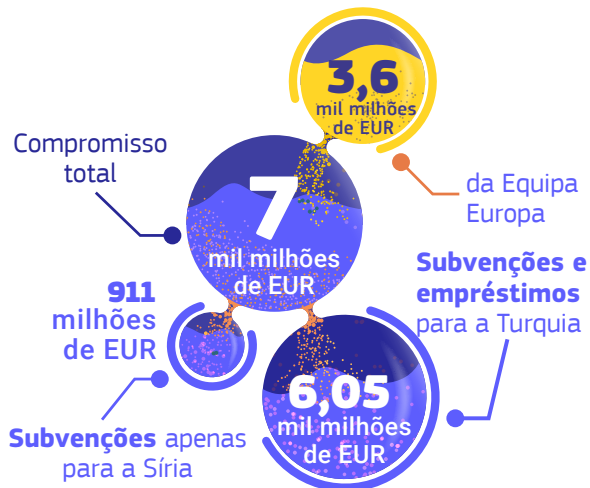
Em paralelo com o apoio sem precedentes prestado à Ucrânia, a Comissão continuou igualmente a proporcionar ajuda humanitária em todo o mundo aos que dela mais necessitam. Em função das necessidades, foi atribuído financiamento adicional ao orçamento inicial da ajuda humanitária da UE para 2023, que ascendeu a 1,7 mil milhões de EUR. Os Estados-Membros, juntamente com a Comissão, anunciaram um **financiamento humanitário inicial de 8,4 mil milhões de EUR para 2023**, enquanto expressão concreta da solidariedade mundial e do papel de liderança da UE na ação humanitária. A fim de colmatar o fosso crescente entre as necessidades humanitárias e o financiamento disponível a nível mundial, os Estados-Membros aprovaram, em maio de 2023, conclusões inovadoras do Conselho que estabelecem um objetivo voluntário de consagrar 10 % da ajuda pública ao desenvolvimento à ação humanitária.

Em 6 de fevereiro de 2023, um sismo de magnitude de 7,8, seguido de, pelo menos, dois outros grandes sismos, atingiu a Síria e Turquia, causando destruição generalizada e milhares de vítimas.

Transformando as condolências e a solidariedade em ação, a UE rapidamente lançou a maior operação de busca e salvamento coordenada através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. Foi um excelente exemplo da solidariedade da UE. Vinte e um países europeus enviaram equipas de primeira resposta e equipas médicas, disponibilizaram milhões de artigos, como abrigos, aquecedores, geradores, equipamento médico, alimentos e vestuário quente através da reserva rescEU.

Conferência Internacional de Doadores

Juntos pelo povo da Turquia e da Síria



No mês seguinte, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e a Presidência sueca do Conselho da União Europeia coorganizaram uma **conferência internacional de doadores em solidariedade com as vítimas do terremoto na Turquia e na Síria**.

O total das doações da conferência ascendeu a quase 7 mil milhões de EUR, dos quais 911 milhões de EUR foram subvenções para a Síria e 6,05 mil milhões de EUR foram subvenções e empréstimos para a Turquia.

Em 16 e 17 de março de 2023, a UE e o Canadá coorganizaram a **Conferência Internacional de Solidariedade para com os Refugiados e Migrantes Venezuelanos e os Países e Comunidades de Acolhimento**.

O evento centrou-se na importância de uma ação coordenada ao nível da relação entre os domínios humanitário, do desenvolvimento e da estabilidade.

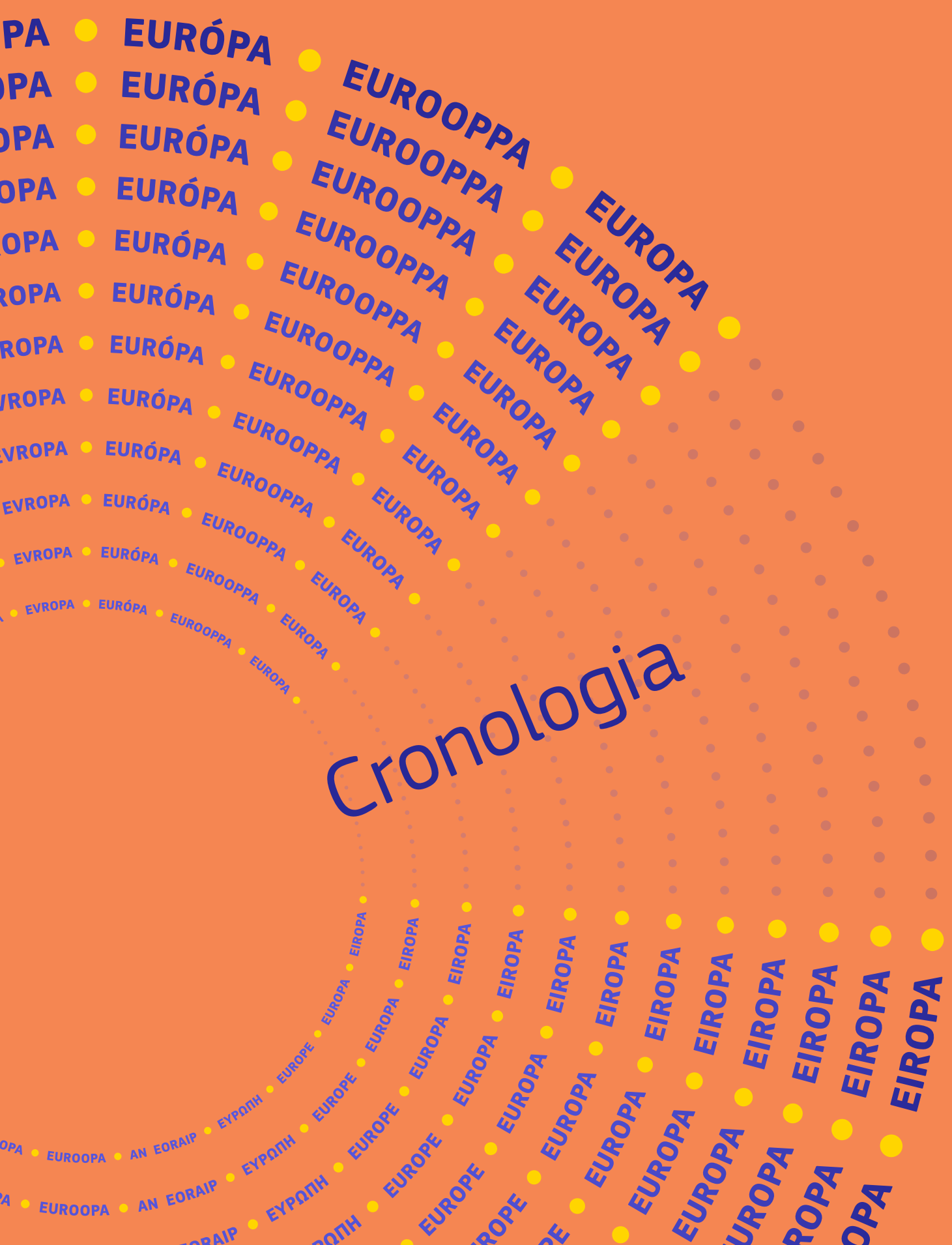
Em 14 e 15 de junho de 2023, a UE organizou a **sétima conferência de Bruxelas sobre o futuro da Síria e da região**, obtendo um compromisso no valor de 5,6 mil milhões de EUR em ajuda. Considerando que a crise síria está no seu 13.º ano, na conferência, a UE e a comunidade internacional reiteraram o seu apoio contínuo ao povo sírio, aos refugiados sírios e às suas comunidades de acolhimento nos países vizinhos.

A UE responde a apelos humanitários também fora da nossa vizinhança imediata. Em março de 2023, dada a rápida deterioração da situação no leste da **República Democrática do Congo**, a UE criou uma ponte aérea humanitária para Goma. Apoiada pela França, a UE forneceu material médico e bens alimentares, entre outros. A fim de facilitar a prestação de ajuda para salvar vidas, a UE operou 29 voos de carga na ponte aérea humanitária para o **Afeganistão** desde agosto de 2021, tendo o último voo aterrado no Afeganistão em 24 de maio de 2023.

Em resposta imediata à guerra que eclodiu em abril de 2023 no **Sudão**, a UE complementou o seu financiamento humanitário inicial de 73 milhões de EUR com um montante adicional de 60 milhões de EUR em junho de 2023 e, simultaneamente, coorganizou um evento internacional de angariação de fundos. A UE lançou igualmente uma ponte aérea humanitária para o Sudão e o seu país vizinho **Chade** a fim de transportar para esses países artigos que salvam vidas. Em novembro de 2022, foi lançada uma ponte aérea humanitária para o **Burquina Fasso**. Essa ponte aérea ajudou a fornecer alimentos e bens essenciais a centenas de milhares de pessoas em risco de morte por inanição em zonas sujeitas a bloqueio.

A UE continuará a trabalhar com os seus parceiros de todo o mundo para prestar ajuda humanitária às pessoas que dela necessitem e a ajudar a resolver os problemas estruturais que provocam deslocamentos de pessoas, fome e conflitos.





SETEMBRO DE 2022

.....

6.9

A Bósnia-Herzegovina adere ao Mecanismo de Proteção Civil da UE.



.....

14.9

A Comissão propõe proibir a disponibilização no mercado da UE de produtos fabricados com recurso a trabalho forçado.



.....

15.9

A Comissão apresenta uma proposta para um novo ato legislativo sobre a ciber-resiliência com vista a proteger os consumidores e as empresas de produtos com características de segurança desadequadas.



.....

16.9

A Comissão apresenta uma proposta para um novo ato legislativo sobre a ciber-resiliência com vista a proteger os consumidores e as empresas de produtos com características de segurança desadequadas.



.....

7.9

A Comissão Europeia apresenta a Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados, que tem em vista assegurar serviços de prestação de cuidados de elevada qualidade, acessíveis e a preços comportáveis, bem como melhorar a situação tanto para os beneficiários dos cuidados como para quem lhes presta.

.....

14.9

A Comissão propõe uma intervenção de emergência nos mercados europeus de energia para fazer face aumento dramático dos preços.



.....

16.9

Regulamento Liberdade dos Meios de Comunicação Social: a Comissão define regras para proteger o pluralismo e a independência dos meios de comunicação social na UE.

.....

20.9

No âmbito da União Europeia da Saúde, a Comissão propõe uma nova abordagem da UE em matéria de deteção do cancro — alargar e melhorar o rastreio.



.....

21.9

Nos termos das regras da UE em matéria de auxílios estatais, a Comissão aprova um projeto importante de interesse europeu comum para apoiar a investigação e a inovação, a implantação industrial inicial e a construção de infraestruturas pertinentes na cadeia de valor do hidrogénio.



.....

21.9

A UE anuncia um financiamento de 715 milhões de EUR para o Fundo Mundial, a fim de salvar milhões de vidas no âmbito do combate à SIDA, à tuberculose e à malária.

.....

28.9

A Comissão apresenta uma abordagem global com o objetivo de melhor proteger as pessoas e o ambiente contra o amianto e de garantir um futuro sem amianto.



.....

28.9

A Comissão insta os Estados-Membros a modernizarem os seus regimes de rendimento mínimo no âmbito do compromisso premente de reduzir a pobreza e a exclusão social na UE.



.....

29.9

A Comissão adota orientações sobre a aplicação do direito da concorrência da UE às convenções coletivas relativas às condições de trabalho dos trabalhadores independentes individuais.



OUTUBRO DE 2022

.....

4.10

A UE adota o primeiro Plano de Ação para a Juventude no âmbito da ação externa da UE para reforçar a interação com os jovens do mundo inteiro.



.....

4.10

A UE implanta a sua primeira tecnologia quântica em seis locais na UE.



.....

4.10

O Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia adotam a diretiva relativa a salários mínimos adequados para promover a negociação coletiva e reforçar a proteção salarial mínima dos trabalhadores na UE.



.....

6.10

Em relação à agressão militar não provocada e injustificada contra a Ucrânia, a UE chega a acordo relativamente ao oitavo pacote de sanções contra a Rússia.



.....

10.10

Ucrânia: a Comissão lança um projeto-piloto da reserva de talentos da UE para identificar as competências dos ucranianos que fogem da guerra, encaminhá-los para os empregadores da UE a que melhor se adequam e ajudá-los a encontrar emprego.



.....

12.10

Pacote Alargamento 2022: a Comissão Europeia avalia as reformas nos Balcãs Ocidentais e na Turquia e recomenda que seja concedido o estatuto de país candidato à Bósnia-Herzegovina.



.....

14.10

No âmbito das reuniões anuais do Banco Mundial — Fundo Monetário Internacional, a UE contribui com 100 milhões de EUR para o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento do FMI, com o objetivo de apoiar os países vulneráveis de África, das Caraíbas e do Pacífico.



.....

17.10

Aviação: é assinado um acordo histórico sobre a aviação entre a UE e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), que ligará 1,1 mil milhões de pessoas.



.....

18.10

A Comissão apresenta propostas adicionais para combater os elevados preços da energia e garantir a segurança do aprovisionamento.



.....

18.10

Pacto Ecológico: a Comissão assina a sua primeira Parceria Ecológica, com Marrocos, no âmbito do Pacto Ecológico Europeu.



.....

19.10

A Comissão adota um quadro revisto em matéria de auxílios estatais à investigação, ao desenvolvimento e à inovação.



.....

24.10

União da Saúde: o Conselho adota os últimos elementos constitutivos da União Europeia da Saúde.



.....

25.10

A Conferência Internacional de Peritos organizada pela Comissão e pela presidência do G7 reafirma o compromisso inabalável de apoiar a recuperação da Ucrânia.



.....

26.10

Pacto Ecológico Europeu: a Comissão propõe normas para um ar e uma água mais limpos.



.....

28.10

Veículos de zero emissões: o primeiro acordo «Objetivo 55» porá termo à venda de novos veículos emissores de CO₂ na UE até 2035.



NOVEMBRO DE 2022

.....

1.11

No âmbito do plano REPowerEU, os Estados-Membros da UE abasteceram as suas instalações de armazenamento de gás a 95 % da capacidade antes do inverno, ultrapassando o objetivo de 80 %.



.....

1.11

Regulamento Mercados Digitais: entram em vigor regras para que os controladores de acesso digitais garantam mercados abertos.

.....

3.11

A Comissão investe 3 mil milhões de EUR em projetos de tecnologias limpas inovadoras para cumprir o plano REPowerEU e acelerar a independência energética da Europa em relação aos combustíveis fósseis russos.



.....

3.11

Cimeira do Processo de Berlim: a UE anuncia um pacote de apoio no domínio da energia no valor de mil milhões de EUR para os Balcãs Ocidentais.

.....

7.11

Na Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP27) de 2022, a UE celebra uma parceria estratégica com o Cazaquistão sobre matérias-primas, baterias e hidrogénio renovável.



.....

7.11

A Comissão toma medidas para promover a transparência no setor do arrendamento de curta duração em benefício de todos os intervenientes.

.....

8.11

Na COP27, a UE celebra uma parceria estratégica com a Namíbia sobre matérias-primas sustentáveis e hidrogénio renovável. Além disso, lança parcerias no domínio florestal com cinco países.



.....

8.11

A UE chega a acordo sobre as reduções de emissões a nível nacional provenientes dos transportes, dos edifícios, dos resíduos e da agricultura.

.....

9.11

REPowerEU: a Comissão intensifica a transição ecológica para deixar de estar dependente do gás russo, acelerando a concessão de licenças para as energias renováveis.



.....

9.11

A Comissão propõe um pacote de apoio estável e previsível à Ucrânia para 2023, com um montante máximo de 18 mil milhões de EUR.

.....

10.11

A Comissão propõe novas normas Euro 7 para reduzir as emissões poluentes dos veículos e melhorar a qualidade do ar.



.....

10.11

Ciberdefesa: a Comissão apresenta uma política de ciberdefesa da UE e um Plano de Ação para a Mobilidade Militar 2.0, a fim de reforçar a capacidade da UE para proteger os seus cidadãos e infraestruturas.



.....

11.11

No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a UE chega acordo para intensificar a remoção de carbono através do uso dos solos, da silvicultura e da agricultura.



.....
16.11

A UE e o Egito chegam a acordo para intensificar a cooperação em matéria de transição para as energias limpas.

.....
16.11

Entra em vigor o Regulamento Serviços Digitais, um novo conjunto de regras da UE para um ambiente em linha mais seguro e mais responsável.

.....
18.11

A Albânia adere ao Mecanismo de Proteção Civil da UE.



.....
15.11

A UE e os parceiros internacionais lançam uma parceria inovadora para uma transição energética justa com a Indonésia.

.....
16.11

Na COP 27, no âmbito da Estratégia Global Gateway, a Equipa Europa anuncia um pacote de mil milhões de EUR destinado à adaptação e resiliência às alterações climáticas em África.

.....
18.11

Estratégia Global Gateway: a Equipa Europa lança duas iniciativas na Ásia Central sobre energia e conectividade digital.

.....
18.11

A Comissão adota a proposta de regulamento Europa interoperável, com a intenção de reforçar a interoperabilidade e a cooperação transfronteiras no setor público em toda a UE.

.....

21.11

Na COP 27, a UE demonstra a ambição de manter a exequibilidade do objetivo de limitar o aquecimento global a 1,5 °C e contribui para a criação de um novo mecanismo de financiamento equilibrado.



.....

22.11

Coordenação das políticas económicas: a Comissão define orientações para ajudar a enfrentar a crise energética e tornar a Europa mais ecológica e mais digital.



.....

28.11

A UE e a Coreia do Sul lançam uma nova parceria digital.

.....

22.11

A Comissão propõe um novo instrumento da UE para limitar os picos excessivos dos preços do gás.

.....

28.11

A Comissão apresenta regras revistas que tornarão mais barata, mais rápida e mais previsível a proteção dos desenhos ou modelos industriais em toda a UE.



.....

30.11

Pacto Ecológico Europeu: a Comissão propõe novas regras a nível da UE para reduzir as embalagens e os resíduos de embalagens, bem como regras sobre a certificação das remoções de carbono, a fim de contribuir para alcançar emissões líquidas nulas.



.....

30.11

Saúde mundial: a Comissão adota uma nova Estratégia da UE para a Saúde a Nível Mundial, com vista a melhorar a segurança da saúde a nível mundial e melhorar a saúde para todos num mundo em mudança.



DEZEMBRO DE 2022

.....

2.12

A UE e o Japão assinam um memorando de cooperação para estimular a inovação e desenvolver um mercado internacional do hidrogénio.



.....

2.12

Ucrânia: a Comissão propõe a criminalização da violação das sanções da UE relacionadas com a invasão da Ucrânia pela Rússia.

.....

3.12

O G7 chega a acordo sobre um limite máximo do preço do petróleo para reduzir as receitas da Rússia, preservando ao mesmo tempo a estabilidade dos mercados mundiais da energia.



.....

6.12

Pacto Ecológico Europeu: a UE aprova um novo ato legislativo para combater a desflorestação e a degradação florestal a nível mundial impulsionadas pela produção e pelo consumo na UE.



.....

6.12

A Cimeira UE-Balcãs Ocidentais realizada em Tirana, Albânia, reafirma o empenho da região na adesão à UE e na sua parceria estratégica com a UE.



.....

7.12

Pacote Igualdade: a Comissão propõe novas regras para o reconhecimento da parentalidade entre os Estados-Membros.



.....

8.12

A Comissão propõe uma série de medidas para modernizar o sistema do imposto sobre o valor acrescentado da UE, torná-lo mais eficaz para as empresas e mais resiliente à fraude, aderindo à digitalização e promovendo-a.



.....

9.12

Pacto Ecológico Europeu: a UE aprova um novo ato legislativo sobre baterias mais sustentáveis e provenientes de um modelo de economia circular para apoiar a transição energética e a competitividade industrial.



.....

6.12

Pacto Ecológico Europeu: o Parlamento e o Conselho chegam a acordo sobre novas regras relativas à aplicação do sistema de comércio de licenças de emissão da UE ao setor da aviação.

.....

7.12

A Comissão propõe reforçar os organismos de promoção da igualdade — em especial a sua independência, os seus recursos e as suas competências — para que possam combater de forma mais eficaz a discriminação na UE.

.....

9.12

A Comissão e os seus parceiros no setor lançam uma nova aliança industrial para reforçar a energia solar e a segurança energética da UE.

.....
9.12

A UE e o Chile concluem as negociações sobre o Acordo-Quadro Avançado.



.....
11.12

Tem lugar a primeira reunião do conselho da Global Gateway.



.....
13.12

União da Segurança: a Comissão propõe novas regras relativas às informações antecipadas sobre passageiros para facilitar a gestão das fronteiras externas e reforçar a segurança interna.



.....
9.12

União Europeia da Saúde: na sequência da proposta da Comissão de reforçar a prevenção do cancro através da deteção precoce, o Conselho adota uma nova abordagem em matéria de rastreio do cancro.



.....
12.12

A UE e os seus parceiros africanos lançam duas iniciativas da Equipa Europa em matéria de migração, centradas nas rotas migratórias do Atlântico e do Mediterrâneo Central.



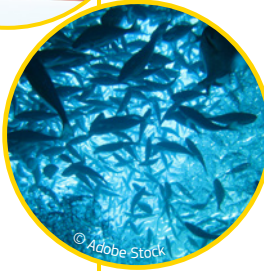
.....
13.12

Pacto Ecológico Europeu: o Parlamento e o Conselho chegam a acordo sobre o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço.

.....

14.12

Realiza-se a Cimeira UE-ASEAN. A UE e os seus Estados-Membros anunciam a mobilização de 10 mil milhões de EUR no âmbito da Estratégia Global Gateway para acelerar o investimento em infraestruturas nos países da ASEAN.



.....

14.12

A Comissão adota novas regras em matéria de auxílios estatais para os setores agrícola, florestal, das pescas e da aquicultura.

.....

15.12

O Parlamento e o Conselho chegam a um acordo político sobre novas regras relativas a medidas que permitam uma maior transparência e uma aplicação eficaz do princípio da igualdade de remuneração entre homens e mulheres.



.....

16.12

Na sequência da Conferência sobre o Futuro da Europa, a Comissão acolhe o primeiro painel de cidadãos europeus sobre a redução do desperdício alimentar.



.....

16.12

Ucrânia: a UE aprova o nono pacote de sanções contra a Rússia relacionado com a sua invasão da Ucrânia.



.....

16.12

A UE e a Ucrânia assinam um acordo relativo a um pacote de apoio de 100 milhões de EUR para a reabilitação de escolas danificadas pela guerra.



.....

18.12

Pacto Ecológico Europeu: o Parlamento e o Conselho chegam a acordo sobre o reforço do sistema de comércio de licenças de emissão e a criação de um Fundo Social em matéria de Clima para apoiar as pessoas na sua transição para o consumo de energia mais limpa.



.....

19.12

Na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP15), a UE junta-se a 195 países no histórico Quadro Mundial para a Biodiversidade de Kunming-Montreal, que contém objetivos e metas a nível global destinados a proteger e recuperar a natureza para as gerações atuais e futuras.

.....

19.12

A Comissão propõe regras mais rigorosas para travar a progressão dos crimes de tráfico de seres humanos.



.....

21.12

O Fundo de Modernização investe 4,11 mil milhões de EUR em projetos de transição energética em oito Estados-Membros, a fim de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis russos e acelerar a implantação das energias renováveis.



.....

31.12

Chega ao fim o instrumento SURE, concebido para proteger os postos de trabalho e os rendimentos dos efeitos da pandemia de COVID-19, depois de desempenhar um papel crucial na redução do impacto da pandemia e no apoio à recuperação económica. O SURE deu apoio a 9 milhões de pessoas e a mais de 900 000 empresas de 15 Estados-Membros, sendo evidente um abrandamento em 2022, ano em que foram apoiadas 350 000 pessoas e 40 000 empresas de 4 Estados-Membros.

JANEIRO DE 2023

.....

1.1

A Croácia adere ao euro e ao Espaço Schengen.



.....

1.1

Em 2023, a UE celebra o 30.º aniversário do seu mercado único, uma das principais realizações da integração europeia.

.....

10.1

A UE e a NATO assinam uma nova declaração conjunta sobre a cooperação. Chegam a acordo para intensificar o seu trabalho em matéria de luta contra as ameaças híbridas e ciberameaças e o terrorismo, reforçar a cooperação no domínio das tecnologias emergentes e disruptivas e do espaço, dar resposta à implicações emergentes da crise climática para a segurança e reforçar a resiliência das infraestruturas críticas.



.....

12.1

O regulamento relativo às subvenções estrangeiras entra em vigor. Este novo conjunto de regras permitirá à UE permanecer aberta ao comércio e ao investimento, assegurando simultaneamente condições de concorrência equitativas para todas as empresas que operam no mercado único.

.....

17.1

A Comissão lança o Mecanismo para Estimular os Talentos para apoiar as regiões da UE afetadas pelo declínio acelerado da sua população em idade ativa.



.....

23.1

União Europeia da Saúde: a Comissão lança a Iniciativa Europeia de Imagiologia Oncológica, que visa ajudar os prestadores de cuidados de saúde, os institutos de investigação e os inovadores a tirar o máximo partido possível de soluções inovadoras baseadas em dados vocacionadas para o tratamento do cancro e a prestação de cuidados oncológicos.

.....

25.1

A Comissão apresenta uma iniciativa para reforçar e promover o diálogo social com medidas específicas a nível nacional e da UE.



.....

17.1

A Comissão cria a sua primeira reserva estratégica rescEU no domínio químico, biológico, radiológico e nuclear, sediada na Finlândia.

.....

24.1

A Comissão apresenta um «Novo Acordo para os Polinizadores» para combater o declínio alarmante dos insetos polinizadores selvagens na Europa.

.....

26.1

A Comissão lança a iniciativa «professores regionais» da Equipa Europa para a África Subsariana em Pretória, África do Sul, no âmbito da Global Gateway e com uma contribuição de 100 milhões de EUR da UE.

FEVEREIRO DE 2023

.....

1.2

A UE e Singapura lançam uma parceria digital.



.....

1.2

A Comissão apresenta o Plano Industrial do Pacto Ecológico, com o objetivo de reforçar a competitividade da indústria europeia de impacto zero no clima e de apoiar a transição rápida para a neutralidade carbónica.

.....

2.2

A Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e 15 comissários deslocam-se a Kiev para uma reunião inédita entre o colégio de comissários e o governo ucraniano, com vista a aprofundar a cooperação UE-Ucrânia em vários setores.



.....

3.2

Realiza-se a Cimeira UE-Ucrânia, em Kiev.

.....

4.2

Ucrânia: a UE e os parceiros do G7 chegam a acordo quanto a um limite máximo dos preços dos produtos petrolíferos russos.



.....

6.2

A UE e a Índia criaram um Conselho de Comércio e Tecnologia para enfrentar os desafios relacionados com o comércio, as tecnologias seguras e a segurança.

.....

8.2

A Comissão adota os objetivos da UE em matéria de resiliência a catástrofes, que contêm recomendações aos Estados-Membros para os ajudar a antecipar, preparar, dar resposta e garantir a segurança, a fim de reforçar a sua resiliência contra catástrofes futuras em toda a Europa.



.....

6.2

Imediatamente após os terremotos devastadores atingirem a Turquia e a Síria, a Comissão inicia aquela que se tornaria a sua maior operação de busca e salvamento através do Mecanismo de Proteção Civil da UE, ajudando a salvar vidas na Turquia e apoiando simultaneamente a entrega de ajuda humanitária ao povo sírio em todo o país.

.....

10.2

Através do Mecanismo de Proteção Civil da UE, a UE mobiliza mais de 250 equipas de intervenção de emergência de Espanha, França e Portugal para o Chile, com a intenção de ajudar as equipas de intervenção nacionais no combate aos incêndios florestais extremos.



.....

13.2

A Comissão estabelece regras para o hidrogénio renovável.

.....

14.2

A Comissão propõe um objetivo de zero emissões até 2030 para os novos autocarros urbanos, juntamente com uma redução das emissões de 90 % para os camiões novos até 2040.



.....

23.2

A Comissão apresenta um conjunto de ações destinadas a permitir que todos os cidadãos e empresas da UE beneficiem de conectividade a gigabits até 2030.

.....

25.2

A UE aprova o décimo pacote de sanções contra a Rússia.



.....

27.2

A Comissão e o Governo do Reino Unido chegam a acordo político de princípio sobre o Quadro de Windsor, um conjunto abrangente de soluções destinadas a dar resposta aos desafios práticos que enfrentam os cidadãos e as empresas na Irlanda do Norte.

.....

28.2

Estratégia Global Gateway: a Comissão assina acordos com o Banco Europeu de Investimento no valor de 4 mil milhões de EUR — que consistem num acordo de garantia que mobilizará até 3,5 mil milhões de EUR em empréstimos e numa contribuição do Fundo Fiduciário de 500 milhões de EUR — para apoiar as empresas dos países de África, das Caraíbas e do Pacífico até 2027.



MARÇO DE 2023

1.3

Segurança rodoviária: a Comissão propõe requisitos atualizados em matéria de cartas de condução e uma melhor aplicação transfronteiriça das regras de trânsito rodoviário.



7.3

União da Segurança: o Sistema de Informação Schengen renovado entra em funcionamento.

9.3

A Comissão adota um novo Quadro Temporário de Crise e Transição relativo a Medidas de Auxílio Estatal, a fim de promover medidas de apoio em setores essenciais para a transição para uma economia de emissões líquidas nulas. Apoia igualmente uma alteração do Regulamento Geral de Isenção por Categoria relativo aos auxílios estatais, com vista a facilitar, simplificar e acelerar o apoio às transições ecológica e digital da UE.



10.3

A Comissão apresenta a Estratégia Espacial da UE para a Segurança e a Defesa, a fim de assegurar uma UE mais forte e mais resiliente.



10.3

A UE atualiza a sua estratégia de segurança marítima para garantir a utilização pacífica dos mares e proteger o domínio marítimo contra novas ameaças.



10.3

Pacto Ecológico Europeu: a UE aprova regras mais rigorosas para promover a eficiência energética.

.....

14.3

É lançada em Bogotá, na Colômbia, a Aliança Digital UE-América Latina e Caraíbas, uma iniciativa conjunta para defender uma abordagem da transformação digital centrada no ser humano.



.....

14.3

A Comissão propõe uma reforma estrutural do mercado da eletricidade da UE, que visa impulsionar as energias renováveis, proporcionar uma melhor proteção dos consumidores e reforçar a competitividade industrial.

.....

16.3

A Comissão propõe o ato legislativo relativo a uma indústria de impacto zero para intensificar o fabrico de tecnologias limpas na União Europeia que lhe garantam uma preparação adequada à transição para as energias limpas.



.....

16.3

A Comissão propõe um conjunto abrangente de medidas para garantir o acesso da UE a um aprovisionamento seguro, diversificado, a preços comportáveis e sustentável de matérias-primas críticas.

.....

16.3

Por ocasião do 30.º aniversário do mercado único, a Comissão define a forma como irá assegurar a competitividade a longo prazo da UE além de 2030.



.....

16.3

No âmbito da iniciativa Novo Bauhaus Europeu, a Comissão lança um programa de reforço das capacidades para dar início à reconstrução da Ucrânia.

.....
17.3

Durante a Conferência de Solidariedade Internacional de 2023 sobre a crise da Venezuela, a Comissão disponibiliza 75 milhões de EUR de financiamento humanitário para o país.



.....
20.3

Na conferência de doadores realizada em Bruxelas, a UE e os doadores internacionais angariam 7 mil milhões de EUR para as populações da Turquia e da Síria, na sequência dos devastadores sismos de fevereiro de 2023.



.....
22.3

A Comissão introduz novos direitos dos consumidores que tornarão a reparação de produtos mais fácil e atrativa. Propõe igualmente critérios comuns para combater a ecomaquilhagem e as alegações enganosas em matéria de ambiente.



.....
23.3

Pacto Ecológico Europeu: o Parlamento e o Conselho chegam a acordo sobre a redução das emissões dos transportes marítimos através da promoção de combustíveis sustentáveis nesse setor.



.....
28.3

Pacto Ecológico Europeu: a UE aprova um novo ato legislativo ambicioso tendo em vista a implantação de uma infraestrutura suficiente para combustíveis alternativos.



.....
29.3

A Comissão propõe maior transparência e menos burocracia para as empresas, com a intenção de melhorar o ambiente empresarial na UE.



.....
30.3

Pacto Ecológico Europeu: a UE adota uma legislação mais estrita para acelerar a implantação das energias renováveis.



.....
30.3

A presidente Ursula von der Leyen discursa sobre as relações UE-China.

.....
31.3

NextGenerationEU: os fundos atribuídos ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência superam a barreira dos 150 mil milhões de EUR.



.....
31.3

REPowerEU: a UE cumpre o seu objetivo voluntariamente definido de reduzir em 15 % a procura de gás em comparação com os cinco invernos anteriores, tendo terminado o inverno com ainda 60 % da sua capacidade de armazenamento de gás.

ABRIL DE 2023

.....
3.4

A Comissão assinala o 30.º aniversário do Fundo de Coesão. Desde a sua criação, o Fundo de Coesão investiu quase 179 mil milhões de EUR na coesão económica, social e territorial da UE.



.....
4.4

A UE dá início ao desenvolvimento das suas próprias reservas de abrigos rescEU, que podem ser mobilizadas durante crises ou catástrofes que sobrecarreguem as capacidades nacionais de resposta e que serão estabelecidas pela Croácia, Polónia, Eslovénia, Espanha, Suécia e Turquia.

.....
5.4

No domínio da cooperação judiciária, a Comissão propõe regras relativas à transferência de processos penais entre Estados-Membros.



.....
5.4

A Comissão dá resposta à sétima Iniciativa de Cidadania Europeia a ultrapassar a marca de um milhão de assinaturas: «Salvar as abelhas e os agricultores! Rumo a uma agricultura amiga das abelhas para um ambiente saudável».

.....
6.4

A presidente Ursula von der Leyen visita a China.



.....
17.4

A Comissão lança o Centro Europeu para a Transparência dos Algoritmos, com o objetivo de ajudar a aplicar o Regulamento dos Serviços Digitais.



.....
18.4

Chegou-se a um acordo político sobre o Regulamento dos Circuitos Integrados europeu, que visa reforçar a competitividade e a resiliência da UE neste setor estratégico.



.....
18.4

A Comissão adota uma proposta de regulamento relativo à cibersegurança da UE, a fim de reforçar as capacidades de cibersegurança na UE, e apresenta a futura Academia de Competências de Cibersegurança.



.....
18.4

União Bancária: a Comissão propõe uma reforma do quadro de gestão de crises bancárias e seguro de depósitos.



.....

20.4

A Ucrânia adere ao Mecanismo de Proteção Civil da UE.



.....

23.4

O painel de cidadãos sobre mundos virtuais apresenta 23 recomendações para mundos virtuais justos e centrados nas pessoas na UE.



.....

24.4

Pacto Ecológico Europeu: a UE e a Noruega criam uma aliança ecológica para aprofundar a cooperação em matéria de clima, ambiente, energia e indústria limpa.



.....

25.4

Plataforma Energética da UE: a Comissão lança o primeiro convite à apresentação de propostas para a aquisição conjunta de gás por parte das empresas.



.....

25.4

Regulamento Serviços Digitais: a Comissão designa o primeiro conjunto de plataformas em linha e motores de pesquisa de muito grande dimensão no âmbito do Regulamento Serviços Digitais.



.....

26.4

a Comissão apresenta propostas legislativas para aplicar a reforma das regras de governação económica da UE mais abrangente desde o período que se seguiu à crise económica e financeira.



.....

26.4

Pacto Ecológico Europeu: o Parlamento e o Conselho chegam a acordo sobre um novo ato legislativo para reduzir as emissões do setor da aviação através da promoção de combustíveis de aviação sustentáveis.



.....

26.4

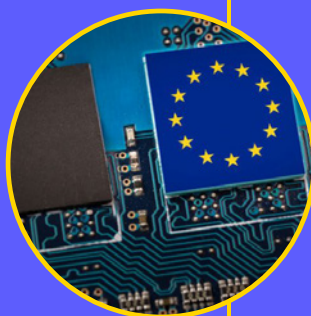
União Europeia da Saúde: a Comissão propõe uma reforma da legislação em matéria de produtos farmacêuticos, com vista a tornar os medicamentos mais acessíveis, mais comportáveis em termos de preços e mais inovadores.



.....

27.4

A Comissão propõe novas regras para ajudar as empresas a tirarem o máximo partido das suas invenções, promoverem as novas tecnologias e contribuírem para a competitividade e a soberania tecnológica da UE.



.....

27.4

Estratégia Global Gateway: a Comissão e o Banco Europeu de Investimento anunciam fundos no valor de 18 mil milhões de EUR para impulsionar o investimento na ação climática e nas economias sustentáveis.

MAIO DE 2023

.....
3.5

A Comissão adota uma proposta relativa à Ação de Apoio à Produção de Munições, um plano de 500 milhões de EUR para reforçar urgentemente as capacidades da indústria de defesa da UE a fim de ajudar a Ucrânia.



.....
3.5

A Comissão propõe regras mais rigorosas para combater a corrupção na UE e em todo o mundo.

.....
4.5

A Comissão recomenda medidas para combater a pirataria em linha de eventos desportivos e outros eventos transmitidos em direto.



.....
9.5

O Ano Europeu das Competências arranca com um festival de competências.

.....
10.5

Tendo em conta o aumento das necessidades em matéria de ajuda humanitária devido ao conflito no Sudão, a UE lança uma ponte aérea humanitária que transporta material crítico para os seus parceiros humanitários no Porto Sudão.



.....
16.5

A UE e a Índia realizam a primeira reunião ministerial do Conselho de Comércio e Tecnologia em Bruxelas. A reunião centra-se no aprofundamento do compromisso estratégico em matéria de comércio e tecnologia.

.....

17.5

É lançado o Grupo de Trabalho para a Saúde UE-EUA.



.....

17.5

A Comissão apresenta propostas para a reforma mais ambiciosa e abrangente da União Aduaneira da UE desde a sua criação em 1968.



.....

18.5

A Comissão apresenta a primeira edição das «Perspetivas para a indústria europeia dos meios de comunicação social», um relatório que analisa as tendências da procura e da oferta nos setores do audiovisual, dos jogos de vídeo e dos meios de comunicação social.



.....

21.5

Em resposta ao pedido de assistência da Itália para fazer face às inundações catastróficas que atingiram o norte do país, a Comissão mobiliza de imediato a ajuda de emergência prestada pela Bélgica, França, Eslovénia e Eslováquia, através do Mecanismo de Proteção Civil da UE.



.....

19-21.5

A presidente Ursula von der Leyen participa na cimeira do G7 em Hiroshima, no Japão.



.....

22.5

A Cimeira UE-Coreia do Sul realiza-se em Seul, tendo sido anunciada uma parceria ecológica para aprofundar a cooperação em matéria de ação climática, energia limpa e proteção do ambiente.



.....

22.5

Face a um nível sem precedentes de necessidade de ajuda humanitária em todo o mundo, o Conselho adota um objetivo voluntário de consagrar 10 % da ajuda pública ao desenvolvimento à ação humanitária.



.....

24.5

União dos Mercados de Capitais: a Comissão propõe novas regras para proteger e capacitar os investidores não profissionais na UE.

.....

30.5

A Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, duplica a frota aérea de combate a incêndios da rescEU em antecipação da próxima época de incêndios florestais na Europa.



.....

30.5

O Centro de Coordenação e Resposta de Emergência, a espinha dorsal das capacidades de resposta de emergência da UE e a força motriz do Mecanismo de Proteção Civil da UE, celebra o seu décimo aniversário.

.....

31.5

A quarta reunião ministerial do Conselho de Comércio e Tecnologia UE-EUA realiza-se em Luleå, na Suécia. A UE e os Estados Unidos chegam a acordo para que sejam mutuamente reconhecidos os resultados das inspeções às boas práticas de fabrico no setor farmacêutico relativas aos medicamentos veterinários.



JUNHO DE 2023

.....
1.6

A Comissão adota regras revistas a fim de fornecer às empresas orientações mais claras e atualizadas para as ajudar a avaliar a compatibilidade dos seus acordos de cooperação horizontal com as regras de concorrência da UE.



.....
1.6

A presidente Ursula von der Leyen anuncia um novo pacote de apoio à Moldávia.

.....
7.6

A UE define uma nova agenda para reforçar a sua parceria com a América Latina e as Caraíbas.



.....
7.6

União Europeia da Saúde: a Comissão apresenta uma proposta de abordagem abrangente à saúde mental.

.....
8.6

Organismo de ética da UE: a Comissão propõe a criação de normas éticas comuns para todas as instituições da UE.



.....
8.6

A UE mobiliza quase 300 bombeiros de Espanha, França e Portugal para ajudar a combater os incêndios florestais extremos no Canadá.



.....
8.6

A Comissão aprova, nos termos das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um projeto importante de interesse europeu comum para apoiar a investigação, a inovação e a primeira implantação industrial das tecnologias de microeletrónica e comunicações.

.....

12-16.6

A presidente Ursula von der Leyen viaja para o Brasil, a Argentina, o Chile e o México e anuncia 10 mil milhões de EUR de investimento da UE na América Latina e nas Caraíbas através da Estratégia Global Gateway.



.....

13.6

Economia social: a Comissão propõe formas de tirar pleno partido do seu potencial em matéria de emprego, inovação e inclusão social.

.....

14.6

A UE avança para negociações com os EUA com vista a um acordo sobre os minerais críticos.



.....

15.6

Durante a sétima Conferência de Bruxelas subordinada ao tema «Apoiar o futuro da Síria e da região», a comunidade internacional compromete-se com 5,6 mil milhões de EUR para 2023 e os anos seguintes.

.....

19.6

A UE e o Quênia concluem as negociações para um ambicioso acordo de parceria económica, contendo disposições firmes em matéria de sustentabilidade.



.....

20.6

Orçamento da UE: a Comissão propõe reforço do orçamento de longo prazo da UE para fazer face aos desafios mais urgentes. Apresenta igualmente um pacote de medidas adaptado à próxima geração de recursos próprios.

.....

20.6

A Comissão e o alto representante apresentam uma estratégia europeia em matéria de segurança económica. A estratégia centra-se na minimização dos riscos decorrentes das interdependências económicas, preservando simultaneamente os níveis máximos de abertura e dinamismo económicos da UE.



.....

20.6

Ucrânia: a Comissão propõe a criação de um mecanismo para apoiar a recuperação, a reconstrução e a modernização da Ucrânia.

.....

23.6

A UE adota o 11.º pacote de sanções contra a Rússia na sequência da continuação da guerra ilegal contra a Ucrânia.



.....

28.6

A UE propõe novas perspectivas abrangentes sobre as ameaças para a paz, a segurança e a defesa decorrentes das alterações climáticas e da degradação ambiental.



.....

28.6

A Comissão apresenta propostas que visam garantir que os cidadãos e as empresas continuarão a ter acesso e a poder pagar com notas e moedas de euro em toda a área do euro, bem como estabelecer um quadro para uma eventual nova forma digital do euro que o Banco Central Europeu poderá vir a emitir, como complemento do numerário.

**JULHO DE 2023**

.....

3.7

Ucrânia: iniciam-se as atividades do Centro Internacional de Ação Penal pelo Crime de Agressão da Rússia contra a Ucrânia.



.....

5.7

A Comissão adota um pacote de medidas para a utilização sustentável dos principais recursos naturais, que permitirá igualmente reforçar a resiliência dos sistemas alimentares e da agricultura da UE.



.....

5.7

A Comissão publica o quarto relatório anual sobre o Estado de direito, que avalia as recomendações do ano passado e apresenta recomendações específicas aos Estados-Membros.



.....
9.7

A UE e a Nova Zelândia assinam um ambicioso acordo de comércio livre.



.....
11.7

A Comissão apresenta uma estratégia da UE para liderar a transição para a Web 4.0 e os mundos virtuais.



.....
11.7

A Comissão propõe medidas para tornar o transporte de mercadorias mais eficiente e sustentável, melhorando a gestão da infraestrutura ferroviária e as informações disponibilizadas sobre as emissões de gases com efeito de estufa provenientes do transporte de mercadorias.



.....
12.7

A Comissão propõe reforçar os direitos das vítimas da criminalidade em toda a UE, para que recebam apoio, acedam a informações, procurem justiça e obtenham uma indemnização.



.....
13.7

Realiza-se a 29.ª Cimeira UE-Japão, em Bruxelas.



.....
16.7

Tunísia: chega-se a um acordo político sobre um pacote de parceria abrangente.



.....

17-18.7

A terceira Cimeira UE-CELAC reúne dirigentes da UE e dirigentes da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em Bruxelas. A Comissão apresenta a Agenda de Investimento Global Gateway UE-ALC.



.....

19.7

A UE apresenta a sua primeira avaliação voluntária dos progressos realizados na consecução dos objetivos de desenvolvimento sustentável no Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

.....

31.7

Estratégia Global Gateway: a presidente Ursula von der Leyen lança a iniciativa da Equipa Europa em matéria de economia ecológica nas Filipinas.



AGOSTO DE 2023

.....

9.8

Na sequência de inundações devastadoras na Eslovênia, a UE coordena a ajuda de emergência e mobiliza apoio a médio e longo prazo.



.....

18.8

A UE atinge o objetivo de 90 % de armazenamento de gás mais de dois meses antes do prazo de 1 de novembro.

